Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Quinta-feira, 23 de maio de 2024
Ano CVII • Número 29.615
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



JOÃO SALDANHA E O TÍTULO DO FLAMENGO

Comemorações apontam para torneio ainda distante do imaginário dos torcedores. Por Sérgio Souto, **página 2**



ULTRAPROCESSADOS E COM AGROTÓXICOS

Idec encontra até 4 tipos diferentes de veneno em produtos ultraprocessados. Por Marcos de Oliveira, **página 3**



DUPLICATAS ESCRITURAIS

Guilherme Menezes, da CRDC, acredita que contribuirão para a redução das taxas de juros. **Página 5**

Haddad: tem de fazer exame de DNA no déficit fiscal

Ministro culpa governo anterior e não entende críticas

A discussão sobre o déficit fiscal contrapôs o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com alguns integrantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Questionado pelo deputado Filipe Barros (PL-PR), que acusou o governo Lula 3 de ter um "resultado primário, um déficit público pior do que todos os últimos presidentes, pior até do que a época da pandemia", Haddad rebateu: "Esse déficit, deputado, não é nosso. O filho é teu. Tem que assumir. Tem paternidade isso aqui. Faz exame de DNA e você vai saber quem que deu calote", respondeu Fernando Haddad.

Haddad reconheceu que o governo tem dificuldade para equilibrar receitas e despesas, mas afirmou que isso ocorre por causa de um problema fiscal de quase R$ 270 bilhões herdado do governo anterior. Ele citou a ausência de R$ 140 bilhões para pagamento do Bolsa Família e de despesas previdenciárias a partir de 2023 e acrescentou o calote no pagamento de R$ 90 bilhões em precatórios, além da perda de R$ 40 bilhões dos estados com a desoneração de ICMS.

Para o ministro da Fazenda, existe um movimento de críticas às políticas econômicas do governo que não tem base na realidade. Ele afirmou que os números da economia são positivos e estão sendo valorizados pelas agências de risco estrangeiras.

"Eu não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo. Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira. E não tem amparo nos dados, porque nós estamos gerando emprego com baixa inflação", afirmou.

Segundo a Agência Câmara de Notícias, os técnicos do governo divulgaram que, após a revisão das contas públicas até o final de abril, a previsão de déficit para este ano subiu de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões. A meta é déficit zero, mas ela é considerada cumprida se atingir até R$ 28 bilhões no final do ano.

Com o aumento da arrecadação, o governo usará em 2024 um dispositivo legal que permite aumentar as despesas em até R$ 15,8 bilhões. Com isso, será revertido um bloqueio de R$ 2,9 bilhões no Orçamento de 2024 que havia sido feito anteriormente.

Marcelo Camargo/ABr



Escolas militares pagarão mais a policiais do que a professores

O projeto que cria escolas cívico-militares no estado de São Paulo, aprovado nesta terça-feira (21), prevê rendimentos de mais de R$ 6 mil para jornadas de 40 horas semanais. Segundo o texto votado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), os valores aumentam em 50%, podendo chegar a mais de R$ 9 mil, para coordenadores ou oficiais. Há ainda a previsão de pagamentos menores, caso os policiais militares trabalhem frações dessa jornada.

Os valores são maiores do que os salários recebidos por parte dos professores da rede pública estadual. Na última seleção de professores temporários, foram anunciados salários de R$ 5,3 mil para jornadas de 40 horas semanais e R$ 3,3 mil para 25 horas. Os temporários representam quase 60% do quadro total de educadores da rede estadual. Mesmo entre os professores do quadro permanente, os salários de R$ 9 mil ou mais são pagos apenas a uma pequena minoria.

O projeto foi criticado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). "Vamos nos mobilizar para impedir a transformação de escolas regulares em escolas cívico-militares ou criação dessas escolas com recursos da educação; para que não sejam pagos salários superiores aos de professores para militares aposentados; para que não sejam formatadas as mentes de nossas crianças e jovens de acordo com o pensamento único do militarismo", diz nota divulgada pelo sindicato após a aprovação.

Espanha e mais 2 reconhecem o Estado palestino

Nesta quarta-feira, os governos da Irlanda, Espanha e Noruega anunciaram que reconhecerão um Estado palestino na próxima terça-feira, dizendo que esperam que outros países ocidentais sigam o exemplo. Na Espanha, o premiê Pedro Sánchez afirmou que a medida tem como objetivo acelerar os esforços para garantir um cessar-fogo na guerra de Israel contra o Hamas, em Gaza.

"Esperamos que nosso reconhecimento e nossas razões contribuam para que outros países ocidentais sigam esse caminho, porque quanto mais formos, mais força teremos para impor um cessar-fogo, para conseguir a libertação dos reféns mantidos pelo Hamas e para relançar o processo político que pode levar a um acordo de paz", disse ele, em discurso na Câmara.

Espanha e seus aliados passaram meses fazendo lobby junto às nações europeias, incluindo França, Portugal, Bélgica e Eslovênia, para obter apoio ao reconhecimento de um Estado palestino.

O primeiro-ministro da Irlanda, Simon Harris, reiterou que a solução de dois Estados é o "único caminho credível" para a paz. "Três décadas se passaram desde o processo de Oslo e talvez estejamos mais longe do que nunca de uma solução de paz justa, sustentável e abrangente", disse ele.

Em resposta aos anúncios, o ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, ordenou o retorno imediato dos embaixadores israelenses nos três países envolvidos para consultas e alertou sobre outras "graves consequências".

Cerca de 144 dos 193 Estados-membros das Nações Unidas já adotaram essa medida, incluindo o Brasil e a maioria dos países do sul global, Rússia, China e Índia; apenas alguns dos 27 membros da União Europeia o fizeram até agora, sendo a Suécia a primeira em 2014. O Reino Unido e a Austrália indicaram nos últimos meses que poderiam seguir o exemplo em breve.

Os palestinos buscam a condição de Estado na Cisjordânia ocupada por Israel e na Faixa de Gaza, tendo Jerusalém Oriental como capital.

O aliado mais fiel de Israel, os EUA, vetou no mês passado uma tentativa de reconhecimento pelas Nações Unidas de um Estado palestino.

Petrobras retira 5 refinarias da banca de venda

A Petrobras não irá mais vender as refinarias Repar, Rnest, Regap, Refap, Lubnor. A decisão ocorreu após o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ter decidido favoravelmente à renegociação do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) do Refino celebrado em 29/5/2019, matéria que também foi aprovada nesta quarta-feira pelo Conselho de Administração da estatal.

O TCC Refino previa, dentre outros compromissos, a obrigatoriedade de alienação de oito refinarias (Repar, Rnest, Regap, Refap, Lubnor, Rlam, Reman e Six). As três últimas foram vendidas, prejudicando os consumidores da região em que atuam.

O aditivo firmado com o Cade levou ao fim da obrigação de alienação dos ativos remanescentes. Foram estabelecidos novos compromissos, que teriam objetivo de incentivar a concorrência.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) comemorou a decisão do Cade. A FUP e a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás (Anapetro) protocolaram no início deste mês, no Cade, pedido de extinção do TCC.

Para o advogado Angelo Remédio, da Advocacia Garcez, que representa a FUP no Cade, ficou demonstrado que a simples transferência de titularidade das refinarias não cria um ambiente de competição no mercado, mas sim a formação de monopólios regionais privados, conforme ocorreu com as refinarias privatizadas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1553
Dólar Turismo	R$ 5,3610
Euro	R$ 5,5805
Iuan	R$ 0,7115
Ouro (gr)	R$ 394,89

ÍNDICES

IGP-M	0,31% (abril)
	-0,47% (março)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

João Saldanha e o título de 81 do Flamengo

Por Sérgio Montero Souto

Principal objeto de cobiça de clubes e torcedores, o torneio que a imprensa brasileira convencionou chamar de Mundial de Clubes[1] nem sempre esteve no zênite das prioridades das agremiações nacionais. Numa época de fortes rivalidades locais e regionais e de orgulho dos brasileiros por terem a única seleção tricampeão do mundo (1958, 1962 e 1970), as competições internacionais, na hierarquia do futebol brasileiro, ficavam atrás dos campeonatos estaduais, regionais e nacionais.

Foi a partir dos títulos do São Paulo (SOUTO, 2023)[2], em 1992 e 1993, que parece ter havido um deslizamento mais acentuado no ranking das conquistas das equipes nacionais. Como coordenador do Grupo de Pesquisa Esportes, Ídolos e Identidades (GEII), tenho buscado investigar como a imprensa brasileira tratava e noticiava as competições internacionais dos anos 1950 a 1980, antes e depois de serem vencidas por times brasileiros, e se existia, à época, uma valoração diferenciada entre os distintos torneios e seus campeões "mundiais". Como parte dessa pesquisa mais longa, nos detemos aqui no título de 1981 do Flamengo do Mundial Interclubes – primeiro e até agora único clube carioca a ostentar tal conquista.

Tal análise faz-se a partir da perspectiva do enviado do *Jornal do Brasil* para cobrir a final do Mundial Interclubes[3] no Japão, João Saldanha. Em artigo publicado em 14 de dezembro de 1981 e intitulado "A escola passou de madrugada", o jornalista, já na abertura do texto, expõe o estranhamento sobre um torneio ainda da longe do imaginário da grande maioria da torcida e da imprensa:

"E agora, como comemorar o título? Sei bem que <u>não é um campeonato, mas um jogo entre campeões</u>, um da América e outro da Europa: significa que o vencedor é campeão dos dois continentes." (grifos nossos). E acrescenta: "Sei também que ainda existem outros três (continentes). A Ásia, a África e a Oceania, mas, que me perdoem, ainda não ganharam nenhuma vez Copa do Mundo. Nem de clubes, nem de seleções. Então, trata-se de comemorar", convoca.

Vemos assim que, ao mesmo tempo, em que destaca não se tratar de um campeonato, mas de um único jogo entre dois campeões dos seus continentes, Saldanha minimiza a ausência de representantes das regiões faltantes, apontando a sua baixa representatividade na hierarquia do universo do futebol mundial.

Na sequência, o jornalista lamenta que, "por diversões razões", o clube não tenha podido comemorar o título da Libertadores da América, obtido no mesmo ano. Não comemorou oficialmente, porque, destaca, o torcedor fez a sua celebração independentemente dos poderes do clube: "<u>Ninguém esperava</u> aquela manifestação espontânea e altamente explosiva da população carioca que ficou muito satisfeita. No Galeão, Avenida Brasil e na Zona Sul estavam rubronegros (sic.) e <u>torcedores de todos os clubes</u>. Um festão popular." (grifos nossos).

A menção à participação de "torcedores de todos os clubes", talvez, deva ser menos entendida como inexistência das fortes rivalidades locais do que como manifestação supraclubista, num instante em que um representante brasileiro defrontava-se com time estrangeiro. Tal fato parece ser reforçado pela surpresa pela comemoração, que "ninguém esperava", talvez, por tratar-se de competição que não se encontrava entre as mais valorizadas no ranking do futebol brasileiro da época.

A impressão ganha uma nova camada com a percepção de que "o Flamengo é o Brasil em campo" – inimaginável com o passar dos anos – que também sinaliza que o Mundial estava longe de ter sido apropriado pela maioria dos torcedores como as competições locais e nacionais. Quando isso acontece, a rivalidade local falou mais alto, incluindo a constituição de torcidas que fundiam – os mais jovens diriam shippavam – nome de adversários estrangeiros com os de agremiações locais, como a Fla-Madrid, em 2000, quando o Vasco disputou com a equipe espanhola a final do torneio, na primeira vez que a competição foi organizada pela Fifa, que a batiza de 1º Mundial de Clubes.

Na sequência, Saldanha concentra-se mais em defender o direito dos torcedores a uma celebração do título do que à nomeação do torneio. Sem deixar de ironizar as opções da diretoria do Flamengo, especula se haveria "um festão no Regine's"[4]: "Tudo bem que façam o festão que nem sei se poderá ser muito grande. Parece que já aconteceu na Libertadores. Ou foi lá mesmo, ou no Le Coin[5] ou nos dois. Mas acho os locais um tanto pequenos para o rubro-negro comemorar", critica, acrescentando que "mesmo que fossem maiores, talvez, um pouco caro para a galera".

Após defender que "a festa é todos" e, ao mesmo tempo, reconhecer ser "a hora imprópria", numa referência à proximidade dos festejos de fim de ano, Saldanha salienta: "Mas o povão quando está inflamado manda bala e espera 'sua escola passar' até o outro dia. Trata-se de um festão popular e que se abram as portas para a festa oficial."

Depois de destacar ter sido, "sem dúvida alguma, de grande importância a conquista desta vitória", ele admite que a repercussão entre os japoneses foi fraca: "Embora os japoneses continuem com aquela atitude impenetrável, o resto do mundo sabe de tudo." E volta a insistir no direito a uma festa popular para comemorar o título: "Não sei se chegarei a tempo de participar do festão popular oficial, se acontecer em pleno recesso do futebol[6]. Mas seria justo", encerra.

> Comemorações apontam para torneio ainda distante do imaginário dos torcedores brasileiros

O texto de Saldanha, figura icônica do jornalismo brasileiro e extremamente popular entre os torcedores brasileiros, joga novas luzes no entendimento de como o Mundial Interclubes, que, em 2000 isoladamente, e, a partir de 2005 de forma continuada, passaria a ser organizado pela Fifa, incluindo representantes dos outros continentes, foi se impondo à hierarquia do futebol brasileiro, desbancando campeonatos estaduais – que passam a enfrentar forte esvaziamento – e nacionais.

À época, porém, como mostra o texto, até a nomeação era objeto de estranhamento, com parte da imprensa local referindo-se a ele como Mundial, sem que tal nomeação fosse amplamente apropriada por clubes e torcedores, incluindo os "de todos os clubes", que comemoravam a vitória do adversário.

Tal comemoração supraclubística, talvez, dê outra pista emblemática. O movimento "O Flamengo é o Brasil", ao mesmo tempo, parece sinalizar que aquele torneio no distante e "impenetrável Japão" não parecia representar ameaça para o jogo permanente das jocosidades das torcidas, o qual tem como objetivo gozar o adversário derrotado da vez e provar que seu clube é melhor do que os demais.

Já a ausência de festa popular organizada pelo clube – impensável se a conquista se repetisse – também parece sinalizar que nem a diretoria do clube valorizava excessivamente o título, que, mais adiante, seria apresentado como ativo relevante, principalmente, em relação a seus rivais cariocas. A falta de disposição da diretoria para organizar a "festança popular" cobrada pelo jornalista, parece reforçar, ainda, o antagonismo entre um clube de corte popular e uma direção apontada, inclusive por correntes do rubro-negras, como elitista, que preferia comemorar as conquistas de uma das melhores fases do Flamengo no Regine's ou no Le Coin.

Independentemente da ação da diretoria, a torcida, como mostrara na conquista da Libertadores, exibia o desejo de celebrar a conquista, embora aquele título, como lembrou Saldanha, o clube, "por diversões razões", não tenha comemorado à altura.

A coluna não dá conta de todo o clima da época, mas isso não deve nos impedir de enxergar nela um recorte significativo. A partir do texto de um dos jornalistas mais populares e respeitados por todas as torcidas, podemos perceber como, diferentemente da memória presente, o Mundial Interclubes e, posteriormente, o Mundial de Clubes, não nasceram como a prioridade central de clubes e torcidas. E que as tentativas posteriores – a partir dos anos 90 – de ressignificar as relações daquela época com aquele torneio estão mais para operações de enquadramento de memória do que de reconstituição literal dos fatos.

Ao que tudo indica, tal relação foi sendo construída aos poucos, sendo reforçada à medida que novos clubes brasileiros eram campeões e/ou, ao menos, se classificavam para o torneio, mobilizando suas torcidas e, a partir de determinado momento, as dos rivais, reforçando seu papel até virar o prato principal do cardápio do jogo das jocosidades dos torcedores. Para confirmar tal hipótese, é preciso aprofundar a pesquisa sobre esse momento de transição no ranking do futebol brasileiro. Por enquanto, o que temos são pistas, ainda que emblemáticas.

Sérgio Montero Souto
é doutor em Comunicação pela UFF, professor de Comunicação da Uerj e coordenador do Grupo de Pesquisa Esportes, Ídolos e Identidades (GEII)

Referências bibliográficas

SALDANHA, João. "A escola passou de madrugada". Tóquio: *Jornal do Brasil*, 14/12/1981

SOUTO, Sérgio Montero. *A Imprensa e o Apagamento da Memória dos Campeões Mundiais*. Belo Horizonte: 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023.

Notas

[1] Oficialmente, a competição é nomeada pela Fifa de Mundial Interclubes

[2] Embora não exista um consenso a respeito, nos parece que o bicampeonato do São Paulo, em 1992 e 1993, simultaneamente, da Libertadores e da Copa Intercontinental, com ampla cobertura, principalmente da imprensa paulista, mas, também de outras praças, indicou uma virada de chave no ranking das prioridades dos clubes nacionais. Até então, em 31 edições das duas competições, apenas, cinco tinham sido vencidas por equipes brasileiras: Santos (1962 e 1963), Cruzeiro (1976), Flamengo (1981) e Grêmio (1983). Apenas seis anos após o bicampeonato do São Paulo, quatro times brasileiros foram campeões da Libertadores: Grêmio (1995), Cruzeiro (1997), Vasco (1998) e Palmeiras (1999). Todos foram derrotados na final pelo campeão europeu, mas foi a primeira vez em que o Brasil teve tantos candidatos disputando tal título num curto intervalo de tempo.

[3] O torneio, entre 1980 e 2005, também ficou conhecido como Taça Toyota, nome do patrocinador.

[4] Inicialmente um clube privativo, que exigia a apresentação de carteira de sócio para ingressar, o local depois virou uma boate, que reunia, como se dizia na época, o jet-set nacional e internacional, incluindo o então presidente do Flamengo, Márcio Braga, e vários diretores do clube. O estabelecimento ficava no subsolo do então Hotel Méridien, no Leme, na Zona Sul do Rio.

[5] Restaurante localizado no Leblon, na Zona Sul, e que reunia clientela de perfil parecido com o Regine's.

[6] O texto parece expor um contraste entre o que acontecia na época, quando o torneio acontecia após o fim das competições nacionais, com clubes e torcidas desmobilizados, enquanto, a partir dos anos 1990, passou a ser o grande desfecho da temporada do futebol brasileiro, atraindo as atenções de imprensa, clubes e torcidas, incluindo as adversárias do time brasileiro que, eventualmente, se classifique para o campeonato.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas







Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Além de ultraprocessados, com agrotóxicos

O Idec (Instituto de Defesa dos Consumidores) lançou o terceiro volume da pesquisa Tem Veneno Nesse Pacote. Novamente, foi constatada, em ultraprocessados, a presença de agrotóxicos em produtos populares e direcionados às crianças, como bolo pronto e bebidas lácteas.

Dessa vez, o Idec analisou também produtos feitos à base de plantas (*plant-based*), vendidos, segundo o Instituto, como "saudáveis e sustentáveis"; 2 das 3 marcas de hambúrgueres vegetais continham resíduos de agrotóxicos, assim como todas as 3 de empanados de frango vegetais.

O glifosato foi, mais uma vez, o agrotóxico mais encontrado nas amostras analisadas. "Produtos à base de trigo frequentemente apresentam resíduos de agrotóxicos. Essa substância é comprovadamente ligada ao desenvolvimento de câncer e é proibida em diversos países", acusa o Idec.

Foram encontrados até 4 tipos diferentes de agrotóxicos em biscoito maisena; resíduos de 3 agrotóxicos diferentes em hambúrguer e empanado à base de plantas, macarrão instantâneo e bolo pronto.

Foram encontrados resquícios de 2 agrotóxicos em empanado à base de plantas. E 1 tipo em hambúrguer e empanado à base de plantas, presunto cozido, bolo pronto e bebida láctea.

Tem de baixar os juros

"Para manter o crescimento e, no caso do Brasil, retomar a tendência positiva precisamos dos juros baixos, que ainda estão em níveis bem restritivos", defendeu o diretor-executivo do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), João Gomes.

Análise feita pelo Instituto, com base no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), de março de 2024, revela que a economia do Estado do Rio registrou crescimento de 0,42% em relação a fevereiro, enquanto o número nacional caiu 0,34%.

De acordo com o IFec RJ, o IBC-BR no Rio acumula variação de 4,83% em 2024 e de 4,79% nos últimos 12 meses, mais que o dobro observado no país.

Alemanha perde esperança

A esperança de vida na Alemanha é menor do que em outros países da Europa Ocidental, de acordo com um estudo publicado nesta quarta-feira pelo Instituto Federal de Investigação Populacional (BiB) e pelo Instituto Max Planck de Investigação Demográfica.

O estudo, que analisou as tendências de mortalidade ao longo de várias décadas, concluiu que, embora a esperança de vida na Alemanha estivesse apenas 0,7 ano abaixo da média da Europa Ocidental em 2000, esta diferença aumentou para 1,7 ano em 2022, quando atingiu 80,55 anos.

Rápidas

A partir da próxima quarta-feira (29), o CCBB RJ apresenta *Mulheres Mágicas: Reinvenções da bruxa no cinema*. Com curadoria das cineastas Carla Italiano, Juliana Gusman e Tatiana Mitre, a mostra traz 28 filmes *** O projeto Cine&Manas promove sessões de cinema gratuitas com filmes nacionais produzidos por mulheres para comunidades. As sessões serão realizadas nesta quinta, às 18h, com *Levante*, no MACquinho (Ingá, Niterói) e no dia 31, às 18h, serão exibidos curtas-metragens na Biblioteca Engenho do Mato *** Duas estudantes do projeto Imagens em Movimento, que oferece oficinas de cinema em escolas públicas, vão representar o Brasil no Encontro Internacional de Cinema, em Lisboa de 3 a 7 de junho.

Trabalhadores dos Correios tentam reaver R$ 12 bilhões perdidos

Recuperar prejuízo por má gestão do BNY Mellon no Postalis

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios Telégrafos e Similares (Fentect) está intensificando suas ações para resgatar prejuízo bilionário causado ao fundo de pensão de sua categoria, o Postalis, pelo BNY Mellon Administração de Ativos. A estimativa de perdas causadas ao Postalis pela corretora é de R$ 12 bilhões (valores atuais).

A BNY Mellon Administração de Ativos é o braço brasileiro do The Bank of New York Mellon Corporation (BNY Mellon), instituição norte-americana de serviços bancários e financeiros com atuação em todo o mundo e que mantêm escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A má gestão de ativos do Postalis denunciado pela Fentect já rendeu contra o BNY Mellon uma acusação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e uma ação ajuizada pelo Ministério Público Federal em São Paulo (MPF-SP).

Para o secretário-geral da Fentect, Emerson Marinho, a entrada do escritório de Kakay é mais um passo importante da Federação "na busca da recuperação do dinheiro que foi usurpado pelo BNY Mellon e que prejudica milhares de trabalhadores que dependem da aposentadoria", destaca.

Segundo o dirigente sindical, estava estabelecido no contrato do Postalis com o banco uma cláusula para garantir ressarcimentos por danos causados por possíveis gestões temerárias nos investimentos sob responsabilidade da sua filial brasileira.

Em novembro passado, mais de 600 trabalhadores aposentados e na ativa dos Correios sob o chamado da Fentect protestaram na frente do escritório do BNY Mellon no Rio de Janeiro. De acordo com a federação, "outras mobilizações devem ser organizadas até que autoridades americanas e brasileiras possam obrigar a ex-gestora a devolver o dinheiro do trabalhador".

Além disso, a Fentect divulgou, no último dia 30, informe orientando os sindicatos de base a realizarem assembleias entre os dias 4 e 7 de dezembro para aprovação do "estado de greve permanente" e análise da minuta da nova proposta apresentada dos Correios. O motivo é a falta de atendimento ao acordo vigente, a falta de compromisso e respeito com as negociações.

No documento, o Comando Nacional de Negociação Permanente da Federação cobra urgência na abertura de mesa de negociação por parte da empresa para debater as propostas encaminhadas por meio da Carta 306/2023.A última resposta da ECT para os representantes dos trabalhadores foi uma proposta para transformar o abono de janeiro em tíquete, como forma de evitar futuros descontos. O atual Acordo Coletivo do Trabalho (ACT) vigente foi assinado no último dia 27 de setembro, mas acabou sendo descumprido pela própria empresa ao realizar descontos irregulares no Abono Indenizatório.

"Após a reunião com a empresa, a Fentect convocou reunião de urgência com os Sindicatos filiados para deliberar sobre o tema. A direção da Fentect entende que os trabalhadores(as) não podem ser prejudicados com a irresponsabilidade da direção da ECT, pela falta de palavra dos gestores da empresa e o desrespeito da ECT em não cumprir na íntegra as cláusulas de nosso ACT", afirma o documento da entidade.

Para cobrar os valores descontados indevidamente, a Federação já entrou com uma Ação na Justiça do Trabalho com a exigência de que a empresa cumpra o estabelecido no ACT e reitera que tem como prioridade as melhorias nas relações de trabalho.

Piloto do Drex entrará em segunda fase de testes

O Banco Central (BC) decidiu revisar as diretrizes do Projeto Piloto do Drex de forma a permitir o avanço de sua infraestrutura em uma segunda fase de testes. "O objetivo é incorporar novas funcionalidades e realizar novos testes promovendo a evolução e a maturação da plataforma", afirmou a autoridade monetária nesta quarta-feira. Nas próximas semanas, o BC abrirá prazo para que os atuais participantes do Piloto do Drex apresentem propostas de casos de uso. As iniciativas selecionadas passarão a ser testadas a partir de julho.

De acordo com o BC, as soluções tecnológicas de privacidade testadas até o presente estagio do Piloto não apresentaram a maturidade necessária para que se possa garantir o atendimento de todos os requisitos jurídicos relacionados à preservação da privacidade dos cidadãos, apesar de terem evoluído ao longo do tempo.

Ao longo do terceiro trimestre de 2024, o BC receberá novas propostas de candidatura de entidades interessadas em participar do Piloto Drex. Os selecionados deverão testar a implementação de smart contrats até o fim do primeiro semestre de 2025.

Na segunda fase de testes, a infraestrutura criada para o Piloto com Tecnologia de Registro Distribuído (DLT) passará a testar a implementação de smart contracts criados e geridos por terceiros participantes da plataforma. Os participantes poderão criar e gerenciar serviços próprios e novos modelos de negócios, não se limitando mais a serviços criados pelo BC.

"Nesta nova fase do Piloto Drex, será necessário avaliar diferentes casos de uso, sempre levando em conta os requerimentos de privacidade exigidos pela legislação em vigor. Serão incluídos no ambiente de testes ativos não regulados pelo BC", explicou. Haverá necessidade, por exemplo, de se assegurar a participação ativa de outros reguladores na plataforma Drex, em especial da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que já acompanha a evolução da moeda digital do Brasil.

VLI S.A.
CNPJ/ME nº 12.563.794/0001-80 - NIRE 35.300.391.101 - Companhia Fechada

VL! Valor da Logística Integrada

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE JANEIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 05 de janeiro de 2024, às 13:00h, virtualmente, sendo coordenada e secretariada da sede da VLI S.A. ("Companhia" ou "VLI"), localizada na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050. **2. Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença de totalidade dos membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, nos termos do caput do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **3. Presença:** Em conformidade ao artigo 13, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros manifestaram seus votos à distância, sendo considerados, portanto, presentes à reunião virtual, os conselheiros Sr(a)s. Gustavo Pimenta, Fabiano Carvalho, Marcos Pinto Almeida, Bruno Henrique Lopez Lima, Naoya Kubo, Marcos Kaliszaka e Mônica Stefanini Herrero. Observadas as formalidades e em verificação ao quórum de instalação fixado nos termos do Estatuto Social da Companhia, a reunião foi validamente instalada. **4. Mesa: Presidente:** Sr. Gustavo Pimenta; e **Secretária:** Sra. Joyce Andrews da Costa. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a prestação de garantia fidejussória pela Companhia no âmbito da contratação, pela VLI Multimodal S.A. ("VLI MM"), de empréstimo externo na modalidade da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, no valor total de $58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de dólares americanos), junto ao The Bank of Nova Scotia ("Empréstimo 4.131"), obrigando-se a Companhia, como responsável pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela VLI MM, nos termos e condições previstos no instrumento do Empréstimo 4.131 ("Garantia"); **(ii)** autorização à Diretoria da Companhia, bem como a procuradores constituídos pela Companhia, para celebrar todos e quaisquer documentos relacionados ao Empréstimo 4.131 e à prestação da Garantia, praticar todo e qualquer ato necessário à estruturação, operacionalização e formalização do Empréstimo 4.131 e da Garantia, especialmente com relação à discussão, negociação e definição dos termos e condições do Empréstimo 4.131 e dos contratos correlatos, e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na presente data; e **(iii)** ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou seus procuradores relacionados às deliberações (i) e (ii) acima. **6. Deliberações:** As matérias foram apreciadas, tendo sido aprovada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(i)** a prestação da Garantia pela Companhia no âmbito do Empréstimo 4.131, a ser tomado nas seguintes condições: (a) Prazo: Mínimo de 3 anos. (b) Valor Total da Operação: $58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de dólares americanos). (c) Taxa: CDI + 1,13% a.a. Garantias: garantia fidejussória da Companhia. **(ii)** a autorização à Diretoria da Companhia, bem como a procuradores constituídos pela Companhia, para celebrar todos e quaisquer documentos relacionados ao Empréstimo 4.131 e à prestação da Garantia, praticar todo e qualquer ato necessário à estruturação, operacionalização e formalização do Empréstimo 4.131 e da prestação da Garantia, especialmente com relação à discussão, negociação e definição dos termos e condições dos documentos relativos ao Empréstimo 4.131 e dos contratos correlatos, e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; e **(iii)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou seus procuradores relacionados às deliberações **(i)** e **(ii)** acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes e que participaram das deliberações. São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Joyce Andrews da Costa. **Certidão - JUCESP** - Certifico o registro sob o nº 3.179/24-2 em 10 de janeiro de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

NBCUNIVERSAL
NETWORKS INTERNATIONAL BRASIL PROGRAMADORA S.A.
CNPJ/ME nº 01.253.766/0001-40 / NIRE 33.3.003.0259-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Local, data e hora: Na sede da **NBCUNIVERSAL NETWORKS INTERNATIONAL BRASIL PROGRAMADORA S.A.** (a "**COMPANHIA**"), localizada na Avenida das Américas, 1.650, Bloco 4, salas 201, 202, 203, 204, 228, 229, 230, 231, 232 e 233, Barra da Tijuca, CEP 22.640-101, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 29/04/2024, às 10 horas. **Mesa:** Presidente da Mesa: Manuel Luis Roquete Campelo Belmar da Costa; e Secretário da Mesa: Marcelo Scalzo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade de votos dos acionistas:** Instalada a Assembleia, a totalidade dos Acionistas da Companhia decidiu por unanimidade e sem ressalvas: 1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76; 2. Apreciar e aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, assim como as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foram publicadas no jornal Monitor Mercantil no dia 19 de Abril de 2024. 3. Tendo em vista a apuração de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 22.802.424,63 (vinte e dois milhões, oitocentos e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), aprovam os Acionistas destiná-los da seguinte forma: 3.1. R$ 10.992.134,91 (dez milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e um centavos) como juros sobre capital próprio, já distribuídos aos Acionistas na proporção de suas participações societárias, conforme previamente aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06/12/2023 e pagos em dezembro de 2023, de modo que os acionistas outorgam à Companhia a mais ampla e irrestrita quitação; 3.2 Consignar que não será destinada nenhuma parcela do resultado para a reserva legal, tendo em vista o atingimento de seu limite legal; 3.3 R$ 11.810.289,72 (onze milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos) destinados à Reserva Operacional. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual depois de então ser lida e aprovada, foi assinada por todas as partes presentes à Assembleia. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024. Manuel Luis Roquete Campelo Belmar da Costa - Presidente; Marcelo Scalzo - Secretário. **ACIONISTAS PRESENTES: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A -** Paulo Daudt Marinho; Manuel Luis Roquete Campelo Belmar da Costa; **USA BRASIL HOLDINGS L.L.C. -** Fabio Monteiro Marques - Procurador. Jucerja reg. sob o nº 6245527 em 21/05/2024.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

PERSE - A Abeoc Brasil está entre as entidades convidadas para a Cerimônia de Sanção Presidencial do Projeto de Lei 1026/2024, que reestrutura o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse. O convite para a cerimônia veio do Ministro do Turismo, Celso Sabino, e será realizada às 16h desta quarta-feira nas dependências do Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Antes de seguir para a sanção presidencial, o projeto de lei foi aprovado no Senado Federal sem mudanças significativas em relação ao texto validado na Câmara dos Deputados, no fim do mês passado. Ou seja, foi definido que 30 atividades (CNAE) poderão usufruir da redução de tributos, após acordo feito entre os parlamentares e o Ministério da Fazenda. A aprovação do PL 1026/2024 prevê ainda o limite de R$ 15 bilhões para o custo fiscal do benefício entre 2024 e 2026. A Associação Brasileira de Empresas de Eventos é a mais antiga entidade do setor de eventos no Brasil e representa empresas e profissionais do chamado segmento MICE (sigla em inglês para Reuniões, Incentivos, Conferências e Feiras), popularmente conhecido como turismo de negócios e eventos.

CAMILA LEPORACE - A pesquisadora e autora da obra "Algoritmosfera – A cognição humana e a inteligência artificial", Camila Leporace, vai participar do Papo Editorial "Algoritmosfera: escrita, curadoria e edição", ao lado de Mariana Nada, editora da Hucitec e José de Souza Muniz, professor e editor. O evento será nesta quinta-feira (23/5), às 17h, na Casa de Inovação da PUC-Rio. Em seguida, haverá uma sessão de autógrafos com a autora. O Papo faz parte da programação da ExpoLivro, criada pela Editora PUC-Rio com o objetivo de promover trocas e fomentar o aprendizado sobre o mercado. As inscrições podem ser realizadas no site. Atividade gratuita e sujeita à lotação. A ExpoLivro vai até o dia 23 de maio, trazendo atividades gratuitas ministradas por representantes e autores de editoras de todo o Brasil. Local: Casa de Inovação da PUC-Rio - Rua Marquês de São Vicente, 225, no Rio. Inscrições: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScRmVtjN34IBXyc37BDn-ibtILJtGABokP0Rj7l-lqbs8w15A/viewform?pli=1 Gratuito e sujeit à lotação.

MATER DEI – Foi realizada no início do mês, em Nova Iorque, a 12ª conferência promovida pelo Bradesco BBI, voltada para empresas não listadas na bolsa, proporcionando um ambiente de intercâmbio e networking entre gestores e investidores em potencial. Durante o evento, a Rede Mater Dei, referências no setor de saúde no Brasil, marcou presença com Henrique Salvador, Presidente do Conselho de Administração, compartilhando perspectivas sobre o panorama econômico global e contando a trajetória da empresa para abertura do IPO.

BRIDGESTONE - A Bridgestone inaugurou seu novo Centro de Distribuição, em Cotia (SP) destinado exclusivamente para o mercado reposição. Com uma área total de 84 mil m² cobertos, o espaço possui capacidade para armazenar mais de 1 milhão de pneus entre as diferentes tipologias que a empresa oferece ao mercado. São mais de 140 docas, que podem movimentar 35 mil unidades diariamente. O armazém é o maior da companhia na América Latina. O local contou com investimentos de mais de R$ 300 milhões da Prologis, empresa que detém o espaço, e gerou 250 novos empregos diretos.

ITACOATIARA ORO - Em junho, a cidade de Niterói (RJ) recebe o maior festival de esportes ao ar livre do Brasil. Em sua 12ª edição, o Itacoatiara Pro World Festival oferece música, arte e muito esporte, dentre as mais diversas modalidades, com campeonatos nacionais e internacionais, e atletas renomados. Além disso, o evento promove a conscientização socioambiental, com ações de impacto positivo na região. Neste ano, serão cinco modalidades esportivas: bodyboard, skate, surf, bodysurf e ciclismo. Serão mais de 200 atletas profissionais de 25 países e 11 estados do Brasil disputando mais de 250 mil reais em prêmios.

ROCK 80 FESTIVAL - A Praia do Flamengo receberá muita música nos dias 25 e 26 maio, a partir das 10h, com uma nova edição do Rock 80 Festival. Durante os dois dias de evento, o público amante do rock irá curtir 10 bandas dos anos 80, com uma programação para toda a família. A entrada é gratuita, porém convida todos a doar 2 quilos de alimentos não perecíveis, que serão entregues a instituições do Rio de Janeiro. A programação completa pode ser conferida no Instagram @rock80festival. A cada edição, o evento busca oferecer atrações para todas as idades, e diversas opções de gastronomia. O festival Cerveja Rio de Janeiro, é quem assina a curadoria das cervejarias artesanais, que apresentam 20 tipos diferenciados, para todos os paladares.

Local: Praia do Flamengo – Posto 3, das 10h até às 23h.

Registro Geral é publicado todas as quintas-feiras no Monitor Mercantil

Shein: só 11% de seus consumidores são da classe A e B

De acordo com os últimos dados da pesquisa feita pela Ipsos, referência global em pesquisas de mercado, e encomendada pela Shein no primeiro trimestre de 2024, o percentual de consumidores das classes C, D e E que adquirem produtos internacionais na plataforma da empresa é de 88%, sendo 50% das classes D e E e 38% da classe C.

A pesquisa realizada mostra um retrato dos consumidores da plataforma e ainda aponta que apenas 11% dos consumidores pertencem às classes A e B.

Segundo a Shein, ao isentar os brasileiros do imposto de importação nas compras internacionais de valores até US$ 50, o De Minimis – instrumento que vem desempenhando um papel crucial na facilitação do comércio internacional e que garante essa isenção – é sobretudo, uma ferramenta no empoderamento do consumidor.

A empresa afirma que, ainda no âmbito das pesquisas, de acordo com a Plano CDE, outra instituição referência no mercado de pesquisas, em levantamento recente com consumidores de diversas plataformas internacionais, foi aferido que 61% do público vê nos sites internacionais a possibilidade para a população mais pobre ter acesso ao consumo - e que a desistência da compra quando são cobrados os impostos é maior entre as classes C, D e E (37%) que nas classes A e B (32%).

Adicionalmente, a pesquisa "Consumo online no Brasil", da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) que ouviu 1.120 pessoas em julho/23, aponta para o fato de que dentro do universo total de consumidores das classes C, D e E, 73,9% consomem nas plataformas online.

Economia do Rio cresceu mais que a do país em março

Análise feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), com base no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC), de março de 2024, revela que a economia do estado do Rio registrou crescimento, agora de 0,42% em relação a fevereiro na série livre de efeitos sazonais, enquanto o dado nacional caiu 0,34%.

O desempenho foi positivo na comparação interanual, apresentando crescimento de 3,20% frente a março de 2023. De acordo com o IFec RJ, o índice no estado acumula variação de 4,83% em 2024 e de 4,79% nos últimos 12 meses, mais que o dobro observado no país.

"Para manter o crescimento e, no caso do Brasil, retomar a tendência positiva precisamos dos juros baixos, que ainda estão em níveis bem restritivos", concluiu o diretor-executivo do IFec RJ, João Gomes.

Auditores agropecuários encerram paralisações em todo o país

Em assembleia geral realizada nesta quarta-feira, 68,5% dos auditores fiscais federais agropecuários aceitaram a proposta de reestruturação da carreira feita pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Com isso, a operação padrão, iniciada em janeiro, será interrompida em todo o país a partir desta quinta-feira. Mesmo com a decisão, a maioria dos auditores demonstra insatisfação com o governo, principalmente com a condução do MGI nas negociações.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), os profissionais têm relatado a precarização das condições de trabalho, especialmente quem atua em jornadas exaustivas em regiões de fronteira e em frigoríficos. Há, ainda, denúncias de assédio moral dentro das repartições do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e exonerações em massa de cargos de chefia.

Embora o movimento seja encerrado, o sindicato reforça que seguirá acompanhando o desdobramento das denúncias dos servidores e de medidas adotadas pelo Mapa quanto à estrutura de trabalho na área de defesa agropecuária.

Entre as pautas com maior atenção dos auditores está a regulamentação da Lei do Autocontrole, medida defendida por grandes empresas do setor produtivo e que não teve, até o momento, uma ampla discussão interna com a carreira. A proposta pretende transferir a competência de Estado das inspeções de produtos de origem animal e vegetal para técnicos contratados pela própria indústria, o que pode colocar em risco a segurança dos alimentos aos consumidores.

Mobilização

Iniciado em 22 de janeiro, o movimento dos auditores agropecuários pedia melhores condições de trabalho a partir de uma reestruturação e da inclusão da carreira no ciclo de auditorias do Executivo federal. O objetivo foi incentivar o governo a tratar a segurança dos alimentos e a defesa agropecuária de maneira equivalente à arrecadação de impostos, à fiscalização ambiental e à segurança pública.

Vale destacar que, no período, não houve greve ou paralisações de atividades de defesa agropecuária. Os auditores vinham deixando de cumprir horas extras não remuneradas, mas continuaram respeitando os prazos previstos em normas do Mapa para a liberação de certificados e mercadorias, como, por exemplo, cargas para exportação nos portos brasileiros.

Portanto, desde o início da mobilização, as atividades essenciais de defesa agropecuária não foram em nenhum momento suspensas, dentre elas, o diagnóstico de doenças e pragas previstas em programas de controle do Mapa e a emissão de Certificado Veterinário Internacional para viagem de pets, bem como a vistoria de cargas vivas e perecíveis.

O Anffa Sindical reafirma o compromisso dos auditores em garantir a continuidade das atividades de defesa agropecuária, visando sempre a segurança e a qualidade dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro ou de outros países.

Atualmente, o Brasil conta com 2,3 mil auditores agropecuários para auditar e fiscalizar portos, aeroportos, zonas de fronteira, plantas de frigoríficos, agroindústrias, campos de produção, a saúde e bem-estar animal, além de realizar análises fiscais em laboratórios e abrir mercados por meio das adidâncias agrícolas. Cerca de 20% deste total está apto a se aposentar e a reposição de pessoal por meio de concursos públicos não tem caminhado para atender o volume do agronegócio brasileiro.

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.600.854/0001-34 - NIRE 33.300.260.528
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 9 de maio de 2024, às 10h00. Devido à importância e urgência do assunto constante da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme previsto no parágrafo 3º do Artigo 17 do Estatuto Social da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"). **PRESENÇAS:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia com a presença dos Srs. Alberto Mario Griselli e Paolo Barroero, e da Sra. Gigliola Bonino. **MESA:** Sr. Alberto Mario Griselli – Presidente; e Sra. Fabiane Reschke – Secretária. **ORDEM DO DIA:** Tomar conhecimento sobre o Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia relativo ao 1º trimestre de 2024, encerrado em 31 de março de 2024. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **Tomaram conhecimento** do Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia, relativo ao 1º trimestre de 2024, encerrado em 31 de março de 2024, conforme as informações fornecidas pela administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). **ESCLARECIMENTOS E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 9 de maio de 2024. **FABIANE RESCHKE** - Secretária da Mesa. Jucerja nº 6248498, em 22/05/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

As duplicatas escriturais e seus impactos

Por Jorge Priori

Conversamos com Guilherme Menezes, diretor de relações institucionais da CRDC (Central de Registro de Direitos Creditórios), sobre as duplicatas escriturais, que deverão estar operacionais a partir de 2026, e seus impactos no mercado brasileiro de crédito.

Qual a diferença entre uma duplicata eletrônica e uma duplicata escritural?

As duplicatas eletrônicas surgiram por volta de 2017, quando se começou a registrar duplicatas comuns, que são usadas no dia a dia, numa registradora, que passou a fazer o papel que antes era feito pelos cartórios. Por que isso foi feito? Imagine um financiador que havia dado uma linha de crédito para uma empresa, que por sua vez entregou R$ 100 mil em duplicatas como garantia. Na medida em que essas duplicatas fossem pagas, o financiador, dependendo do acordo que foi feito, podia devolver parte desse fluxo para a empresa ou guardar esses valores numa conta separada. Só que a empresa tinha que pegar novas duplicatas para substituir as antigas na medida em que elas eram pagas. O problema é que você tinha que ir no cartório para registrar as duplicatas uma a uma, o que fazia com que essa dinâmica fosse complicada.

As registradoras dinamizaram esse processo. As empresas mandam um arquivo com os dados das duplicatas para uma registradora, que recebe as informações e faz uma série de consistências, o que dá um lastro no sentido informacional da operação. Isso faz com que haja uma validade e uma velocidade muito maior para que se opere com duplicatas.

Existe também no mercado uma iniciativa, que teve início com a Lei 13.775/2018, que trata da duplicata escritural. Antes, é importante analisar a diferença entre registro e escrituração. O registro é feito quando se faz uma operação com um ativo financeiro. Por exemplo, quando uma empresa cede, se registra a cessão, e quando ela dá uma duplicata em garantia, se registra o ônus e o gravame. Já a escrituração é o nascimento do ativo financeiro. Com isso, a duplicata, que antes era extraída da fatura, vai nascer na registradora.

Por exemplo, quando uma empresa sacadora emitir uma fatura e a nota fiscal eletrônica, a escrituradora escolhida por ela vai receber a informação e compor a duplicata na sua agenda de sacador, onde vai constar a informação de quando a empresa sacadora tem a receber por dia. Com isso, ela vai poder autorizar os agentes financeiros, como bancos, factorings e fundos de investimento, a acessarem essa agenda através de uma registradora.

Esse pedido de autorização será feito através de um sistema de interoperabilidade. Assim, o sacador vai autorizar um banco a acessar sua agenda, que vai analisá-la e informar ao sacador a taxa que será utilizada na sua operação. Como o sacador vai poder fazer isso com outros bancos, ele poderá escolher a instituição que lhe der a melhor taxa. Nesse momento, o agente financeiro plugado na registradora vai fechar o negócio e registrá-lo. Feito isso, a registradora vai avisar a escrituradora que as duplicadas escolhidas não estão mais disponíveis.

Existe um calendário do Banco Central (BC) para essa implantação e nós estamos na fase das registradoras que estão postulando se tornar escrituradoras. Nós fizemos uma convenção e entregamos ao BC em abril um documento com o funcionamento desse negócio, os protocolos de tecnologia, as mensagens e os horários em que o sistema estará aberto. Com isso, o BC vai dar início aos procedimentos de homologação.

O BC pretende implementar as duplicatas escriturais por tamanho de empresa. Ele vai começar pelas empresas maiores, que possuem um volume pequeno de duplicatas, passando para as empresas médias, mas com um volume maior de duplicatas, e terminando com as empresas pequenas, que possuem um mundo de duplicatas. Nós imaginamos que as duplicatas vão começar a ser escrituradas a partir de 2026.

Quando esse mercado estiver operacional, todas as duplicatas emitidas serão escrituradas?

Quase todas as duplicatas serão escrituradas. Isso porque o BC, de uma maneira muito hábil, obrigou, vamos dizer assim, as instituições que são reguladas por ele, como bancos e financeiras, a operarem duplicatas escriturais quando elas existirem. Com isso, todo o mercado vai querer estar escriturado. O BC não pode obrigar o sacado a escriturar suas duplicatas, já que não há uma lei que determine essa obrigação, mas todo mundo vai querer escriturar para descontar no mercado.

O BC ofereceu duas alternativas aos sacadores. Eles poderão emitir as duplicatas e mandar as informações para as suas escrituradoras ou permitir que as escrituradoras fiquem olhando na Receita de forma a que o que saia já vire duplicata. Nós achamos que a segunda opção será mais comum, pois ela não dá trabalho.

O fato da duplicata ser escriturada não vai gerar nenhum custo para o sacador. Ele vai ficar com as suas notas na escrituradora, mas se ele não quiser negociá-las, ele não é obrigado, mas se ele quiser fazer isso, ela vai estar pronto. O mercado acredita que todo mundo vai querer escriturar tudo, mas não é correto dizer que 100% das empresas vão querer fazer isso. Isso porque um sacador tem o direito de não escriturar suas notas, mas isso vai fazer com que seja difícil negociá-las. Ele só vai poder negociar com quem não é do mercado financeiro, o que deverá ser uma proporção marginal.

Um ponto importante é que dessa grande massa que será escriturada, só uma parte será registrada. Como escriturar é nascer e registrar é negociar, por mais que uma boa parte seja negociada, uma parte não será, pois as empresas, simplesmente, vão esperar o vencimento das suas duplicatas.


Divulgação CRDC
Guilherme Menezes

Quem vão ser as escrituradoras?

Uma das condições para se solicitar ao BC ser uma escrituradora, é ser uma registradora, ou ter o pedido de registradora já colocado no BC. Toda escrituradora terá que ser uma registradora ao mesmo tempo, mas nem toda registradora precisará ser uma escrituradora.

Ainda não foi aberta a janela para que os pedidos fossem feitos, mas todas as registradoras vão querer se tornar escrituradoras, pois isso fará com que o negócio fique muito mais completo e se atenda muito melhor o mercado atuando nas duas pontas.

Um ponto interessante é que se uma empresa, por exemplo, escriturar na CRDC, ela vai poder negociar com um banco que está pendurado em outra registradora, e não necessariamente na CRD, pois o sistema intermediário de interoperabilidade vai possibilitar fazer isso.

Todo mundo vai conseguir ver a informação de todo mundo?

Sim, com a ressalva de que o sacador tem que autorizar os agentes financeiros a verem sua agenda. Se um sacador não quiser mais que um agente financeiro veja a sua agenda, ele cancela a autorização, pois o único que tem poder sobre a agenda é o seu dono, o sacador. As escrituradoras vão cumprir o que eles mandarem.

Olhando para o mercado de registro, como se dá a competição nesse mercado?

Como o registro é padronizado, não dá para uma registradora dizer que registra melhor que a outra, mas dá para ter uma tecnologia melhor. Uma registradora pode aceitar as informações via API ou através de um protocolo mais parrudo, fazer as integrações ou uma parte delas, ou se ligar no fornecedor de ERP da empresa. A lógica da escolha passa pelo preço do registro, já que se a forma não pode variar, o preço pode, e por serviços agregados. É assim que se dá a competição.

A escrituração de duplicatas poderá impactar nas taxas de juros cobradas das empresas?

Eu acredito, firmemente, que vai impactar, embora eu encontre no mercado pessoas que não compartilham dessa convicção. Eu digo que os juros vão baixar, pois existirá competição. Hoje, um sacador que emite boletos está praticamente preso ao banco que emitiu os seus boletos, já que ele não consegue pegar os boletos emitidos por um banco e descontá-los em outro. E se ele rachar a sua carteira entre dois bancos, ele vai ter que administrar dois relacionamentos e duas carteiras.

Quando a duplicata escritural entrar, a empresa vai poder vender parte da agenda para um banco e parte para outro, sendo que os boletos poderão ser emitidos em qualquer lugar, pois não será preciso ter a carteira de cobrança no mesmo lugar onde se está buscando financiamento. Essa é uma grande diferença, e uma grande facilidade para que os fundos adquiram duplicatas, pois haverá um grande avanço para que eles testem a qualidade das carteiras antes de negociá-las.

Eu também não tenho dúvida de que existirão mecanismos, como marketplaces, que vão fazer comparações e dizer quem está financiando mais barato e dando as melhores opções para os sacadores.

Vai haver uma grande mudança no jogo, com competição entre entidades financeiras e uma competição muito importante do mercado de capitais, que hoje é mais tímido para financiar. Com a possibilidade de se entrar no sistema, olhar as duplicatas, ver as agendas e confiar mais nos recebíveis, a participação do mercado de capitais vai aumentar muito.

Leia a íntegra da entrevista em monitormercantil.com.br/as-duplicatas-escriturais-e-seus-impactos

INFRAESTRUTURA E ENERGIA BRASIL S.A.

CNPJ nº 37.513.663/0001-10

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixas e bancos	3	45.596	47.040
Impostos a recuperar		30	30
Total do ativo circulante		**45.626**	**47.070**
Não Circulante			
Outros ativos		-	-
Total do ativo não circulante		**-**	**-**
Total do ativo		**45.626**	**47.070**

PASSIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores a pagar	4	118	8.764
Obrigações fiscais	5	4.313	133
Outras contas a pagar		30.143	-
Total do passivo circulante		**34.574**	**8.898**
Não Circulante			
Fornecedores a pagar		-	-
Total de passivo não circulante		**-**	**-**
Patrimônio líquido			
Capital social	6	118.607	326.202
Reservas de capital		377.595	-
Resultado acumulado		(288.030)	(84.383)
Resultado do período		(197.120)	(203.647)
Total do patrimônio líquido		**11.052**	**38.172**
Total do passivo e patrimônio líquido		**45.626**	**47.070**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	-	-
(-) Custos	-	-
Lucro Bruto	**-**	**-**
Despesas administrativas	-	-
Despesas gerais e administrativas	(196.250)	(203.297)
Despesas tributárias	(703)	-
Resultado operacional	**(196.953)**	**(203.297)**
Resultado financeiro	-	-
Despesas financeiras	(167)	(350)
Resultado antes dos impostos	**(197.120)**	**(203.647)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	-
Lucro/(Prejuízo) do período	**(197.120)**	**(203.647)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reservas	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	326.202	-	(84.383)	241.819
Resultado do período	-	-	(203.647)	(203.647)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	326.202	-	(288.030)	38.172
Capital social	(207.595)	-	-	(207.595)
Reserva de capital	-	377.595	-	377.595
Resultado do período	-	-	(197.120)	(197.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	118.607	377.595	(485.150)	11.052

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	(197.120)	(203.647)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(197.120)**	**(203.647)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(197.120)	(203.647)
(Aumento) redução líquida dos ativos e passivos operacionais		
Contas a pagar	(8.646)	706
Impostos a recuperar	-	(30)
Obrigações fiscais	4.179	11
Outras contas a pagar	30.143	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(171.444)**	**(202.960)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital social	170.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**170.000**	**-**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(1.444)**	**(202.960)**
Caixa e equivalente de caixa no começo do ano	47.040	250.000
Caixa e equivalente de caixa no fim do ano	45.596	47.040
	(1.444)	**(202.960)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em reais)

1. Informações gerais: INFRAESTRUTURA E ENERGIA BRASIL S.A. ("empresa") é uma sociedade anônima localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, Torre Norte, 5° andar, Conj. 51, Itaim Bibi. **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6404/76), incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes. **2.3. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com os padrões atuais, a administração deve fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuro afetado. **2.4. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, deduzidas dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. **2.5. Caixa e equivalente de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa compreende o saldo positivo em conta bancária. **2.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros incluem caixa, outras contas a receber, contas a pagar e outras obrigações e impostos a pagar. **2.7. Normas contábeis novas ou revisadas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia considerou, quando aplicável, as novas normas e interpretações contábeis emitidas pelo CPC aplicáveis às pequenas e médias empresas, respectivamente, que passaram a vigorar para os exercícios findos em ou após 31 de dezembro de 2022. Esses novos regras e interpretações não teve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalente de caixa	2023	2022
BNP Paribas Corporate & Investment Bank	**45.596**	47.040
	45.596	47.040

4. Contas a pagar	2023	2022
Deloitte Serviços	**-**	8.764
Machado Meyer	**118**	-
	118	8.764

5. Obrigações fiscais

	2023	2022
IRRF	**890**	133
CSRF	**3.423**	-
	4.313	133

6. Capital social: a) Capital social: O capital social subscrito totaliza R$ 118.607, dividido em 118.607 cotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. O capital social está dividido entre os cotistas como segue:

Cotistas	2023 Participação -%	2023 Cotas	2022 Participação %	2022 Cotas
Caisse de dépôt et placement du Quebec	**100%**	**118.607**	100%	326.202
		118.607	100%	326.202

DIRETORIA

Denis Satolo - Contador - CRC 1SP156.259/O-0
Ana Graciela Granato - Administradora - CPF 983.358.396-20

Seguros básicos não são obrigados a cobrir enchentes

Advogado orienta moradores do RS que perderam carros ou imóveis

Os moradores do Rio Grande do Sul que foram afetados pelas fortes chuvas e enchentes dos últimos dias podem ter dificuldades para obter indenização das seguradoras. Isso porque os planos básicos de seguro residencial não cobrem danos causados por inundações.

"Os seguros básicos cobrem apenas riscos como incêndio, roubo e vendaval", explica o advogado Tony Santtana. "Para ter cobertura contra enchentes, é necessário contratar um seguro específico para esse tipo de evento", acrescenta.

Ele alerta que muitos consumidores não estão cientes dessa limitação e acabam descobrindo apenas após sofrerem um sinistro. "É importante ler atentamente o contrato do seguro antes de assinar para saber exatamente quais são as coberturas e exclusões", aconselha.

Para quem já foi afetado pelas enchentes, o advogado recomenda entrar em contato com a seguradora o mais rápido possível. "Mesmo que o seguro básico não cubra o sinistro, pode haver outras opções de indenização, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou o seguro desemprego", explica. Para contratar um seguro contra enchentes, é necessário procurar uma seguradora especializada nesse tipo de cobertura. O valor do prêmio varia de acordo com o valor do imóvel, a localização e o histórico de inundações na região.

Cobertura financeira para multas da LGPD e despesas judiciais

Escritórios de contabilidade reúnem vários dados sensíveis de seus clientes. Por isso, esse setor é um dos mais visados pelos hackers no Brasil, sendo alvo de cerca de 15% dos ataques de ransoware. Para enfrentar essa vulnerabilidade, a Bluecyber, insurtech pioneira em seguros cibernéticos no país, e a Ottimizza, plataforma de automação contábil, fecharam uma parceria para proteção financeira contra vazamento de dados.

Desde o início de maio, todos os cerca de 2.000 clientes da Ottimizza podem contratar o seguro da Bluecyber que cobre custos com multas decorrentes de incidentes digitais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), vazamento das informações e proteção da reputação digital, além de despesas judiciais para processos contra terceiros.

O pacote básico oferecido pela Ottimizza tem somatório de indenizações entre R$ 130 mil e R$ 390 mil, onde as empresas de contabilidade têm as coberturas essenciais para se protegerem de custos de um incidente de vazamento dos dados pessoais e financeiros de seus clientes empresas ou indivíduos, cobrindo desde o suporte e assistência à resposta, ate custos com advogados, peritos forenses e indenizações determinados pela justiça.

"A Ottimizza é a primeira plataforma contábil a oferecer esse tipo de proteção a seus clientes. E em um mercado tão visado por criminosos cibernéticos isso é sem dúvida um diferencial", afirma Danilo Konrad, diretor de Receitas da Bluecyber.

Além de contar com a proteção financeira contratada pela Ottimizza, os escritórios de contabilidade assinantes da plataforma, por sua vez, também podem oferecer o seguro da Bluecyber a seus próprios clientes empresas e indivíduos, ampliando o alcance desse tipo de proteção e tendo a oportunidade de gerar uma receita adicional, já que são remunerados em cada contrato vendido.

"A parceria também permite que a proteção contra vazamento de dados chegue a mais empresas, pois os contadores podem oferecer os mesmos planos de seguros de proteção digital a seus clientes, aumentando a capilaridade do nosso produto. Além disso, oferece uma alternativa de receita extra às empresas de contabilidade. É um cenário em que todos ganham", explica o fundador e presidente da Ottimizza, Ricardo Machado.

Aumenta a procura pelo seguro Bike ESSOR

São mais de 40 milhões de bicicletas circulando pelo país, seja para lazer ou transporte, mas segundo dados da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) somente cerca de 100 mil delas são seguradas. Para Renan Vieira, Analista de Canais Digitais da Essor, uma das razões é a falta de conscientização sobre a importância do seguro de bicicletas. "Muitos podem não estar cientes dos riscos envolvidos, como roubo ou danos acidentais, e como um seguro ajuda a mitigar esses problemas. O seguro Bike ESSOR, oferece uma ampla gama de coberturas e benefícios que não apenas protegem a bicicleta, mas também o condutor e os equipamentos alocados nela. São opções acessíveis a todos os públicos e modelos de bicicleta", fala Renan Vieira.

O aumento da procura pelo seguro nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo está ligado ao crescente número de furtos e roubos. Dados do Cadastro Nacional de Bicicletas Roubadas, revelam que os dois estados lideram o ranking. "Registramos um crescimento do seguro Bike ESSOR acima de 70% nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo quando comparado com o primeiro trimestre de 2023. Por outro lado, também observamos um aumento nos índices de furto e roubo, por exemplo, no Espírito Santo e no Distrito Federal. Estamos empenhados não só em conscientizar da importância e dos benefícios do seguro, como intensificando nossas operações nesses locais para garantir a segurança e a tranquilidade dos ciclistas", enfatiza Renan.

Edital de Convocação para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ASSOCIAÇÃO BAIXO GÁVEA TÁXI, CNPJ nº 13.056.337/0001-62, com sede a **Travessa da Prosperidade, 16 apto 101 E 201 fds – Vila da Penha – Rio de Janeiro- Cep: 21.211-250**, na pessoa do Diretor Presidente **Wagner Costa Lima** no uso das atribuições estatutárias, convoca seus 28 (vinte e oito) associados, em dia com suas obrigações sociais, para **Assembléia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 22/06/2024, na Praça Santos Dumont - Gávea – Rio de Janeiro, 1ª convocação às 09:00 horas, e, 2ª convocação às 10:00 horas, convoca seus associados para tratar dos seguintes assuntos: **1º Prestação de Contas do ano de 2023. 2º Mudança de endereço. 3º Eleição de Diretoria. 4º Eleição do Conselho Fiscal. 5º Eleição do Conselho de Ética e Disciplina. 6º Ajuda de Custo. 7º Assuntos Gerais.** Rio de Janeiro, 22 de maio de 2024.
Wagner Costa Lima Presidente.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL
EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE e INTIMAÇÃO ao Espólio de ANTONIO FERREIRA, Espólio de GRACINDA FERREIRA e Espólio de LUIZ ANTONIO FERREIRA, na pessoa de seus sucessores ANA ALICE VARELA FERREIRA, FERNANDO VARELA FERREIRA e LIVIA VARELA FERREIRA DA CUNHA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Renovatória (Processo nº 0137287-56.2007.8.19.0001) proposta por FUNERÁRIA BOTAFOGO LTDA contra Espólio de ANTONIO FERREIRA, Espólio de GRACINDA FERREIRA e Espólio de LUIZ ANTONIO FERREIRA, na forma abaixo: O DR. JOSÉ MAURICIO HELAYEL ISMAEL, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **05.06.2024 e 13.06.2024, às 12hs:00min,** no Átrio do Fórum, à Avenida Erasmo Braga, nº 115, 5º Andar (hall dos elevadores da Lâmina Central), Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055, será apregoada e vendida a Loja A, do edifício situado na Rua da Passagem, nº 146, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 382.894,51 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

POLO CAPITAL SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF 12.261.588/0001-16 / NIRE 33300294163
Código CVM 22160
Edital de 1ª Convocação
Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 13ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Polo Capital Securitizadora S.A.. A Polo Capital Securitizadora S.A. ("Emissora"), na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 13ª Série de sua 1ª Emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente), com fundamento nos itens 11.1 a 11.4 do Termo de Securitização de Créditos da 13ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização"), convoca os titulares dos CRI ("Titulares do CRI") a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares do CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª convocação, no dia 11 de junho de 2024, às 15h, de forma exclusivamente presencial, na sede da Emissora, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, Leblon, CEP 22440-033, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) aprovação, ou não, da proposta apresentada pela KPFR Empreendimentos Imobiliários S.A. ("KPFR"), datada de 13 de maio de 2024 ("Proposta KPFR"), a ser disponibilizada aos Titulares dos CRI que solicitarem por meio do correio eletrônico: ri-securitizadora@polocapital.com; ou contencioso@pentagonotrustee.com.br; (ii) aprovação de apresentação de contraproposta à KPFR, em caso de reprovação do item (i) da Ordem do Dia; ("Contraproposta dos Titulares do CRI"); (iii) em caso de reprovação da Proposta KPFR, no item (i) da Ordem do Dia, e não havendo deliberação acerca de Contraproposta pelos Titulares dos CRI no item (ii) da Ordem do Dia, aprovação de cotação de assessor legal para a execução judicial da dívida do CRI; (iv) aprovação de aporte de recursos ao patrimônio separado vinculado aos CRI, pelos Titulares do CRI, proporcionalmente às suas respectivas posições, para custear as despesas de cobrança judicial (honorários, custas e taxas judiciais) caso seja aprovada a execução judicial da dívida do CRI; e (v) aprovação do aporte de recursos ao patrimônio separado vinculado aos CRI, pelos Titulares de CRI, proporcionalmente às suas respectivas posições, para quitação de despesas com honorários da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Pentágono"), no valor de R$ R$ 84.021,74 (oitenta e quatro mil, vinte e um reais e setenta e quatro centavos), referentes ao exercício das suas atribuições como agente fiduciário da Emissão, e referentes ao serviço de custódia da cédula de crédito imobiliário que representa o crédito imobiliário vinculado aos CRI; e (vi) Aprovar a substituição da Pentágono, como prestador de serviços de agente fiduciário e custodiante na Emissão. Os Titulares dos CRI deverão se apresentar na data, horário e local acima indicados, portando os documentos que comprovem sua condição de titular de CRI. Quando pessoas físicas, os investidores deverão portar documento de identidade válido com foto. Nos casos a seguir descritos, os respectivos documentos deverão ser apresentados com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da assembleia, ou seja, até às 15h do dia 10 de junho de 2024: (A) quando se tratar de investidor pessoa jurídica: (i) último estatuto ou contrato social consolidado, (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do investidor e (iii) documento de identidade válido com foto do(s) representante(s) legal(is); (B) quando se tratar de investidor fundo de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, (iii) documentos societários que comprovem os poderes de representação em assembleia geral de titulares de certificados de recebíveis imobiliários e (iv) documento de identidade válido com foto do(s) representante(s) legal(is); e (C) quando se tratar de investidor que se faça representar por procuração, além dos documentos referidos nos itens anteriores, conforme aplicáveis, deverá ser apresentado o instrumento de mandato com poderes específicos para representação na assembleia geral objeto desta convocação, (i) devidamente assinado, em via física original e com firma reconhecida, na sede da Emissora, cujo endereço foi informado no primeiro parágrafo da presente convocação, ou (ii) devidamente assinado digitalmente, com certificação nos padrões ICP - Brasil. Os documentos acima referidos deverão ser enviados para o correio eletrônico ri-securitizadora@polocapital.com, com cópia para contencioso@pentagonotrustee.com.br. Para maiores informações, poderão ser enviados e-mails para: ri-securitizadora@polocapital.com. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2024. **POLO CAPITAL SECURITIZADORA S.A.**

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
COMPANHIA ABERTA | CNPJ 33.035.536/0001-00 | NIRE 33.3.0010391-1
AVISO AOS ACIONISTAS
João Fortes Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3.443, Bloco 3, Loja 108, Barra da Tijuca, CEP 22.631-003, inscrita no CNPJ sob o n° 33.035.536/0001-00, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.001.0391-1 ("Companhia"), em continuidade às informações divulgadas no Aviso aos Acionistas datado de 19 de abril de 2024 ("Primeiro Aviso aos Acionistas"), vem informar aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral a respeito do término do prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas no âmbito do aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2024 ("Aumento de Capital"). Conforme amplamente divulgado pela administração da Companhia, o Aumento de Capital mediante a capitalização de créditos é um dos meios de recuperação previstos no plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia e demais sociedades integrantes do seu grupo econômico, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 6 de maio de 2022 ("Plano"), e nos seus respectivos aditamentos, todos homologados pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de n.º 0085645-87.2020.8.19.0001, em 10 de outubro de 2022. O Aumento de Capital foi aprovado no valor de R$991.468.082,00 (novecentos e noventa e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e oitenta e dois reais), o que representa o total do valor atual dos créditos detidos pelos credores contra a Companhia, mediante emissão e subscrição privada de 225.333.655 (duzentas e vinte e cinco milhões, trezentas e trinta e três mil, seiscentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que conferirão os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R$4,40 (quatro reais e quarenta centavos). Nos termos dos §§2º e 4º do Artigo 171 da Lei 6.404/76, foi assegurado a todos os acionistas da Companhia o seu direito de preferência na aquisição de ações decorrentes do Aumento de Capital, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do Primeiro Aviso aos Acionistas, sendo assim, do período de 19 de abril de 2024 (exclusive) ao dia 21 de maio de 2024 (inclusive). Dessa forma, em 21 de maio de 2024, encerrou-se o prazo para exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia e, conforme informações fornecidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, foram subscritas 2.268 (duas mil, duzentas e sessenta e oito) ações pelos acionistas que validamente exerceram o direito de preferência. Ainda conforme detalhado nos documentos referentes ao Aumento de Capital, não haverá rateio de sobras entre os acionistas da Companhia, uma vez que, tratando-se de aumento de capital mediante capitalização de créditos, o restante das ações foi subscrito e integralizado pelos credores. As importâncias integralizadas pelos acionistas que exerceram o direito de preferência, por sua vez, serão distribuídas de forma proporcional aos titulares dos créditos capitalizados, nos termos do §2º do Artigo 171 da Lei 6.404/76 e da Cláusula 6.4 do Plano de Recuperação Judicial. As 225.333.655 (duzentas e vinte e cinco milhões, trezentas e trinta e três mil, seiscentas e cinquenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal serão certificadas operacionalmente em benefício de cada subscritor em 27 de maio de 2024. A Proposta da Administração para Aumento de Capital e Ata da Assembleia Geral Extraordinária encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da empresa, no site da CVM e no site da companhia (www.joaofortes.com.br/ri/). Informações adicionais sobre o Aumento de Capital poderão ser solicitadas à Companhia através dos endereços eletrônicos ri@joaofortes.com.br e recuperacaojudicial@joaofortes.com.br. Rio de Janeiro, 22 de maio de 2024.
JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Roberto Alexandre de Alencar Araripe Quilelli Correa
Diretor de Relações com Investidores

Novas regras para fundos de criptoativos

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) abriu audiência pública para discutir novas regras para fundos e carteiras administradas que investem em criptoativos.

O objetivo é definir requisitos mínimos de governança e diligência para os prestadores de serviços essenciais (gestores e administradores) de forma alinhada com a Resolução CVM 175, que, entre outros pontos, possibilitou o investimento direto nesses ativos, informou a associação que fala em nome de instituições como bancos, gestoras, corretoras, distribuidoras e administradoras.

Segundo a Anbima, as novas exigências, que farão parte do documento Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, entrarão em vigor em 1º de outubro, e o estoque terá até 30 de junho de 2025 para adaptação. "Essa iniciativa dá continuidade às nossas ações voltadas à autorregulação dos fundos de criptoativos. No ano passado, nossa prioridade foi o aumento da transparência desses fundos para os investidores e agora queremos avançar ajudando a fortalecer a sua governança, em linha com as recomendações internacionais", explica Zeca Doherty, diretor-executivo da associação. "É nosso papel como autorregulador zelar por esses pilares, que são fundamentais para o desenvolvimento saudável desses fundos e segurança do investidor".

Propostas Uma das propostas da Anbima é que os gestores mantenham uma política que descreva a área responsável pela decisão de investimentos e os critérios utilizados para seleção dos criptoativos, incluindo procedimentos relacionados à custódia e ao processo de aquisição e monitoramento desses ativos (conhecido como know your token).

"Sugerimos uma padronização para a metodologia de precificação de criptoativos, que deverá constar nos Manuais de Apreçamento das instituições (conjunto de regras, procedimentos, critérios e metodologias utilizadas pelo administrador para o estabelecimento de preço dos ativos dos fundos de investimento)", destacou texto postado pela Anbima. Comentários, sugestões e eventuais dúvidas sobre as propostas podem ser enviadas à associação até o dia 20 de junho pelo e-mail audiencia.publica@anbima.com.br.

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 33.448.150/0001-11 - NIRE 33.3.0015453-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 30 de abril de 2024, às 16h, na sede social da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 80, 20º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **2. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença da acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a desinvestidura do Sr. Luiz Felipe Milagres Guimarães do cargo de Diretor de Atendimento da Companhia; **(ii)** Aprovar a alteração da redação do art. 7º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia; **(iv)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e **(v)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep. **6. Deliberações:** A acionista única deliberou: **(i)** Aprovar a desinvestidura do Sr. Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 874.657.877-34 do cargo de Diretor de Atendimento da Companhia; **(ii)** Aprovar a alteração da redação do art. 7º do Estatuto Social para excluir o cargo de Diretor de Atendimento da Companhia, passando a Diretoria a ser composta por, no máximo, 09 (nove) membros, a saber: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 1 (um) Diretor de Produção, 1 (um) Diretor Jurídico e Riscos e 1 (um) Diretor de Controladoria, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Em virtude das alterações descritas nos itens acima, o art. 7º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 7º - A Diretoria é composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 09 (nove) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 1 (um) Diretor de Produção, 1 (um) Diretor Jurídico e Riscos e 1 (um) Diretor de Controladoria, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição". **(iii)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, já refletindo as alterações deliberadas nesta Assembleia, passa a vigorar conforme a redação do Anexo I a esta ata; **(iv)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 066.872.138-30; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e **Diretor de Produto - Automóvel:** Gilmar Pires Rodrigues, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.923.053-2 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 789.745.507-68, com sede em endereço Avenida Rio Branco, nº 80, 16º a 20º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **(v)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável, para constar: **I - Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Gilmar Pires Rodrigues;** b. Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor Responsável pelo Relacionamento com o Cliente, (Resolução CNSP 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda;** f. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma;** g. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Gilmar Pires Rodrigues.** i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Fabio Ohara Morita. II - Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** b. Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões.** Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Procuração e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionista: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por seu Diretor Sr. José Rivaldo Leite da Silva e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - NIRE: 333.0015453-1. Protocolo: 2024/00430541-1. Data do protocolo: 20/05/2024. Certifico o Arquivamento em 21/05/2024 sob o número 00006245687. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral. **Anexo I** *à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Azul Companhia de Seguros Gerais realizada em 30 de abril de 2024.* **Estatuto Social Consolidado da Azul Companhia de Seguros Gerais: Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Azul Companhia de Seguros Gerais,** constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede na Avenida Rio Branco, nº 80 - 16º ao 20º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos e de Pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na Legislação vigente. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º -** O Capital Social é R$ 922.330.704,86 (novecentos e vinte dois milhões, trezentos e trinta mil, setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), dividido em 2.200 (duas mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo Único -** No caso de aumento de Capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 7º -** A Diretoria é composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 09 (nove) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 1 (um) Diretor de Produção, 1 (um) Diretor Jurídico e Riscos e 1 (um) Diretor de Controladoria, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** Dentre os membros da Diretoria, aquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas a sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Artigo 8º -** A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral que eleger os administradores fixará a respectiva remuneração global mensal, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da sociedade, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 10 -** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, empenhar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, manutenção ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com um Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia que serão outorgadas, individualmente, por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 11 -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo Diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) Membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13 -** Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria: I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria: Artigo 14 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à Administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações: Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a) Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b) Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c) Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições: Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. Elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. Preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. Preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. Arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. Comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. Estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. Aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. Fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. Conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. Examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral: Artigo 19 -** A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único -** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20 -** As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legal e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21 -** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** as demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22 -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23 -** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único -** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24 -** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25 -** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26 -** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 27 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único -** A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28 -** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30 -** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único -** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31 -** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 30 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32 -** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único.** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33 -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Dpvat garante liberação de R$ 2,9 bi bloqueados do Orçamento

Beneficiado pela liberação de R$ 15,8 bilhões em gastos, o governo liberou os R$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União bloqueados em março. A reversão do bloqueio consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado nesta quarta-feira pelo Ministério do Planejamento.

O aumento do teto de gastos em R$ 15,8 bilhões foi incluído como "jabuti" (emenda não relacionada ao tema do texto original) na lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvat). O dinheiro permitiu ao governo ampliar o limite de gastos do novo arcabouço fiscal porque as estimativas de receitas vieram acima do previsto no segundo bimestre, conforme previsto no Artigo 14 da Lei do Novo Marco Fiscal.

Com a inclusão dos R$ 15,8 bilhões, o governo agora tem folga de R$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, que limita o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 70% do crescimento real da receita do ano anterior. Não fosse o aumento do limite, o governo teria de fazer um novo bloqueio de R$ 10,4 bilhões.

"Esses recursos [os R$ 15,8 bilhões] poderiam estar disponíveis desde o início [do ano], mas foram retirados durante a tramitação [do novo arcabouço fiscal] no Congresso. É importante ressaltar que esse dinheiro entraria de qualquer forma no Orçamento de 2024", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Documento enviado a cada dois meses ao Congresso, que orienta a execução do Orçamento, o relatório bimestral aumentou de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões, 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país), a estimativa de déficit primário para este ano. O resultado negativo está dentro do limite de tolerância de déficit de R$ 28,8 bilhões definido pelo novo arcabouço fiscal.

O documento prevê alta de R$ 16 bilhões nas receitas brutas em relação ao relatório anterior. Desse total, R$ 16,4 bilhões a menos da receita administrada pela Receita Federal, principalmente por causa da queda da previsão de arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No entanto, as receitas extraordinárias subiram R$ 22,7 bilhões, puxadas pelos royalties do petróleo e do aumento de dividendos das estatais. A estimativa de arrecadação da Previdência Social subiu R$ 9,7 bilhões. Isso fez a projeção de receitas brutas subir. Ao considerar os repasses para estados e municípios, a alta na receita líquida diminui para R$ 6,3 bilhões.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 29/05/2024, às 17:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** reformar o art. 5º do Estatuto Social, de modo a prever que as ações de emissão da Companhia passem a ser nominativas e não mais escriturais; e **(ii)** autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia, incluindo a rescisão de quaisquer contratos mantidos junto à instituição depositária das ações de emissão da Companhia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "*Zoom*". Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br.

Rio de Janeiro, 21/05/2024.
Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração

---

enel

ENEL CIEN S.A.
CNPJ/MF nº 01.983.856/0001-97
NIRE 33300167790
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 1º de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Enel Cien S.A. ("Companhia"), na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, Bloco 01, Sala 601, parte, Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20220-297. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por estar presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Rosario Zaccaria; Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Eleição de Francesco Tutoli para o cargo de Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle e Diretor Administrativo, em substituição a Raffaele Enrico Grandi. **5. Deliberações tomadas pelo acionista presente: 5.1.** Quanto ao item único da Ordem do Dia, aprovar a eleição de **Francesco Tutoli,** italiano, casado, graduado em Administração e Gerenciamento de Negócios, portador do documento de identidade RNM nº G185185-D, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.450.997-75, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle e Diretor Administrativo, em substituição a Raffaele Enrico Grandi, que deixa o cargo para assumir novas funções no Grupo Enel. A acionista manifestou seu agradecimento e parabenizou o Sr. Raffaele pelo desempenho e trabalho realizado durante o período em que ocupou o cargo. O Diretor ora eleito terá mandato coincidente com os demais diretores da Companhia, ou seja, até 13/12/2024, e declara não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária, e tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76. **5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pela acionista, Enel Brasil S.A., representada por sua procuradora, Maria Eduarda Fischer Alcure, pelo Diretor-Presidente e Presidente da Assembleia, Rosario Zaccaria, e pela Secretária da Assembleia, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024. Rosario Zaccaria - Presidente da Assembleia; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. Acionista Presente: Enel Brasil S.A. - p.p. Maria Eduarda Fischer Alcure. Jucerja em 12/04/2024 sob o nº 6179441. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

---

enel

ENEL CIEN S.A.
CNPJ/MF nº 01.983.856/0001-97
NIRE 33300167790
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 08 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Enel Cien S.A. ("Companhia"), na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, Bloco 01, Sala 601, parte, Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20220-297. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por estar presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Rosario Zaccaria; Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Eleição de Damian Popolo para o cargo de Diretor de Comunicação. **5. Deliberações tomadas pelo acionista presente: 5.1.** Quanto ao item único da Ordem do Dia, aprovar a eleição do Sr. **Damian Popolo**, italiano, casado, administrador, portador do RNE nº V652321-K, expedido pela Polícia Federal, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.551.418-85, com domicílio profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor de Comunicação da Companhia em substituição a Sra. Janaina Savino Vilella Carro, que deixou o referido cargo em 8 de abril de 2024. O Diretor ora eleito terá mandato coincidente com os demais diretores da Companhia, ou seja, até 13/12/2024, e declara não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária, e tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76. **5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pela acionista, Enel Brasil S.A., representada por sua procuradora, Maria Eduarda Fischer Alcure, pelo Diretor-Presidente e Presidente da Assembleia, Rosario Zaccaria, e pela Secretária da Assembleia, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. Rosario Zaccaria - Presidente da Assembleia; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. Acionista Presente: Enel Brasil S.A. Maria Eduarda Fischer Alcure. Jucerja em 26/04/2024 sob o nº 6204352. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

WLM

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA) Nº 33300031359
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2024, às 10h, reuniram-se por teleconferência, via aplicativo "Microsoft Teams", conforme convocação realizada na forma do § 2º, do Artigo 20, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA, FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA. Em seguida, o Sr. Presidente fez registrar que todos os membros do Conselho de Administração estavam devidamente conectados pelo "Microsoft Teams", logo presentes, tendo indicado o Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, para secretariar a reunião. A ata será submetida à aprovação de todos os Conselheiros, cuja aprovação deverá ser formalizada mediante resposta, tudo através de envio por comunicação eletrônica (correio eletrônico), que serão arquivados na Secretaria da Companhia. A ata da reunião será assinada pelo Secretário que ficará investido de poderes para tanto por todos os participantes da reunião, sendo dispensada a assinatura na ata dos demais participantes, para todos os efeitos legais. Todos os Conselheiros aprovaram as proposições preliminares do Sr. Presidente e a indicação do Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA para secretariar a reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente disse que o Conselho estava reunido para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: "**Eleição dos membros da Diretoria da Companhia para o mandato de 2024/2025**". Em seguida foi aprovada, por unanimidade, a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para um mandato de 12 (doze) meses, com início em 02 de maio de 2024, estendendo-se até a próxima eleição ou reeleição da Diretoria, a ser realizada dentro de 5 (cinco) dias úteis seguidamente à realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025, a saber: **a) reeleito** para o cargo de **Diretor-Presidente: Fernando Mauricio Araujo Guimarães**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da identidade 634528038 - SSP/SP, CPF sob o nº 710.157.367-34, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar, Flamengo, CEP: 22.210-901, **b) reeleito** para o cargo **Diretor sem designação especial**, cumulando as atribuições de gestão administrativa e financeira e de **Diretor de Relações com Investidores (DRI)**, em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), **Leandro Cardoso Massa**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da identidade do CREA/RJ nº 2004108723, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.151.267-19, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar, Flamengo, CEP: 22210-901; **d) reeleito** para o cargo de **Diretor Operacional das filiais no Estado de Minas Gerais: Anderson Wagner da Silva**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Administrador, portador da identidade M-4.326.056 da SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 631.982.236-87, com endereço comercial na Rodovia Fernão Dias - BR 381, Riacho das Pedras, CEP 32280-680, **e) reeleito** para o cargo de **Diretor Operacional das filiais no Estado do Rio de Janeiro: Jayme Abby**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão universal de bens, diretor de empresas, portador da identidade do IFP/RJ nº 02460933-1, CPF nº 363.147.817-87, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, nº 2.351, CEP: 21535-501, **f) reeleito** para o cargo de **Diretor Operacional das filiais no Estado de São Paulo: Francisco Roberto Carvalho Mota**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da identidade da SSP/SP - RG nº 37.739.706-4, inscrito no CPF sob o nº 251.812.461-68, com endereço comercial na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 114,5 - Nova Veneza, CEP: 13.177-901, e **g) reeleito** para o cargo de **Diretor Operacional das filiais nos Estados do Pará e Amapá: Glaycon Xavier Dias**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do passaporte/RJ FM508162, CPF nº 028.711.626-38, com endereço comercial na Rodovia BR 316, KM 11, nº 2807-A, Bairro São João, Marituba, Estado do Pará, CEP: 67200-000. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos da reunião às 11h. A presente ata foi lavrada e assinada pelo Sr. Secretário, conforme nomeado, produzindo seus jurídicos e legais efeitos. Presentes via aplicativo "Microsoft Teams": DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Conselho de Administração - Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Conselho de Administração - Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA (Conselho de Administração), FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA (Conselho de Administração) e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA (Conselho de Administração). FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA - Membro do Conselho de Administração - Secretário. JUCERJA nº 6245165 em 21/05/2024.

WLM

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA) Nº 33300031359
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2024

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2024, às 16h00min, na sede da Sociedade, na Praia do Flamengo, nº 200 - 19º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, presentes os acionistas representando mais de 90% (noventa por cento) das ações com direito a voto, conforme consignado no Livro de Presença de Acionistas, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. Por indicação dos presentes, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti, que convidou para Secretário o Sr. Leandro Cardoso Massa. Constituída a mesa, o Sr. Secretário procedeu à leitura do anúncio de convocação da Assembleia, publicado no Jornal Monitor Mercantil, nos dias 22, 25 e 26 de março de 2024, nos seguintes termos: "Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará às 16h00min do dia 29 de abril de 2024, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Item 1: Examinar e Votar as contas dos Administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Relatório da Administração; Item 2: Examinar e Votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; Item 3: Ratificar os Juros sobre Capital Próprio distribuídos durante o exercício de 2023, no valor total de R$24.000.000,42 (vinte e quatro milhões e quarenta e dois centavos), imputados aos dividendos obrigatórios do mesmo exercício, restando, ainda, o saldo de R$ 1.229.496,77 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) de dividendos obrigatórios a pagar; Item 4: Examinar e Votar Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como a distribuição de dividendo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2023, no valor de R$ 25.229.497,19 (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezenove centavos), que deduzidos os Juros Sobre Capital Próprio imputados no montante de R$24.000.000,42 (vinte e quatro milhões e quarenta e dois centavos), resulta no saldo obrigatório de dividendos a pagar de R$ 1.229.496,77 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos), conforme Proposta da Administração; Item 5: Examinar e Votar Proposta de distribuição de dividendo adicional com base em lucro de exercícios anteriores, no valor de R$ 24.237.822,41 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos), conforme Proposta da Administração; Item 6: Fixar em 05 (cinco) o total de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025; Item 7: Fixar em até R$ 1.518.807,21 (um milhão, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e sete reais e vinte e um centavos) a verba média mensal para remuneração do Conselho Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (se houver), para o período de maio de 2024 a abril de 2025 e Item 8: Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025 . Informações Gerais: (a) Nos termos do Artigo 1º da Resolução CVM 70/2022, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia para tal requisição; (b) Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na rede mundial de computadores no website da empresa (www.wlm.com.br) e no website da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, conforme exigidos pela Resolução CVM 81/22, como também, o Boletim de Voto à Distância ("Boletim") onde os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim, obedecendo as regras estabelecidas na Seção III da Resolução CVM 81/22; (c) Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, bem como, se for o caso, apresentar os atos constitutivos de acionista pessoa jurídica e documentos comprobatórios de regularidade da representação por parte dos signatários das procurações, em estrita observância ao disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (d) Flexibilização das exigências para o exercício do direito de voto à distância da seguinte forma: 1) Dispensando o Acionista de reconhecer firma na procuração ou no Boletim de Voto à Distância; 2) Dispensando a autenticação do RG, RNE, CNH para Pessoa Física; 3) Dispensando a autenticação dos documentos societários para Pessoa Jurídica; 4) Aceitando o envio dos documentos por e-mail, sem a necessidade de envio das vias originais por correio. Rio de Janeiro, 21 de março de 2024. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti Presidente do Conselho de Administração". Ato contínuo, o Sr. Presidente informou que a Companhia recebeu diretamente de acionistas Boletim de Voto à Distância e que não houve registro de instruções de votos por meio do Escriturador. Logo em seguida, fez a leitura do Mapa de Votação Consolidado dos votos proferidos à distância, que foi disponibilizado para consulta dos acionistas presentes. A seguir, o Sr. Presidente registrou a presença do representante dos auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa; do Diretor de Relações com Investidores, Sr. Leandro Cardoso Massa; e do membro do Conselho Fiscal, Sr. Álvaro Veras do Carmo. Passando às deliberações da Ordem do Dia, com relação aos Itens 1 e 2, o Sr. Presidente informou que o aviso aos acionistas de disponibilização dos documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, foi publicado no Jornal Monitor Mercantil, nos dia 22/03/2024, 25/03/2024 e 26/03/2024, bem como esclareceu aos presentes que, por ser do conhecimento geral, era dispensada a leitura do Relatório Anual da Administração, das demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicadas no Jornal Monitor Mercantil no dia 19/04/2024, os quais ficaram à disposição dos interessados pelo prazo de lei, tendo sido os pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal favoráveis à aprovação. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação a deliberação do **Item 1 da Ordem do Dia**, registrou-se a aprovação das contas dos administradores, bem como as abstenções dos acionistas controladores, Sajuthá Rio Participações S.A., Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti e Wilson Lemos de Moraes Neto, em observância à atual interpretação da Comissão de Valores Mobiliários com relação ao impedimento de voto previsto no art. 115, § 1º da Lei 6.404/76, conforme Processo Administrativo Sancionador CVM n.º RJ 2014/10060; e também a abstenção do acionista Dirceu Luiz Natal. Colocada em votação a deliberação do **Item 2 da Ordem do Dia**, registrou-se a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras, com suas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, pela totalidade dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção. Registrou-se a recomendação da acionista controladora, Sajuthá Rio Participações S.A., que a Administração da Companhia proceda a elaboração de Proposta da Administração, visando ajustar os saldos das reservas de lucros, para atendimento ao preceito do artigo 199, da Lei nº 6.404/76. Logo em seguida, o Senhor Presidente submeteu à deliberação o **Item 3 da Ordem do Dia**, que aprovou, pela maioria dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção, a ratificação dos Juros sobre Capital Próprio distribuídos durante o exercício de 2023, no valor total de R$24.000.000,42 (vinte e quatro milhões e quarenta e dois centavos), imputados aos dividendos obrigatórios do mesmo exercício, restando, ainda, o saldo de R$ 1.229.496,77 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) de dividendos obrigatórios a pagar; **Item 4 da Ordem do Dia** tendo sido aprovado, pela maioria dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção, a Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como a distribuição de dividendo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2023 no valor de R$ 25.229.497,19 (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezenove centavos), que deduzidos os Juros Sobre Capital Próprio imputados no montante de R$ R$24.000.000,42 (vinte e quatro milhões e quarenta e dois centavos), resulta no saldo obrigatório de dividendos a pagar de R$ 1.229.496,77 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos), conforme Proposta da Administração. Dando prosseguimento aos trabalhos da Assembleia, o Sr. Presidente submeteu, ainda, à deliberação o **Item 5 da Ordem do Dia**, que aprovou, pela maioria dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção, distribuição de dividendo adicional com base em lucro de exercícios anteriores, no valor de R$ 24.237.822,41 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos), conforme Proposta da Administração, imputando o pagamento à conta de reserva para garantia de pagamento de dividendos; **item 6 da Ordem do Dia**, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas com direito de voto, com registro de abstenção, fixar em 05 (cinco) o total de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025. Seguidamente, passou-se a discussão e votação da deliberação do **Item 7 da Ordem do Dia**, registrando-se a aprovação, pela unanimidade dos acionistas com direito de voto, com registro de abstenção, fixando em até R$ 1.518.807,21 (um milhão, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e sete reais e vinte e um centavos) a verba média mensal para remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (se houver), para o período de maio de 2024 a abril de 2025, ficando a cargo do Conselho de Administração a distribuição dos mencionados valores. Passou-se, então, a votação do **Item 8 da Ordem do Dia**, tendo sido eleitos para membros do Conselho de Administração para o mandato de um (1) ano, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025, por unanimidade de votos dos acionistas com direto de voto, incluindo a acionista Sajuthá Rio Participações S.A., com registro de abstenção: Conselheiro-Presidente: DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade expedida pelo Detran DIC/RJ sob o nº 21.521.151-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 113.336.817-47, residente e domiciliado na Rua Barão de Jaguaripe, 29 - Apto. 301, Ipanema, Rio de Janeiro - RJ; o Conselheiro Vice-Presidente: FELIPE LEMOS DE MORAES, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, portador da identidade nº 11.080.383-0, expedida pelo IFP/RJ, CPF nº 076.197.287-08, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 1, Lote 26, Parque Solar do Agreste, Rio verde - GO; e, como Conselheiros: CELSO HIROO IENAGA, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da identidade nº 12.855.285-2, da SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 072.230.928-74, residente e domiciliado na Av. Magalhães de Castro, 4800, Cj. 191 a 193 (19º andar), São Paulo–SP; FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da identidade nº 10.377.977-3, do IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 748.442.108-15, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa, nº 3.600, Bl. 4, COB. 2, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, e EUGÊNIO RICARDO ARAÚJO COSTA, brasileiro, engenheiro mecânico, Portador da identidade nº MG-758.740, da PCMG, inscrito no CPF sob o nº 355.583.006-63, residente e domiciliado na Rua Guaicui, 435, AP 1001, Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG. Por fim, o Sr. Presidente disse que nos Boletins de votos à distância há acionistas detentores de ações preferenciais que formularam pedidos de instalação de Conselho Fiscal e, tendo sido constada a existência de quantidade ações preferenciais suficientes para tanto, foi aprovada a instalação do Conselho Fiscal, com a composição de 3 (três) membros e seus respectivos suplentes. Em votação em separado, os acionistas detentores de ações preferenciais, Sr. Dirceu Luiz Natal, Trígono Verbier Master Fundo de Investimentos em Ações e Trígono FlagShip Small Caps Master Fundo de Investimento em Ações, indicaram e elegeram como membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal, a Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez, brasileira, divorciada, economista, portadora da identidade nº 19.114.234-7, expedida pela SSP/SP, CPF nº 136.012.018-10, residente e domiciliada na Rua Laurindo Feliz da Silva, nº 47, Jardim Esperança, Mairiporã-SP, e seu suplente, o Dr. Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto, brasileiro, divorciado, advogado, portador da identidade nº 27.787.141-4, expedida pela SSP/SP e CPF 275.224.438-06, com endereço na Alameda Itu, 852, 10º andar, Jardins, São Paulo-SP. Por sua vez, a acionista controladora Sajuthá Rio Participações S.A., indicou e foram eleitos como membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal: os Srs. Vitor Rogério da Costa, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Carteira de Identidade OAB/RJ nº 01934736, inscrito no CPF sob o nº 012.622.707-15, residente e domiciliado à Av. Henrique Dumont, 21/ Cob. 01 - Ipanema, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e seu suplente o Sr. Armando Villela Fossati Balteiro, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade OAB/RJ nº 03472294, inscrito no CPF/MF sob o n.º 053.259.297-20, com escritório na Avenida Rio Branco 110 - 11º andar - Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e Sr. Alvaro Véras do Carmo, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, contador, portador da identidade 81.362.395-6, expedida pelo Detran DIC-RJ, inscrito no CPF sob o nº 267.676.197-87, residente e domiciliado na Rua Miguel de Frias, 62 Apto 1504 - Icaraí- Niterói - RJ - CEP: 24.220-002, e seu Suplente o Sr. Leonardo de Oliveira Guerra Deotti, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da identidade M8603544, expedida pelo SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 040.171.756-94, residente e domiciliado na rua Goitacazes 323/201- São Francisco - Niterói - CEP: 24360-350. Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, foram eleitos para um mandato de um (1) ano a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária de 2025. Como nada mais houvesse a ser tratado e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a Assembleia às 17h00min, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes fisicamente, sendo considerados também presentes na Assembleia os acionistas que votaram por meio de Boletim de Voto à Distância (Art. 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022), conforme abaixo listados. SAJUTHÁ RIO PARTICIPAÇÕES S.A. - Acionista Controlador - p/ Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti - Compareceu fisicamente por seu representante legal. DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI - Acionista-Presidente da Assembleia - Compareceu fisicamente. WILSON LEMOS DE MORAES NETO - Acionista - Compareceu fisicamente - Representado por sua procuradora Patrícia Callegario Guimarães. FELIPE LEMOS DE MORAES - Acionista - Compareceu fisicamente. DIRCEU LUIZ NATAL - Acionista - Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância - Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. TRÍGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - Acionista - Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância - Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Artigo 47 da Resolução CVM nº 81/2022. TRIGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - Acionista - Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância - Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Artigo 47 da Resolução CVM nº 81/2022. JUCERJA nº 6244961 em 20/05/2024.

GRUPO CBO

Companhia Brasileira de Offshore

CNPJ: 13.534.284/0001-48

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da Cia. Brasileira de Offshore S.A. (“Cia.”) submete, em conjunto com as DFs e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31/12/2023. As DFs individuais e consolidadas disponíveis apresentadas neste relatório foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. Todas as comparações referem-se ao ano anterior (2022). **Mensagem da Administração:** 2023 foi um excelente ano para a Cia.: o tão esperado aquecimento de mercado aconteceu. Assinamos novos contratos e encerramos 2023 com 12 embarcações contratadas, alinhado com a nossa estratégia de crescimento dos últimos anos. Apresentamos uma redução no ano de 2,8% da receita líquida e um crescimento de 2,6% do EBITDA contra o mesmo período em 2022. O lucro líquido atingiu R$ 176,2 milhões, um crescimento de 2,1% contra 2022 e apresentamos uma geração de caixa operacional líquida de aproximadamente R$ 612,0 milhões, um crescimento de 6,2% vs. o ano anterior. Outro marco inédito que, por meio do Grupo CBO, conquistamos em 2023 foi o Selo Pró-Ética, um reconhecimento para as empresas que se mostram comprometidas com a agenda de integridade e na implementação de medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos fraudulentos. Essa conquista reforça ainda mais o nosso compromisso público e voluntário em favor da ética nos negócios. Continuamos cuidamos da nossa gente em terra e no mar e, pelo 5º ano consecutivo, o Grupo CBO, do qual a Cia. é parte integrante, foi eleito pelos seus colaboradores como uma excelente empresa para se trabalhar (GPTW). Esse reconhecimento é fruto de um trabalho constante de valorização e desenvolvimento do nosso time. O mercado de embarcações de apoio segue em um momento positivo de crescimento e acreditamos que seguirá desta forma ainda pelos próximos anos, com um aumento das taxas diárias, impulsionado pela crescente demanda para atender o setor de energia offshore e uma oferta limitada de embarcações. Acreditamos que estamos bem posicionados para capturar este crescimento e as oportunidades que já estão se apresentando no nosso mercado. **Segurança:** A Cia. está comprometida com a condução responsável do negócio e a promoção da sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor. Buscamos a excelência operacional atuando com condições seguras, promovendo a redução dos riscos à segurança ocupacional, operacional e à saúde, visando a proteção da vida humana e do meio ambiente. Para assegurar esse objetivo, a Cia. se compromete a cumprir com os compromissos assumidos através da Política da Qualidade, Segurança, Saúde e Proteção Ambiental e da Política de Sustentabilidade, aplicável a toda a empresa. A nossa filosofia de Sustentabilidade, foi traduzida em um Programa ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) com 13 temas materiais prioritários, correlacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e com os valores da Cia..

Resultado Em MR$

Demonstração do Resultado	2023	Δ$	Δ%	2022
Receita líquida de serviços prestados	1.083.472	(30.807)	(2,8%)	1.114.279
Custos dos serviços prestados	(816.907)	(57.773)	7,6%	(759.134)
Lucro bruto	266.565	(88.580)	(24,9%)	355.145
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(60.807)	28.274	(31,7%)	(89.081)
Resultado de equivalência patrimonial	46.271	30.446	192,4%	15.825
Reversão para redução ao valor recuperável de ativos	13.609	13.609	100,0%	-
Outras receitas operacionais, líquidas	10.151	8.606	557,0%	1.545
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	275.789	(7.645)	(2,7%)	283.434
Resultado financeiro	(77.449)	4.232	(5,2%)	(81.681)
Lucro antes do I.R. e da C.S.	198.340	(3.413)	(1,7%)	201.753
I.R. e C.S.	(22.145)	6.954	(23,9%)	(29.099)
Lucro líquido do exercício	176.195	3.541	2,1%	172.654

Desempenho Operacional Em MR$	2023	Δ$	Δ%	2022
FLUXOS DE CAIXA				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	612.045	35.809	6,2%	576.236
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(402.438)	2.255	(0,6%)	(404.693)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(219.819)	(56.814)	34,9%	(163.005)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa, líquido	(10.212)	(18.750)	(219,6%)	8.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.095	8.839	57,9%	15.256
Perdas cambiais sobre caixa e contas garantidas	210	(90)	(30,0%)	300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.093	(10.002)	(41,5%)	24.095

EBITDA Em MR$	2023	Δ$	Δ%	2022
Lucro líquido do exercício	176.195	3.541	2,1%	172.654
IR/CSLL	22.145	(6.954)	-23,9%	29.099
Resultado Financeiro	77.449	(4.232)	(5,2%)	81.681
Depreciação, amortização e reversão para redução ao valor recuperável de ativos	527.482	28.173	5,6%	499.309
EBITDA	803.271	20.528	2,6%	782.743

Dívida líquida Em MR$	2023	Δ$	Δ%	2022
Empréstimos e financiamentos - Circulante	431.022	(149.790)	(25,8%)	580.812
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	2.926.698	(265.289)	(8,3%)	3.191.987
Dívida Bruta	3.357.720	(415.079)	(11,0%)	3.772.799
Caixa e equivalentes de caixa	(14.093)	10.002	(41,5%)	(24.095)
Aplicações financeiras de curto prazo	(78.851)	(78.851)	100,0%	-
Aplicações financeiras restritas	(122.432)	3.130	(2,5%)	(125.562)
Dívida Líquida	3.142.344	(480.798)	(13,3%)	3.623.142

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Nota	2023	2022
Ativo		5.338.901	5.696.730
Circulante		936.596	701.466
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.093	24.095
Aplicações financeiras de curto prazo	7	78.851	–
Contas a receber	9	142.719	126.017
Estoques		8.444	6.868
Outros tributos a recuperar	12 (a)	77.313	32.353
Tributos sobre o lucro a recuperar	12 (b)	2.734	1.155
Contas a receber de partes relacionadas	13 (b)	551.015	466.060
Mobilizações de embarcações	14	11.207	12.374
Despesas antecipadas	10	13.151	10.894
Outros ativos	11	37.037	21.650
Instrumentos financeiros derivativos		32	–
Não circulante		4.402.304	4.995.264
Aplicações financeiras restritas	8	122.432	125.562
Ativo indenizatório	23	12.276	16.222
Mobilizações de embarcações	14	15.551	15.521
Outros tributos a recuperar	12 (a)	11.656	62.804
Tributos sobre o lucro a recuperar	12 (b)	213	2.241
Depósitos judiciais	23	3.899	6.258
		166.027	228.608
Investimentos	15	73.211	26.941
Imobilizado	16	3.905.944	4.420.882
Intangível	17	9.795	2.992
Direito de uso	18	247.327	315.841
Passivo e patrimônio líquido		5.338.901	5.696.730
Circulante		593.189	700.016
Empréstimos e financiamentos	19	431.022	580.812
Fornecedores e outras contas a pagar	20	75.024	34.829
Salários e encargos trabalhistas	21	39.056	34.279
Impostos e contribuições a pagar	22	5.198	4.701
Instrumentos financeiros derivativos		–	234
Passivo de arrendamento com terceiros	18	21.619	22.626
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	13	21.270	19.523
Contas a pagar de partes relacionadas	13	–	3.012
Não circulante		3.285.918	3.617.651
Empréstimos e financiamentos	19	2.926.698	3.191.987
Passivo de arrendamento com terceiros	18	2.090	28.567
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	13	209.703	248.961
Provisão para contingências	23	20.852	23.980
I.R. e C.S. diferido	29	126.575	124.156
Total do passivo		3.879.107	4.317.667
Patrimônio líquido		1.459.794	1.379.063
Capital social	24	1.016.988	1.016.988
Reservas de Lucro		313.577	137.382
Ajuste de avaliação patrimonial		129.229	224.693

Demonstração do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Nota	2023	2022
Receitas de serviços prestados	25	1.083.472	1.114.279
Custos dos serviços prestados	26	(816.907)	(759.134)
Lucro bruto		266.565	355.145
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(60.807)	(89.081)
Resultado de equivalência patrimonial	15	46.271	15.825
Reversão para redução ao valor recuperável de ativos	16	13.609	–
Outras receitas operacionais, líquidas	27	10.151	1.545
Lucro operacional		275.789	283.434
Receitas financeiras		92.297	89.188
Despesas financeiras		(215.821)	(204.489)
Resultado com derivativos		(6.982)	(12.241)
Variação cambial, líquida		53.057	45.861
Resultado financeiro	28	(77.449)	(81.681)
Lucro antes do I.R.		198.340	201.753
I.R. e C.S.	29		
Correntes		(12.848)	–
Diferidos		(9.297)	(29.099)
Lucro líquido do exercício		176.195	172.654
Lucro líquido básico e diluído por ação–em R$	24	0,0026	0,0025

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	176.195	172.654
Outros resultados abrangentes		
Ajustes acumulados de conversão para moeda de apresentação	(95.464)	(83.302)
Total do resultado abrangente do exercício	80.731	89.352

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Nota	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		176.195	172.654
Ajustes do lucro líquido :			
Depreciação e amortização	16	541.091	499.309
Realização do custo de mobilização	14	12.917	5.631
Reversão para redução ao valor recuperável de ativos	16	(13.609)	–
Equivalência patrimonial	15	(46.271)	(15.825)
Reversão de provisão de contigência e ativo indenizatório	23	818	2.001
Despesa com I.R. e C.S.		22.145	29.099
Resultado com derivativos, líquido		6.982	12.241
Atualização de aplicação financeira e aplicação financeira restrita	6, 7 e 8	(4.873)	(6.390)
Juros, variações cambiais apropriados e outros		74.426	79.546
		769.820	778.266
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	9	(16.702)	(24.135)
Instrumentos financeiros derivativos (liquidação de contas a receber)		(7.248)	(13.291)
Estoques		(1.576)	(4.038)
Outros tributos a recuperar	12 (a)	6.189	2.781
Tributos sobre o lucro	12 (b)	448	3.869
Despesas antecipadas	10	(2.257)	(5.339)
Depósitos judiciais	23	2.359	(120)
Mobilizações de embarcações	14	(11.780)	(27.066)
Outros ativos	11	(15.387)	(3.185)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores e outras contas a pagar	20	40.195	3.179
Salários e encargos trabalhistas	21	4.777	10.493
Impostos e contribuições a pagar		497	415
Caixa gerado nas atividades operacionais		769.335	721.829
I.R. pago		(12.848)	–
Juros recebidos		2.683	1.001
Juros pagos	19	(147.125)	(146.594)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		612.045	576.236
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(286.824)	(368.133)
Aplicações financeiras–aplicação	7 e 8	(628.713)	(141.648)
Aplicações financeiras–resgate	7 e 8	555.182	165.464
Recebimento de notas promissórias de partes relacionadas	13	2.788.565	3.311.708
Pagamento de notas promissórias de partes relacionadas	13	(2.830.648)	(3.372.085)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(402.438)	(404.693)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimos e financiamentos	19	608.671	360.199
Amortização de empréstimos e financiamentos–principal	19	(758.097)	(459.984)
Custos de transação relacionado a empréstimos e financiamentos	19	(14.712)	(9.875)
Pagamento de arrendamento com terceiros	18	(26.399)	(26.951)
Pagamento de arrendamento com partes relacionadas	13 (a)	(29.281)	(26.393)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(219.819)	(163.005)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		(10.212)	8.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24.095	15.256
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		210	300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.093	24.095

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Capital social	Reservas de lucro: Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
1º/01/2022	1.016.988	207	–	–	307.995	(35.479)	1.289.711
Ajustes acumulados de conversão para moeda de apresentação	–	–	–	–	(83.302)	–	(83.302)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	172.654	172.654
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	130.316	6.859	–	(137.175)	–
Em 31/12/2022	1.016.988	207	130.316	6.859	224.693	–	1.379.063
Ajustes acumulados de conversão para moeda de apresentação	–	–	–	–	(95.464)	–	(95.464)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	176.195	176.195
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	167.385	8.810	–	(176.195)	–
Em 31/12/2023	1.016.988	207	297.702	15.669	129.229	–	1.459.794

Notas explicativas da administração às DFs (Em R$ mil)

1 Contexto operacional: A Cia. Brasileira de Offshore S.A. (“Cia.”) foi constituída no ano de 1978. Sua sede está localizada na Av. do Contorno, nº 2, CEP: 24.110-200 – Barreto – Niterói–RJ. A Cia. tem como objeto social a prestação de serviços marítimos especiais em alto mar, submarino e entre portos e instalações de extrações de minerais situados em oceanos, mares e hidrovias e a prestação de serviços marítimos de apoio a essas atividades; navegação de apoio marítimo; serviços de reboque e de socorro marítimo; a importação e/ou exportação de bens e serviços relacionados com as demais atividades sociais; a representação e/ou agenciamento de empresas de navegação, nacionais ou estrangeiras; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, seja como quotista, acionista ou outra modalidade. As fontes de receita da Cia. são oriundas da prestação de serviços, mediantes contratos firmados, em sua maioria com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). Em 31/12/2023 e 2022, a frota da CBO é composta por 31 embarcações. A emissão dessas DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 05/04/2024.

1.1 Atividades operacionais da controlada direta da Cia.

Empresa	Participação no capital	Principais atividades	Segmento
CBO Serviços Marítimos S.A. (CSM”)	99,9998% diretamente	A principal atividade operacional da CSM é oriunda da prestação de serviços marítimos de apoio, mediantes contratos firmados, substancialmente, com um único cliente. A Cia. possui o segmento de lógistica integrada onde provê soluções com gestão e operacionalização de toda a cadeia de suprimentos para unidades marítimas, integrando lógistica offshore, armazenamento onshore e transporte terrestre de cargas e suprimentos.	Apoio marítimo / Logística Integrada

1.2 Avaliação dos ativos: No exercício findo de 31/12/2023, o setor de embarcações de apoio marítimo apresentou uma retomada no crescimento. Um total de 13 novos contratos foram assinados em 2023, somando-se aos firmados em anos anteriores, e espera-se que isso sustente a utilização da frota nos próximos anos. Diante desse desenvolvimento, a Cia. avaliou cada embarcação individualmente e fez uma estimativa do valor recuperável de suas embarcações. A Cia. já possui *impairment* registrado sobre as embarcações em exercícios anteriores. Ao realizar a avaliação das embarcações considerando a diferença entre o valor em uso e o valor contábil das embarcações da frota, foi identificada a reversão no montante de R$ 13.609 mantendo ainda um saldo de provisão acumulada no valor de R$ 28.533 (R$ 42.142 em 31/12/2022). Os fluxos de caixa futuros possuem premissas (apresentadas em termos reais) que afetam as estimativas utilizadas para projeções, sendo as principais: • Taxa de câmbio. • Taxa de desconto em 2023–7,43% a.a., em 2022–6,48% a.a. • Em 2023, o período de projeção foi de 01/01/2024 a 31/12/2045, e em 2022 o período de projeção foi de 01/01/2023 a 31/12/2045, de acordo com a vida útil de cada embarcação. • Premissas de mercado de apoio marítimo: (a) Daily rate. (b) Taxa de ocupação. **2 Resumo das políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Cia. adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de " significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota em determinados casos. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As DFs foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias da DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia.. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 3. ***a. DFs individuais e consolidadas:*** A Administração da Cia. optou por não apresentar as DFs consolidadas da Cia. e sua controlada, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, considerando ser a Cia., uma controlada da CBO Holding S.A. que, em conjunto com os demais acionistas, não fazem objeção quanto a não apresentação das DFs consolidadas pela Cia.. Adicionalmente, a Cia. não possui instrumentos de dívidas ou patrimoniais negociadas em mercado aberto. Nesse contexto, sua controladora, a CBO Holding S.A., disponibilizou ao público, em 9/02/2024 as DFs consolidadas preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, e dispensa a Cia. de apresentar suas DFs consolidadas. **2.2 Moeda de apresentação e moeda funcional: *a. Moeda de apresentação e moeda funcional:*** Os itens incluídos nas DFs da Cia. são determinados em dólares norte-americanos (US$) que é a moeda funcional, e apresentados em reais , que é a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. (Nota 6). **2.4 Aplicações financeiras de curto prazo:** As aplicações de curto prazo, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em caixa. Estas aplicações são mantidas em fundos cambiais com a finalidade de minimizar o impacto da desvalorização do real frente ao dólar e para atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos. (Nota 7). **2.5 Aplicações financeiras restritas:** As aplicações financeiras restritas incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações restritas são às garantias das fianças dos financiamentos. (Nota 8). **2.6 Ativos financeiros: *2.6.1. Classificação:*** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. ***2.6.2. Reconhecimento e mensuração:*** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Cia. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A mensuração inicial é a valor justo e não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Cia. tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados a valor justo pelo meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem. ***a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de custo amortizado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em “Resultado financeiro”. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes (Nota 5). ***b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxo de caixa representam o pagamento do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em “Resultado financeiro”. As perdas por *impairment*, quando ocorridas, são apresentadas em uma conta separa na demonstração do resultado (Nota 5). **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. ***2.6.4. Impairment* de ativos financeiros:** *Ativos mensurados ao custo amortizado:* A Cia. avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.7 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” (Nota 28). Os derivativos oriundos de transações de financiamento são reconhecidos no resultado como atividade de financiamento do fluxo de caixa, assim como os derivativos oriundos dos negócios operacionais lançados nas atividades operacionais. **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de apoio marítimo e afretamento das embarcações no curso normal de suas atividades. A Cia., mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O critério de valoração dos estoques é a média ponderada móvel. Os estoques compreendem, substancialmente, materiais para a manutenção das embarcações e importações em andamento, que são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.10 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Cia. questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. **2.11 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil ponderada estimada, como segue:

	Anos
Bens Flutuantes (Embarcações)	21
Edificações e Benfeitorias em bens de terceiros	18
Outros	15
Equipamentos e instalações	7
Benfeitorias em bens flutuantes/edificações de terceiros	2

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos as despesas de venda e o valor em uso. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.12 Ativo Intangíveis: (a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Cia., são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos atribuíveis de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, que é revisada sempre que necessário. **(b) Contratos e relações com clientes:** Os contratos de afretamento adquiridos em uma combinação de negócios foram reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Os contratos de afretamento têm vida útil finita que varia de 2 a 6 anos e são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. ***2.13 Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização e à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível provisão ou reversão do *impairment* na data do balanço. **2.14 Fornecedores e outras contas a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.15 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos gerais e específicos são diretamente atribuíveis à aquisição, adaptação, conversão, manutenção e reparo de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.16 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e ambiental) e contratos onerosos são reconhecidas quando: (i) A Cia. tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **2.17 Mobilização de embarcações:** São custos incrementais incorridos pela Cia. para cumprir contratos, estes custos foram orçados e contemplados na formação do preço apresentado no processo licitatório com o Cliente. Os custos incrementais do cumprimento de um contrato são custos incorridos para colocar as embarcações da Cia. em locais adequados (mobilização de embarcações) e em condições de operar de forma a cumprir as obrigações contratuais com os clientes. Esses custos foram orçados com os fornecedores e considerados no orçamento e foram incluídos na formação de preços apresentada em processo de licitação com o cliente e inclui mão de obra direta, transporte da tripulação para o local das embarcações e outros custos diretamente relacionados à operação da embarcação. A Cia. avaliou os custos nos seguintes termos: a. Que todos os custos se referem diretamente ao contrato e são especificamente identificados; b. Os custos incorridos pela Cia. que serão usados para satisfazer as obrigações de desempenho no contrato com o cliente; e c. Na determinação do valor do contrato com o cliente, a Cia. considerou todos esses custos e acredita que serão recuperados ao longo da vida útil do contrato. Os ativos do contrato são amortizados linearmente a partir do início da operação da embarcação ao longo do período do contrato. **2.18 Arrendamento:** A Cia. avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. É reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arren-

GRUPO CBO

Companhia Brasileira de Offshore

CNPJ: 13.534.284/0001-48

damento. O valor do direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas atualizações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Cia.. Na contratação de cada arrendamento, a Cia. realiza estudos de viabilidade e aplica julgamentos e, para determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento não será rescindido. **2.19 I.R. e C.S. correntes e diferidos:** As despesas de I.R. e C.S. do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de I.R. e C.S. correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O I.R. e a C.S. correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. O imposto diferido é contabilizado sobre as variações temporárias, prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e os ajustes acumulados de conversão da moeda. Entretanto, o I.R. e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O I.R. e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e/ou no limite do passivo diferido e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A Administração, entende que podem existir obrigações, relativas ao I.R. e de C.S. de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de I.R. e C.S. no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31/12/2023 não tem conhecimento de ações de vulto formalizadas, ou não, contra a Cia. que implicassem na constituição de provisão ou divulgação adicional para cobrir eventuais desembolsos futuros. **2.20 Benefícios à empregados: *a. Obrigações de aposentadoria:*** As contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária, não tendo qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. ***b. Participação nos lucros:*** A Cia. reconhece a despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas após certos ajustes. A Administração reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.21 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços em conformidade com o CPC 47 e da operação de afretamento de embarcações conforme o CPC 06 (R2), no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções. **(a) Receita de afretamento e serviços marítimos:** A Cia. realiza afretamento de embarcações, serviços marítimos especiais em alto mar, de transporte marítimo de materiais e equipamentos entre portos e instalações de extrações minerais situados em oceanos, mares e hidrovias. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo de diárias com eficiência medida em bases mensais. Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre 2 e 6 anos, renováveis pelo mesmo período caso as partes envolvidas não se posicionem de forma contrária.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Afretamento de embarcações	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição da disponibilidade diária das embarcações. A medição é validade pelo cliente e reconhecida no resultado. Os valores são recebidos entre 30 e 90 dias da data do faturamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do serviço realizado. O valor do afretamento de embarcações é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
Prestação de serviços de apoio marítimo	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição da disponibilidade diária das embarcações. A medição é validade pelo cliente e reconhecida no resultado. Os valores são recebidos entre 30 e 90 dias da data do faturamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do serviço realizado. O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.

O reconhecimento da receita de serviços acontece quando da transferência do controle dos bens e serviços. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é incluída os ganhos (perdas) líquidas de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método de taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.22 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos (ou juros sobre o capital próprio) para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas DFs ao final do exercício, quando aplicável, com base no estatuto social, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório por lei somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração. **2.23 Investimento em controlada:** O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Cia. e sua controlada são eliminados na medida da participação da Cia.; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("*impairment*") do ativo transferido. **2.24 Novas normas, revisões e interpretações:** As seguintes normas alteradas e interpretações efetivas para os exercícios iniciados após 1º/01/2023 não tiveram impacto significativo nas DFs da Cia.: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (Alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (Alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02). **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas DFs individuais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1 Julgamentos: *a. Impairment de ativos (Nota 16):*** A perda por *impairment* é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. O valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial, deduzindo qualquer depreciação acumulada, amortização ou exaustão e perdas por *impairment* acumuladas. A Cia. aplicou julgamento ao realizar o teste de impairment nos ativos, considerando premissas-chave como taxa de câmbio, taxa de desconto e fatores de mercado (taxa diária e taxa de ocupação). ***b. Ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida (Nota 16 e 17):*** Depreciação e amortização são registradas de forma a reconhecer no resultado do exercício a proporção de uso dos ativos avaliados, com exceção dos terrenos e dos imobilizados em andamento, considerando as suas vidas úteis estimadas, utilizando o método de cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base na experiência prévia e com o melhor conhecimento da Administração, e são revisadas anualmente. ***c. I.R. e C.S. (Nota 29):*** A Cia. está sujeita ao imposto sobre a renda no país em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final dos tributos é incerta. Quando aplicável, há também o reconhecimento de provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos . Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **3.2 Pressupostos e Incertezas de Estimativas: a. Taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário (Nota 18):** A Cia. não tem condições de determinar a taxa de juros implícita no arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza, preferencialmente, informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. Conforme permitido no expediente prático, a taxa incremental da Cia. foi determinada com base em um agrupamento de contratos, uma vez que os contratos agrupados possuem características similares. A Cia. adotou o referido expediente prático por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **b. Prazo do arrendamento (Nota 18):** Na contratação de cada arrendamento, às unidades de negócio, o Grupo CBO realiza estudos de viabilidade e aplica julgamentos e, para determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento não será rescindido. **c. Provisão para contingências (Nota 23):** A provisão para demandas judiciais e administrativas é estimada pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos e reflete a melhor estimativa da administração, com base em aconselhamento jurídico, de gastos futuros que foram avaliadas como prováveis pela Cia., em cada período de relatório. A administração conduz uma avaliação completa de revisão e análise de todos os casos legais, e os ajustes apropriados são feitos conforme necessário. **d. Perda de crédito esperada (Nota 9):** O reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamentos dos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. **e. Provisão para faturamento (Nota 25):** Quando da prestação do serviço e não recebimento do relatório de medição do cliente, a Cia. realiza provisão da receita de serviço já realizado, porém não faturado, com base no contrato entre as partes, dentro de sua competência. O relatório de medição recebido posteriormente reflete o valor das diárias contratadas. **4 Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Cia. a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Cia. concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, assim usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração avalia e aprova todas as operações que geram obrigações da Cia., incluindo os planos de proteção por meio de *swap*, acima do limite de materialidade estipulado em R$ 500. ***b. Risco de mercado:*** O risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que poderão afetar os ganhos ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. ***Risco de preço:*** A Cia. tem como política adotar com seus clientes contratos de longo prazo com preços fixos, de forma a mitigar o risco de preço devido as flutuações existentes no setor. Ademais, os investimentos no setor, no longo prazo, estão ligados ao preço do barril do petróleo e, no caso do Brasil, que apresenta baixo custo de produção relativo quando comparado com outros mercados, o que torna o mercado mais estável em termos de demanda, continuidade e, consequentemente, preço. ***Risco de juros:*** A principal exposição às taxas de juros está em seus contratos de financiamentos, que são majoritariamente de longo prazo. A Cia. tem por política manter os seus contratos substancialmente com taxas pré-fixadas (Nota 21), para mitigar os riscos de oscilações relevantes impactarem seus resultados. Em 31 de dezembro 2023, representa um total de 97% (em 2022 –100%). O restante corresponde a empréstimos com taxas variáveis, que representam 3% (Em 2022–0%). Para os empréstimos atrelados à SOFR, a Cia. avalia através da análise de sensibilidade a relevância do impacto, o qual não acarretaram impactos relevante. A análise de sensibilidade de risco da taxa de juros SOFR para o cenário provável foi calculado considerando os dados obtidos da Bloomberg. Os valores referentes aos cenários possível e remoto foram estabelecidos com base em variações de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente, conforme apresentado a seguir:

	Cenário Provável (i)	Cenário Possível	Cenário Remoto
		25%	50%
SOFR(ii)	5,31%	6,64%	7,97%
	(51)	1.460	2.972

(i) O cenário provável foi calculado considerando-se a cotação da SOFR na data mais recente de 12/03/2024. (ii) SOFR – Secured Overnight Financing Rate *Risco cambial dos ativos e passivos financeiros.* O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas diferentes da moeda funcional utilizadas. A Administração considerou a projeção do Dólar Norte-americano para o ano de 2023 em R$4,93 (2022 -R$ 5,28), conforme edição do Relatório de Mercado Focus do Banco Central do Brasil de 23/02/2024 (2022–10/03/2023), para testar a sensibilidade do balanço e do resultado às variações do Real. O teste consiste em um cenário de stress do câmbio citado anteriormente do Real frente ao Dólar em 25% (possível) e 50% (remoto). Os resultados são apresentados abaixo:

Posição em 31/12/2023: Ativos financeiros em Reais convertidos para US$	Passivos financeiros em Reais convertidos para US$	Posição líquida	Cenários US$: Provável	Possível ∆ 25%	Remoto ∆ 50%
			4,93	6,16	7,40
950.052	(75.026)	1.025.077	1.006.634	805.634	670.636
Efeito no resultado e no patrimônio líquido			(18.443)	(219.443)	(354.441)

Cotação em 31/12/2023: R$ 4,84

Posição em 31/12/2022: Ativos financeiros em Reais convertidos para US$	Passivos financeiros em Reais convertidos para US$	Posição líquida	Cenários US$: Provável	Possível ∆ 25%	Remoto ∆ 50%
			5,28	6,60	7,92
766.626	(34.828)	801.454	791.997	633.598	527.998
Efeito no resultado e no patrimônio líquido			(9.457)	(167.856)	(273.456)

Cotação em 31/12/2022: R$ 5,22

A Cia. possui os seguintes ativos e passivos, diferentes da moeda funcional, que podem exercer influência sobre o resultado pela variação do câmbio:

Em milhares de reais	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.911	4.618
Aplicações financeiras de curto prazo	16.287	–
Contas a receber	29.480	24.152
Contas a receber de partes relacionadas	113.815	88.745
Outros ativos	7.652	4.149
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras restritas	25.289	24.065
Depósitos judiciais	805	1.199
	196.239	146.928
Taxa de câmbio–Dólar (*)	4,8413	5,2177
	950.052	766.626

Em milhares de reais	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	15.497	6.675
	15.497	6.675
Taxa de câmbio–Dólar (*)	4,8413	5,2177
	75.026	34.828

(*) Taxa de câmbio de 31/12/2023 (Conforme Banco Central do Brasil): ***c. Risco de crédito:*** O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixas contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (contas a receber), instrumentos derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras. Em relação ao risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes atuais, é utilizado o relatório do *aging list* para debate e análise simplificada das perdas de crédito esperadas para seus recebíveis. A experiência da Cia. sobre o histórico de perdas de créditos é utilizada para estimar as perdas esperadas gerando uma taxa de inadimplência histórica. A composição por idade de vencimento de contas a receber é apresentada na Nota 9. A Cia. mantém os seus investimentos diretos em bancos e instituições financeiras de primeira linha com as seguintes classificações de crédito da Moody`s e Standard&Poors.

Rating de crédito	2023	2022
brA-3	3	16
brA-1	215.374	149.641
	215.377	149.657

brA-3 – Extrema capacidade de pagamento de dívidas. brA-1 – Forte capacidade de pagamento da dívida, mas pouco suscetível a condições adversas da economia. ***d. Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria Cia., que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Cia. investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos que são quitados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela a seguir são os montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados. Os resultados são apresentados abaixo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e seis anos	Acima de seis anos	Total
Em 31/12/2023					
Empréstimos e financiamentos	437.634	1.065.264	1.647.914	849.651	4.000.464
Fornecedores e outras contas a pagar	75.024	–	–	–	75.024
	512.658	1.065.264	1.647.914	849.651	4.075.488
Em 31/12/2022					
Empréstimos e financiamentos	586.999	576.027	1.587.481	1.497.454	4.247.961
Fornecedores e outras contas a pagar	34.829	–	–	–	34.829
	621.828	576.027	1.587.481	1.497.454	4.282.790

4.2 Gestão de capital: Os objetivos na administração do seu capital são de manter a capacidade de continuidade de seus negócios, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Cia. concentra seus riscos em torno de financiamentos de longo prazo associados à upgrades (modernização de embarcações) docagem, modernização, aquisição de embarcações e sua operacionalização para o segmento de apoio marítimo. A Administração mitiga os riscos de liquidar suas obrigações de financiamentos de longo prazo por meio do fluxo de caixa gerado pelas operações de apoio marítimo, que mantém periodização de realização semelhante aos vencimentos das parcelas dos contratos de empréstimos relacionados. Adicionalmente, a Administração monitora seus fluxos de caixa através de modelos específicos de acordo com a maturidade da projeção das entradas e saídas de caixa, realizando reuniões periódicas para avaliar a situação de liquidez da Cia. e revisão das projeções de entrada e saída de caixa. A Dívida Líquida constitui um dos indicadores-chave examinados pela administração para embasar decisões estratégicas, avaliar compromissos financeiros e revisar o planejamento. O cálculo é executado da seguinte maneira: Dívida Total (empréstimos e financiamentos – circulante e empréstimos e financiamentos – não circulante) subtraído pelo somatório do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto prazo e aplicações financeiras restritas. Essa informação é apresentada mensalmente ao conselho de administração.

Reconciliação da dívida líquida	2023	2022
Empréstimos de curto prazo	431.022	580.812
Empréstimos de longo prazo	2.926.698	3.191.987
Total da dívida	3.357.720	3.772.799
Caixa e equivalentes de caixa	(14.093)	(24.095)
Aplicações financeiras de curto prazo	(78.851)	–
Aplicações financeiras restritas (*)	(122.432)	(125.562)
Dívida líquida	3.142.344	3.623.142

(*) As aplicações restritas são as garantias das fianças dos financiamentos (Nota 8). **4.3 Mensuração dos valores justos:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Cia. usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: dados além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços); Nível 3: dados do ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A Cia. classifica seus ativos e passivos no Nível 2 no modelo de avaliação do valor justo apresentado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

2023 – Em milhares de Reais	Valor Contábil: Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Valor Justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	8.792	5.301	14.093	–	5.301	–
Aplicações financeiras de curto prazo	–	78.851	78.851	–	78.851	–
Contas a receber	142.719	–	142.719	–	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	566.647	–	566.647	–	–	–
Depósitos judiciais	3.899	–	3.899	–	–	–
Ativo indenizatório	12.276	–	12.276	–	–	–
Outros ativos (*)	34.465	–	34.465	–	–	–
Aplicações financeiras restritas	–	122.432	122.432	–	122.432	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	11.207	11.207	–	11.207	–
	768.798	217.791	986.589	–	217.791	–
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	75.024	–	75.024	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	15.632	–	15.632	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	3.357.720	–	3.357.720	–	–	–
	3.448.376	–	3.448.376	–	–	–

2022 – Em milhares de Reais	Valor Contábil: Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Valor Justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	9.381	14.714	24.095	–	14.714	–
Contas a receber	126.017	–	126.017	–	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	466.060	–	466.060	–	–	–
Depósitos judiciais	6.258	–	6.258	–	–	–
Ativo indenizatório	16.222	–	16.222	–	–	–
Outros ativos (*)	21.650	–	21.650	–	–	–
Aplicações financeiras restritas	–	125.562	125.562	–	125.562	–
	645.588	140.276	785.864	–	140.276	–
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	34.829	–	34.829	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	3.012	–	3.012	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	3.772.799	–	3.772.799	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	234	234	–	234	–
	3.810.640	234	3.810.874	–	234	–

(*) Compostos, basicamente, por sinistros reclamados e valores a restituir referente às operações. O ativo indenizatório, conforme Nota 23, é atualizado na mesma base das contingências e garantidas pelo contrato de Compra e Venda de Ações Ordinárias celebrado entre Grupo CBO e o Grupo Fischer. Os ativos e passivos financeiro mensurados ao custo amortizado apresentados acima possuem valores justos que razoavelmente se aproximam do valor contábil devido às suas características de liquidez, realização e reconhecimento, com exceção dos empréstimos e financiamento, cujo valor justo em 31/12/2023 corresponde a R$ 3.359.092 avaliado em nível 2 (R$ 3.774.441 em 31/12/2022).

6 Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos (i)	8.792	19.033
Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa (i)	5.301	5.062
	14.093	24.095

(i) Caixa e equivalentes de caixa são utilizados, substancialmente, para a liquidação de obrigações de curto prazo da Cia.. As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa tem sua característica de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. A tabela abaixo demonstra os rendimentos líquidos dessas aplicações financeiras que são classificadas como equivalentes de caixa:

	2023	2022
Rendimentos líquidos de aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa	2.683	1.001

7 Aplicações financeiras de curto prazo	2023	2022
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	78.851	–
	78.851	–

(i) As aplicações de curto prazo possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em caixa. Estas aplicações são mantidas em fundos cambiais com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimento ou outros propósitos.

Movimentação de aplicações financeiras de curto prazo	
Saldo em 1º/01/2022	35.617
Aplicação	95.000
Resgate	(135.766)
Rendimentos	5.149
Saldo em 31 de detembro de 2022	–
Aplicação	599.934
Resgate	(522.488)
Rendimentos	1.405
Saldo em 31 de detembro de 2023	78.851

Foram 3 tipos de investimentos mantidos em fundos cambiais em 31/12/2023. Abaixo seguem as remunerações:

Bancos	Benchmark	Remuneração
Itaú - Cambial FIC FI	USD	Variação Cambial + 4,3%
Santander - VIP Cambial	USD	Variação Cambial + 4,7%
Banco do Brasil - Cambial dólar LP VIP	USD	Variação Cambial + 4,1%

8 Aplicações financeiras restritas	2023	2022
Aplicações financeiras restritas (i)	122.432	125.562
	122.432	125.562

(i) A Cia. mantém aplicações restritas para garantia de cartas de fianças e empréstimos (Nota 19) em instituições bancárias terceiras.

Movimentação de aplicações financeiras restritas	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	108.372
Aplicação	46.648
Resgate	(29.698)
Rendimentos/Atualização	240
Saldo em 31 de dezembro de 2022	125.562
Aplicação	28.779
Resgate	(32.694)
Rendimentos/Atualização	785
Saldo em 31 de dezembro de 2023	122.432

Foram 3 tipos de investimentos restritos em 31/12/2023. Abaixo seguem as remunerações:

Bancos	Benchmark	Remuneração
Bradesco Referenciado DI	CDI (*)	104,40%
Banco do Brasil - Cambial dólar LP VIP	USD	Variação Cambial + 4,1%
Santander - VIP Cambial	USD	Variação Cambial + 4,7%

Em 2022, foram 4 tipos de investimentos restritos:

Bancos	Benchmark	Remuneração
Bradesco Referenciado DI	CDI (*)	105,05%
Brasil Cambial LP VIP	USD	Variação Cambial + 2,8%
Santander - VIP Cambial	USD	Variação Cambial + 3,39%
BTG Pactual dólar FI Cambial	USD	Variação Cambial + 1,53%

(*) Certificado de depósito interbancário

9 Contas a receber	2023	2022
Contas a receber	142.719	126.017

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir: A Cia. avaliou que o rating da Petrobras e Equinor representam 52% e 32 % respectivamente do total de recebíveis, todos com classificação de crédito brA-1 (De acordo com a Standard & Poors), consistente com períodos anteriores. Como resultado, não houve alteração nas provisões para perdas de crédito esperadas. A Cia. mantém suas contas a receber como garantia dos empréstimos (Nota 19). A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir:

Aging contas a receber	2023	2022
A vencer	141.874	126.017
Vencidos:		
Entre 1 e 3 meses	845	–
	142.719	126.017

A Cia. mantém suas contas a receber como garantia dos empréstimos (Nota 19).

10 Despesas antecipadas	2023	2022
Seguros pagos antecipadamente (*)	12.183	8.898
Outros	967	1.995
	13.151	10.894

(*) O seguro da frota é renovado sempre no 1º trimestre de cada ano.

11 Outros ativos	2023	2022
Adiantamentos à fornecedores diversos	769	3.324
Sinistros reclamados	32.092	17.067
Valores a restituir	3.012	938
Outros	1.164	320
	37.037	21.650

(*) Em 2023 ocorreram 10 sinistros, resultando em provisão de perda de franquia com a seguradora. Além disso, existem sinistros antigos em processo de regulação que ainda não foram concluídos. **12 Tributos sobre o lucro e outros tributos a recuperar: a. Outros tributos a recuperar**

	2023	2022
C.S. sobre o Lucro Líquido–CSLL	7.388	9.105
Impostos de Renda Retido na Fonte–IRRF	54.882	59.330
Instituto Nacional do Seguro Social–INSS	1.362	866
Programa de Integração Social–PIS	4.092	4.088
Contribuição para Financiamento da Seguridade social–COFINS	20.395	20.919
Outros	850	849
	88.969	95.157
Ativo circulante	77.313	32.353
Ativo não circulante	11.656	62.804

GRUPO CBO

Companhia Brasileira de Offshore

CNPJ: 13.534.284/0001-48

b. Tributos sobre o lucro	2023	2022
Impostos de Renda Pessoa Juridica ("IRPJ")	2.623	2.591
C.S. sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	324	805
	2.947	3.396
Ativo circulante	2.734	1.155
Ativo não circulante	213	2.241

13 Partes relacionadas: a. Despesa no exercício com remuneração do pessoal-chave da Administração: A despesa com remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2023 foi de R$ 5.090 (2022 – R$ 6.124) e referem-se a salários e encargos trabalhistas dos diretores da Cia.. A Cia. não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de curto ou longo prazo para pessoal-chave da Administração, exceto pelo plano de pensão (contribuição definida, conforme mencionado na Nota 30).

b. Saldos patrimoniais	2023	2022
Ativo		
Outras partes relacionadas		
Notas promissórias a receber (a)		
Aliança Indústria Naval e Empresa de Navegação S.A.	330.716	307.347
Finarge Apoio Marítimo Ltda.	60.205	44.875
Controlada		
CBO Serviços Marítimos S.A.	158.926	113.838
Controladora		
Notas promissórias a receber (a)		
CBO Holding S.A	1.168	–
	551.015	466.060
Passivo		
Controladora		
Notas promissórias a receber (a)		
CBO Holding S.A	–	3.012
Parte interessada (Acionista relevante da CBO Holding S.A)		
BNDES–Empréstimos e financiamentos (b)	2.209.670	2.589.195
	2.209.670	2.592.207
Passivo circulante	327.852	327.852
Passivo não circulante	1.881.818	2.264.355

(a) Os montantes apresentados no consolidado referem-se aos financiamentos obtidos juntos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") modernização e adaptação de embarcações e docagens. Exceto pelos empréstimos e financiamentos do BNDES descritos na Nota 19, nenhum dos saldos com partes relacionadas está sob garantia. Todos os saldos com partes relacionadas são precificados com base nas condições de mercado e devem ser liquidados no prazo de seis meses a partir da data de apresentação do balanço. Nenhuma despesa for reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas. As notas promissórias possuem prazo de 180 dias e correção pela taxa Selic. Com relação as atividades de financiamento da Cia. junto ao BNDES, são recursos proveniente do Fundo de Marinha Mercante ("FMM"), sendo o BNDES apenas o agente financeiro repassador da operação, Estes recursos do FMM estão disponíveis para empresas qualificadas do setor de construção naval e apoio marítimo brasileiro. No exercício findo em 31/12/2023, a Cia. recebeu de partes relacionadas o montante de R$ 2.788.565 (31/12/2022 – R$ 3.311.708), além de pagar/emitir notas promissórias no montante de R$ 2.830.648 (31/12/2022 – R$ 3.372.085).

c. Arrendamento a pagar com partes relacionadas	NW3 AS	NW7 AS	2023
Saldos Líquidos do início do exercício	101.281	167.203	268.484
Adições por novos contratos	–	–	–
Pagamentos	(10.912)	(18.369)	(29.281)
Variação Cambial	(6.859)	(11.970)	(18.829)
Juros Apropriados	3.852	6.748	10.599
Saldos líquidos do final do exercício	87.362	143.612	230.973
Passivo Circulante			21.270
Passivo Não Circulante			209.703
	NW3 AS	**NW7 AS**	**2022**
Saldos Líquidos do início do exercício	61.803	–	61.803
Adições por novos contratos	47.038	177.123	224.161
Pagamentos	(11.253)	(15.140)	(26.393)
Variação Cambial	(1.288)	(915)	(2.203)
Juros Apropriados	4.981	6.134	11.115
Saldos líquidos do final do exercício	101.281	167.203	268.484
Passivo Circulante			19.523
Passivo Não Circulante			248.961

Transações no resultado do exercício	2023	2022
Notas promissórias		
Receitas financeiras	60.301	51.420
Despesas financeiras	(39)	(5.327)

Receita com afretamento de embarcações (*)	209.811	194.247
Empréstimos e financiamentos		
Despesas financeiras–BNDES	(89.576)	(99.478)
Arrendamento com partes relacionadas		
Despesas financeiras	(10.599)	(11.115)
Variação Cambial	18.829	2.204
	188.727	131.951

(*) Integralmente com a controlada CSM.

14 Mobilização de embarcações	2023	2022
Saldo líquidos no início do exercício	27.895	6.460
Adições do exercício (i) (iii)	13.189	26.436
Realização (ii)	(12.917)	(5.631)
Ajuste acumulado de conversão (iii)	(1.409)	631
Saldos líquidos no final do exercício	26.758	27.895
Circulante	11.207	12.374
Não circulante	15.551	15.521

(i) Os valores envolvidos são Custos incrementais para cumprir o contrato, que são os custos incorridos para colocar as embarcações em local adequado e condições para operar de forma a cumprir as obrigações contratuais com os clientes, estes custos foram orçados com os fornecedores e considerados no orçamento e foi incluído na formação do preço apresentado no processo de licitação com o cliente, são compostos por: mão de obra direta, transporte da tripulação para o local das embarcações e outros custos diretamente relacionados à operação da embarcação. (ii) O custo para cumprir o contrato é amortizado linearmente ao longo da vida do contrato com o cliente, tendo como fato gerador o início da operação. (iii) O movimento apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa para o item de mobilização de embarcações corresponde à soma das adições para o exercício e do ajuste acumulado de conversão. **15 Investimentos: -**O investimento em controlada corresponde à participação societária no capital social da CSM, constituída em 10/04/2007, que possui como atividade preponderante a prestação de serviços de apoio marítimo (Nota 1.1).

	2023	2022
Ações (milhares)	184.869	184.869
Percentual de participação	99,998%	99,998%
Patrimônio líquido	73.211	26.941
Lucro líquido do exercício	46.271	15.825
Saldos em 1º de janeiro	26.941	11.116
Resultado de equivalência patrimonial	46.271	15.825
Saldos em 31 de dezembro	73.212	26.941

16 Imobilizado	Terrenos	Bens Flutuantes (iv)	Edificações/ benfeitorias	Equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento (ii)	Outros	Benfeitorias em Embarcações de Terceiros (iii)	Total
Em 1°/01/2022	(3.753)	4.804.365	10.939	3.022	10.470	150	–	4.825.191
Aquisições	–	–	–	2.708	364.058	645	499	367.910
Ajustes acumulados de conversão	2.984	(379.845)	(1.026)	(222)	(548)	(12)	703	(377.966)
Transferências (i)	–	263.220	–	–	(318.579)	–	55.359	–
Depreciação	–	(386.709)	(800)	(1.063)	–	–	(5.650)	(394.222)
Em 31/12/2022	(770)	4.301.030	9.113	4.413	55.401	783	50.912	4.420.882
Custo	64	6.915.608	15.168	10.616	55.949	1.157	55.859	7.054.420
Depreciação acumulada	(834)	(2.614.578)	(6.055)	(6.203)	(548)	(374)	(4.947)	(2.633.538)
Valor contábil em 31/12/2022	(770)	4.301.030	9.113	4.413	55.401	783	50.912	4.420.882
Aquisições	–	–	–	2.337	274.844	448	829	278.458
Ajustes acumulados de conversão	2.836	(351.963)	(892)	(305)	(367)	(56)	(4.549)	(355.294)
Transferências (i)	–	261.280	–	23	(322.221)	(73)	60.992	–
Reversão para redução ao valor recuperável (iii)	–	13.609	–	–	–	–	–	13.609
Baixa	–	(20)	–	–	–	(1)	–	(21)
Depreciação	–	(421.031)	(800)	(1.436)	–	(73)	(28.349)	(451.690)
Em 31/12/2023	2.066	3.802.905	7.421	5.031	7.657	1.027	79.835	3.905.944
Custo	64	7.176.888	15.168	12.975	8.571	1.532	117.680	7.332.879
Depreciação acumulada e *impairment*	2.002	(3.373.983)	(7.747)	(7.944)	(914)	(505)	(37.844)	(3.426.935)
Valor contábil em 31/12/2023	2.066	3.802.905	7.421	5.031	7.657	1.027	79.835	3.905.944
Taxa média ponderada de depreciação anual		5%	5%	14%		6%	48%	

(i) As transferências referem-se, substancialmente, às embarcações que atingiram o estágio final de conclusão dos projetos de docagem, conversões e adaptações, e foram transferidas de imobilizações em andamento para bens flutuantes; (ii) Refere-se, substancialmente, as docagens e sobressalentes; (iii) As benfeitorias são feitas em embarcações de terceiros para atender as demandas dos clientes e são amortizados seguindo o prazo contratual. (iv) Ativo utilizados pela Cia. em contratos de arrendamento operacional enquadrados no CPC06 (R2) – Arrendamentos.

17 Intangível	Softwares, marcas e patentes	Contratos e relações com clientes	Intangível em andamento	Total
Em 1°/01/2022	3.442	956	–	4.398
Aquisição	223	–	–	223
Ajustes acumulados de conversão	(415)	(225)	–	(640)
Amortização	(518)	(472)	–	(990)
Em 31/12/2022	2.733	259	–	2.992
Custo	5.230	24.873	–	30.103
Amortização acumulada	(2.497)	(24.614)	–	(27.111)
Valor contábil em 31/12/2022	2.733	259	–	2.992
Aquisição	999	–	7.367	8.366
Ajustes acumulados de conversão	(470)	(259)	–	(729)
Transferências	4.566	–	(4.566)	–
Amortização	(834)	–	–	(834)
Em 31/12/2023	6.994	–	2.801	9.795
Custo	10.795	24.873	2.801	38.469
Amortização acumulada	(3.801)	(24.873)	–	(28.674)
Valor contábil em 31/12/2023	6.993	–	2.801	9.795
Taxa média ponderada de depreciação anual	14%			

18 Arrendamentos: Direito de uso – Arrendamento	2023	2022
Saldos Líquidos do início do exercício	315.841	61.389
Adições	–	255.243
Renovações e atualizações de contratos	–	47.038
Ajuste acumulado de conversão	(24.177)	(3.595)
Depreciação	(44.338)	(44.234)
Saldos líquidos do final do exercício	247.327	315.841
Arrendamento a pagar com terceiros	**2023**	**2022**
Saldos líquidos no início do período	51.193	–
Adições por novos contratos	–	78.120
Renovações e atualizações de contratos	–	–
Pagamentos	(26.399)	(26.951)
Ajuste acumulado de conversão	(2.834)	(2.510)
Juros Apropriados	1.749	2.534
Saldos líquidos no final do período	23.709	51.193
Parcela do Passivo Circulante	21.619	22.626
Parcela do Passivo Não Circulante	2.090	28.567

Os valores de arrendamentos a pagar com partes relacionadas estão apresentados na Nota 13.

19 Empréstimos e financiamentos: a. Movimentação de empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Garantia	Moeda	Encargos financeiros	Vigência Início	Vigência Vencimento	2022	Captação	Amortização principal	Amortização juros	Encargos financeiros	Ajuste acumulado de conversão	2023	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES						**2.589.195**	**115.441**	**(317.362)**	**(90.745)**	**89.576**	**(176.435)**	**2.209.670**	**356.671**	**1.852.999**
CBO–construção de embarcações	(i)	USD	2,83% a 5,50% a.a. em USD	19/12/2003	11/01/2038	2.162.588	–	(239.084)	(76.754)	76.155	(146.673)	1.776.232	233.857	1.542.375
CBO–construção de embarcações	(i)	USD	3,23% a 4,23% a.a. em USD	19/12/2014	10/08/2037	273.998	–	(19.489)	(9.219)	9.169	(18.994)	235.465	19.222	216.244
CBO–docagens e Modernizações	(i)	USD	3,18% a 3,68% a.a. em USD	27/09/2022	15/01/2030	152.610	–	(58.789)	(4.773)	3.866	(9.546)	83.368	62.740	20.628
CBO–docagens e Modernizações	(i)	USD	3,18% a 3,68% a.a. em USD	24/11/2023	17/02/2031	–	115.441	–	–	386	(1.222)	114.604	40.852	73.752
Caixa Economica Federal						**268.383**	**–**	**(19.176)**	**(8.957)**	**8.878**	**(18.597)**	**230.531**	**18.934**	**211.596**
CBO–construção de embarcações	(i)	USD	3,23% a 4,23% a.a. em USD	19/12/2014	10/09/2037	268.383	–	(19.176)	(8.957)	8.878	(18.597)	230.531	18.934	211.596
Banco do Brasil						**798.908**	**313.984**	**(242.292)**	**(39.647)**	**43.370**	**(64.035)**	**810.287**	**61.539**	**748.748**
CBO–construção de embarcações	(i)	USD	3,60% a.a. em USD	21/11/2016	21/06/2034	353.327	–	(29.357)	(11.846)	11.792	(24.585)	299.331	28.778	270.553
CBO–construção de embarcações	(i)	USD	4,60% a.a. em USD	21/11/2016	21/06/2034	340.080	–	(28.249)	(14.564)	14.497	(23.657)	288.108	27.772	260.337
CBO–capital de giro	(ii)	USD	9,44% a.a. em USD	03/11/2022	29/09/2023	32.754	–	(31.294)	(2.223)	1.819	(1.055)	1,00	–	–
CBO–capital de giro	(ii)	USD	9,62% a.a. em USD	14/11/2022	10/10/2023	72.747	–	(71.299)	(5.163)	4.421	(705)	–	–	–
CBO–capital de giro	(ii)	USD	9,82% a.a. em USD	14/02/2023	09/02/2024	–	87.499	(82.093)	(5.852)	5.852	(5.406)	–	–	–
CBO–capital de giro	(iv)	USD	10,49% a.a. em USD	28/09/2023	25/08/2028	–	226.485	–	–	4.989	(8.627)	222.847	4.989	217.859
Santander						**122.500**	**179.246**	**(179.267)**	**(7.775)**	**7.933**	**(8.792)**	**113.845**	**490**	**113.354**
CBO–capital de giro	(iii)	USD	4,75% a.a. em USD	05/02/2021	15/09/2023	26.340	–	(25.624)	(490)	418	(644)	–	–	–
CBO–aquisição embarcações	(iii)	USD	4,75% a.a. em USD	05/02/2021	15/09/2023	96.160	–	(93.546)	(1.788)	1.527	(2.353)	–	–	–
CBO–capital de giro	(iii)	USD	10,5% a.a. em USD	13/03/2023	15/09/2023	–	64.061	(60.097)	(2.658)	2.658	(3.964)	–	–	–
CBO–capital de giro	(iv)	USD	SOFR + 5,60% a.a. em USD	15/09/2023	15/09/2028	–	11.845	–	(292)	342	(188)	11.707	50	11.657
CBO–aquisição embarcações	(iv)	USD	SOFR + 5,60% a.a. em USD	15/09/2023	15/09/2028	–	43.243	–	(1.066)	1.250	(687)	42.740	184	42.556
CBO–capital de giro	(iv)	USD	SOFR + 5,60% a.a. em USD	15/09/2023	15/09/2028	–	60.097	–	(1.481)	1.737	(955)	59.397	256	59.141
TOTAL						**3.778.986**	**608.671**	**(758.097)**	**(147.125)**	**149.757**	**(267.858)**	**3.364.332**	**437.634**	**2.926.698**
Custos de transação de empréstimos e financiamentos (a)						(6.187)						(6.612)		
Passivo circulante						580.812						431.022		
Passivo não circulante						3.191.987						2.926.698		

(a) Os custos de transação estão sendo apresentados líquidos dos empréstimos e financiamentos para fins de divulgação. USD – Dólares Norte-americanos. **b. Garantias:** As garantias envolvidas nos empréstimos e financiamentos da Cia. são como se seguem: (i) Alienação fiduciária das embarcações, cessão de recebíveis, aplicações restritas, garantia corporativa; *(ii) Standby Letter Of Credit*; (iii) Garantia Corporativa, Aplicação Restrita e Standby Letter of Credit; (iv) Alienação fiduciária da embarcação, cessão de recebíveis, garantia corporativa e *standby letter of credit*.

c. Exposição dos empréstimos: A exposição dos empréstimos da Cia., às variações na taxa de juros e às datas de reprecificação contratual nas datas do balanço, é como se segue:

	2023	2022
Até doze meses	437.634	586.999
De doze meses até vinte e quatro meses	801.006	474.196
De vinte e quatro meses até setenta e dois meses	1.369.533	1.318.501
Acima de setenta e dois meses	756.159	1.399.291
	3.364.332	3.778.986

O fluxo acima demonstra a amortização dos empréstimos e financiamentos reconhecidos nas datas dos respectivos balanços patrimoniais. **d. Cláusulas restritivas:** A Cia. possui empréstimos bancários que contêm cláusulas contratuais. Uma violação futura dessas cláusulas pode exigir a liquidação antecipada. As cláusulas, conhecidas como Taxa de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR – Debt Service Coverage Ratio), são regularmente monitoradas pelo departamento financeiro e relatadas periodicamente à administração para garantir o cumprimento do acordo. A administração calcula as taxas anualmente e apresentou um DSCR de 1,32 em 31/12/2023 (em comparação com 1,32 em 2022). Em 31/12/2023, data dessas DFs, o Grupo cumpriu com todas as cláusulas financeiras.

20 Fornecedores e outras contas a pagar	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	73.443	33.123
Outras contas a pagar	1.581	1.706
	75.024	34.829

21 Salários e encargos sociais	2023	2022
FGTS/INSS [1]	15.141	13.071
Férias	10.287	10.063
14º salário [2]	4.626	4.381
Dissídio salarial [3]	3.154	155
Provisão para bônus	5.692	6.535
Outros	157	74
	39.056	34.279

1- FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço / INSS: Instituto Nacional do Seguro Social–Encargos sociais de acordo com a legislação brasileira. 2- Obrigação de trabalho de acordo com o acordo coletivo assinado pelas categorias marítimas. 3- O montante refere-se à provisão para atualização da compensação de funcionários marítimos e administrativos com base em acordos coletivos, em vigor a partir de 02/2023 e maio de 2023, respectivamente. O pagamento desses valores será efetuado após a assinatura dos acordos coletivos das respectivas categorias.

22 Impostos e contribuições a pagar	2023	2022
I.R. Retido na Fonte–IRRF	4.792	4.248
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza–ISSQN	96	78
Contribuições Sociais Retidas na Fonte–CSRF	186	226
C.S. a recolher–CSLL	18	30
Instituto Nacional da Seguridade Social–INSS	105	119
	5.198	4.701

23 Ativo indenizatório, depósitos judiciais e provisões para contingências: Em 31/12/2023, a Cia. apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais 2023	Depósitos judiciais 2022	Provisão para contingências 2023	Provisão para contingências 2022
Natureza dos processos				
Tributárias	3.334	5.891	614	1.511
Trabalhistas	565	367	19.970	22.239
Cíveis	–	–	51	–
Regulatório	–	–	217	230
	3.899	6.258	20.852	23.980

A movimentação das provisões para contingências é como se segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Regulatório	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	579	15.298	630	–	16.507
Provisões	932	7.601	(400)	–	8.133
Pagamento	–	(660)	–	–	(660)
Saldo em 31/12/2022	1.511	22.239	230	–	23.980
Reversões	(897)	(2.148)	(13)	51	(3.006)
Pagamento	–	(121)	–	–	(121)
Saldo em 31/12/2023	614	19.970	217	51	20.853

As provisões constituídas em 31/12/2023 eram compostas por: O valor da causa tributária é composto de 1 Execução Fiscal do RJ para cobrança de crédito tributário relativo ao ICMS no valor de R$614. (Em 31/12/2021 – 1 ação no valor total de 579). O montante de reclamações trabalhistas é composto por 20 ações que totalizam R$ 19.970, principalmente devido a 1 Ação de Cumprimento de Acordo Coletivo no valor de R$11.188; 1 Ação de indenização por lucros cessantes; indenização de despesas médicas e hospitalares; danos morais e honorários advocatícios no valor de 6.073, 11 Autos de Infração que envolvem o cumprimento de Cota de Pessoas com Deficiência e Ausência de Inscrição de Profissionais de Engenharia nos quadros do CREA no valor de 80 e outras 8 ações com pedidos de pagamento de férias, desvio de função, adicional noturno, horas extras no valor de R$2.629 (Em 31/12/2021 – 10 ações que totalizam R$ 15.298). O montante referente a contingência Regulatória se refere ao arbitramento de multa em 2 processos administrativos decorrentes de Autos de Infração instaurados pela ANVISA, cujos valor é R$ 137 e R$ 80, em função de descumprimento de normativos relativos à higiene, saúde e segurança do trabalho. **Perdas possíveis:** A Cia. tem ações de natureza tributária, cíveis e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 50.515 (em 31/12/2022 – R$ 47.941) e são compostos por R$ 11.443 referentes a ações tributárias (em 31/12/2022 – R$ 9.712), R$ 32.185 de ações trabalhistas (em 31/12/2022 – R$ 31.423), R$ 5.405 de ações cíveis (em 31/12/2022 – R$ 5.371) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nenhuma provisão é requerida para fazer face a esses processos. **23.1 Ativo indenizatório:** No contrato de Compra e Venda de Ações Ordinárias celebrado entre Grupo CBO e o Grupo Fischer para aquisição da CBO, CSM e Aliança, foram listadas todas as ações judiciais e administrativas em andamento das referidas empresas, tendo o Grupo Fischer assumido a obrigação de indenizar e manter seus administradores e empregados indenes e isentos por toda e qualquer perda efetiva e comprovadamente incorrida e sofrida por ações listadas, sem limitação de valores. O contrato estabelece ainda uma indenização à Cia. caso seja verificada qualquer contingência ou passivo, de qualquer natureza, referentes a atos, fatos ou omissões ocorridas até 23/12/2013, e não revelados na data da aquisição até o limite de R$ 50.000 corrigido pelo CDI acumulado. Em 23/12/2019, foi realizado termo de acordo entre as partes no qual foi validado o valor de passivo oculto de R$ 6.773, que foi deduzido do saldo limite, restando o saldo de R$ 82.215 (o limite acima mencionado de R$ 50.000 atualizado de 23/12/2013 a 23/12/2019 com base no CDI acumulado menos valor de R$ 6.773 pago pelo Grupo Fischer nesta data) que continuará sendo corrigido pelo CDI até que termine todos os processos pendentes ou que o saldo do limite seja consumido. Em 31/12/2023, o limite de R$ 82.215 foi ajustado baseado na taxa de CDI acumulada para R$ 112.193 (31/12/2022–R$ 99.252). O valor apresentado na rubrica "Ativo indenizatório" refere-se ao valor que será ressarcido ao Grupo CBO caso as perdas provisionadas sejam materializadas e pagas. Em 31/12/2023, o montante de ativo indenizatório é de R$ 12.276 (Em 31/12/2022 – R$ 16.222). **24 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social integralizado em 31/12/2023 é de R$ 1.016.988 (2022–R$ 1.016.988), representados por 68.939.756.447 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2023 e 2022 Capital Social R$	Participação
CBO Holding S.A	1.016.442	99,95%
Aliança Indústria Naval e Empresa de Navegação	546	0,05%
	1.016.988	100%

b. Destinação dos lucros: (i) Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, nos termos do art. 6º, § Único, inciso (ii) do Estatuto Social da Cia., no entanto conforme previsto no mesmo art. 202, inciso (iii), a assembleia geral da Cia. deliberou pela não distribuição do dividendo mínimo obrigatório. A Cia. apresentou lucro líquido de R$ 159.143 (2022 – R$ 172.653, e após a absorção do prejuízo acumulado de R$ 35.479, apresentou um saldo remanescente de lucro acumulado de R$ 137.174) foi destinado para a constituição de reserva legal de 5% o valor de R$ 7.957 (2022 – R$ 6.859). A não distribuição do dividendo mínimo obrigatório, conforme art. 202 da Lei 6.404/1976 e, a destinação para constituição da reserva de retenção de lucros no valor de R$ 151.186 (2022 – R$ 130.316), cujo os recurso serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Cia. e à extensão de suas atividades operacionais. **c. Lucro básico e diluído por ação:** O cálculo do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	176.195	172.654
Média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro liquido básico e diluído por ação–lotes de mil	68.939.756	68.939.756
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	0,0026	0,0025

25 Receita líquida de serviços prestados	2023	2022
Receitas de serviços prestados		
Afretamento	832.277	850.689
Prestação de serviços	155.748	181.486
Receitas de serviços prestados com partes relacionadas (i)	209.811	194.247
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas (ii)		
Afretamento	(77.078)	(78.689)
Prestação de serviços	(14.475)	(15.487)
Comissões sobre contrato de embarcações	(3.404)	–
Impostos e contribuições com partes relacionadas	(19.408)	(17.968)
Receita líquida de serviços prestados	1.083.472	1.114.279

(i) As receitas com partes relacionadas são referentes ao afretamento das embarcações para a controlada CSM. (ii) Os tributos que incidem sobre o faturamento são PIS, COFINS e ISS.

26 Custos e Despesas por natureza	2023	2022
Salários e encargos	(154.884)	(169.324)
Depreciação e amortização	(541.973)	(498.511)
Gratificações	(38.901)	(40.338)
Benefícios	(22.048)	(25.064)
Serviços contratados	(37.567)	(35.332)
Insumos de produção	(25.035)	(31.720)
Manutenção e reparo de embarcações	(30.460)	(30.418)
Operações com seguros	(19.290)	(14.753)
Rancho	(6.938)	(6.889)
Viagens e estadias	(6.312)	(8.511)
Aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos	(889)	(716)
Realização do custo de mobilização (ii)	(12.948)	(5.811)
Crédito de PIS/COFINS (i)	30.155	32.602
Outros	(15.152)	(13.430)
Despesa Crédito de Carbono (iii)	(529)	–
	(882.770)	(848.215)
Despesas gerais e administrativas	(65.863)	(89.081)
Custos dos serviços prestados	(816.907)	(759.134)

(i) São substancialmente créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados, autorizados pelo inciso VI do § 14º do art. 3º das Leis Federais nºs 10.637/2002, sobre a contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e Programas de Formação para Servidores Públicos (PASEP) e outras questões fiscais e 10.833/2003 sobre a Cobrança Não Cumulativa da COFINS. (ii) Refere-se à amortização linear dos custos de mobilização a partir do início da operação da embarcação ao longo do período do contratual. (iii) Refere-se à implementação de projetos de eficiência ambiental e a Cia. assumiu o compromisso público de compensar anualmente as emissões atmosféricas geradas pela queima de combustível das embarcações em contratos assinados a partir de 09/2021, por meio da compra de créditos de carbono. Foi realizado o levantamento do processo e, mensalmente, a área de meio ambiente monitora o total de CO_2 emitido por cada embarcação e, ao final do período (anualmente), são totalizadas as emissões do ano e feita cotação para a compra dos créditos de carbono (1 crédito de carbono compensa 1 tonelada de CO_2 emitido).

27 Outras receitas operacionais, líquidas	2023	2022
Crédito de impostos federais	3.004	3.990
Provisão para contingência	(943)	(2.860)
Despesa de aluguel	(4.946)	(4.675)
Recuperação de sinistros reclamados	126	1.155
Recuperação de upgrades clientes (i)	13.008	–
Outros	(99)	3.935
	10.151	1.545

(i) Reembolso de gastos incorridos que são de responsabilidade do cliente, conforme negociação contratual.

28 Resultado financeiro	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))	60.301	51.420
Rendimentos de aplicações financeiras	26.402	25.918
Atualização monetária	5.067	11.710
Outras	527	140
	92.297	89.188
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(153.486)	(148.177)
Custos de transação (**)	(14.287)	(9.875)
Despesas bancárias	(5.410)	(2.285)
Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))	(39)	(5.327)
Juros de arrendamento	(1.749)	(2.534)
Juros com partes relacionadas–Arrendamento	(10.599)	(11.115)
Resultado com aplicações financeiras (*)	(21.528)	(19.528)
Resultado com instrumentos derivativos	(6.982)	(12.241)
Encargos sobre operações financeiras	(8.723)	(5.648)
	(222.803)	(216.730)
Variações cambiais, líquidas		
Variação cambial ativa	444.984	704.599
Variação cambial passiva	(391.927)	(658.738)
	53.057	45.861
Resultado financeiro	(77.449)	(81.681)

(*) Rendimentos de aplicações financeira, aplicações financeiras restritas e caixa e equivalentes de caixa. (**) Refere-se, substancialmente, às comissões de carta-fian-

Companhia Brasileira de Offshore

CNPJ: 13.534.284/0001-48

ça para garantia dos empréstimos (Nota 19), que foram apropriados no exercício.

29 I.R. e C.S.: 29.1 Reconciliação do I.R. e C.S.	**2023**	**2022**
Lucro antes do I.R. e C.S.	198.341	201.755
I.R. e C.S. nas alíquotas nominais (34%)	(67.436)	(50.439)
Ajustes para apuração de alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	15.732	3.956
Despesas não dedutíveis	(8.441)	(7.659)
Efeito de diferenças cambiais no processo de conversão	96.006	100.447
Diferença de base tributária para moeda funcional	(93.419)	(72.806)
Ajustes CPC 06–Arrendamento Mercantil	(1.919)	(1.138)
Outros	37.331	(15.179)
Ágio rentabilidade futura	–	13.718
Despesa com I.R. e C.S.	(22.145)	(29.099)
Correntes	(12.848)	–
Diferidos	(9.297)	(29.099)
Alíquota efetiva	(11%)	(14%)

29.2 I.R. diferidos: As DFs foram convertidas da moeda funcional dólar norte-americano para real, que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do I.R. sobre ativos e passivos é determinada na moeda real. Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter efeito significativo no valor das despesas de I.R., principalmente sobre os ativos não monetários. O I.R. diferido é calculado sobre os prejuízos fiscais do I.R. e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das DFs. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25% para o I.R.. O I.R. diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e/ou no limite do passivo diferido e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os valores dos tributos diferidos são os seguintes:

Composição dos tributos diferidos ativos	**2023**	**2022**
Créditos tributários sobre:		
Prejuízos fiscais	148.239	132.304
Base negativa de C.S.	15.396	–
Diferenças temporárias:		
Variação cambial	378.488	398.949
Provisões	13.028	7.958
Derivativos não realizados	–	20
	555.151	539.232

Composição dos tributos diferidos passivos	**2023**	**2022**
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada de bens flutuantes	453.720	333.343
Diferença de base tributária para moeda funcional	154.010	241.683
Mais valia (líquida de impairment) de ativos e passivos–PPA	73.985	88.362
Tributos diferidos não constituidos	11	–
	681.726	663.388
Passivo diferido, líquido	126.575	124.156

30 Plano de suplementação de aposentadoria–contribuição definida: A Cia. contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, administrado por entidade independente, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social. As contribuições da patrocinadora apresentam-se como segue: • **Contribuição mensal**–Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. A contribuição dos participantes limita-se a 7,5% escalonado dos seus salários de participação, e a contribuição da Cia. pode atingir até 150% da contribuição dos participantes de acordo com o tempo de serviços de cada participante; • **Contribuição suplementar**–É realizada mensalmente pelo participante, em valor predefinido, o qual poderá sofrer alteração no mês/01/cada ano, esse tipo de contribuição não recebe contribuição por parte da Cia.; e • **Contribuição esporádica**–Pode ser realizada em qualquer tempo, em valor livre e sem periodicidade definida, esse tipo de contribuição não recebe contribuição por parte da Cia.. A Cia. contratou junto à entidade independente um benefício de risco denominado "pecúlio por morte", cujas contribuições são efetuadas mensalmente pela Cia., e em caso de morte os beneficiários receberão os valores das contribuições efetuadas. Durante o exercício findo em 31/12/2023, o valor total das contribuições da Cia. para os planos mencionados acima foi despesa de R$ 1.338 (Em 31/12/2022–R$ 1.441). **31 Informação suplementar: 32.1 Apresentação em moeda funcional dólar:** A moeda de apresentação das DFs é o Real, conforme exigido pela legislação brasileira. No entanto, uma parcela substancial dos ativos, passivos, receitas e despesas da Cia. são em Dólares Norte-Americanos, assim concluímos que a moeda funcional é o Dólar Norte-Americano. Isso significa que as informações financeiras apresentadas em Reais recebem influência das variações das taxas de câmbio, mesmo quando não houver alterações nas operações subjacentes. Diante disso, a Administração conclui que é significativo apresentar determinadas informações financeiras em Dólares Norte-Americanos, conforme apresentado abaixo:

Balanço patrimonial–Em milhares de US$

	2023	**2022**
Ativo	1.090.671	1.095.550
Circulante	193.461	143.892
Caixa e equivalentes de caixa	2.911	4.618
Aplicações financeiras de curto prazo	16.287	–
Contas a receber	29.480	24.152
Estoques	1.744	1.316
Outros tributos a recuperar	15.969	15.848
Tributos sobre o lucro a recuperar	565	604
Contas a receber de partes relacionadas	113.815	88.745
Mobilizações de embarcações	2.315	2.372
Despesas antecipadas	2.716	2.088
Instrumentos financeiros derivativos	7	–
Outros ativos	7.652	4.149
Não circulante	897.210	951.658
Aplicações financeiras restritas	25.289	24.065
Ativo indenizatório	2.536	3.109
Mobilizações de embarcações	3.212	2.975
Outros tributos a recuperar	2.408	2.389
Tributos sobre o lucro	44	47
Depósitos judiciais	805	1.199
	34.294	33.784
Investimentos	3.010	9.482
Imobilizado	806.811	847.286
Intangível	2.008	573
Direito de uso	51.087	60.533
Passivo e patrimônio líquido	1.090.671	1.095.550
Circulante	122.061	133.584
Empréstimos e financiamentos	89.030	111.310
Fornecedores e outras contas a pagar	15.497	6.675
Salários e encargos trabalhistas	8.067	6.570
Impostos e contribuições a pagar	1.074	901
Passivo de arrendamento com terceiros	4.466	4.336
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	3.927	3.747
Instrumentos financeiros derivativos	–	45
Não circulante	679.192	693.342
Empréstimos e financiamentos	604.527	611.761
Passivo de arrendamento com terceiros	432	5.475
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	43.781	47.715
Provisão para contingências	4.307	4.596
I.R. e C.S. diferido	26.145	23.795
Total do passivo	801.253	826.926
Patrimônio líquido	289.418	268.624
Capital social	262.462	262.462
Reservas de Lucro	16.646	54
Ajuste de avaliação patrimonial	10.310	8.687
Prejuízos acumulados	–	(2.579)

Demonstração do resultado–Em milhares de US$

	2023	**2022**
Receitas de serviços prestados	218.081	215.834
Custos dos serviços prestados	(163.562)	(146.947)
Lucro bruto	54.519	68.887
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(12.430)	(16.990)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.094)	(7.290)
Reversão para redução ao valor recuperável de ativos	2.757	–
Outras receitas operacionais, líquidas	2.000	325
Lucro operacional	38.752	44.932
Receitas financeiras	18.577	17.403
Despesas financeiras	(43.279)	(39.860)
Resultado com derivativos	(1.429)	(2.524)
Variação cambial, líquida	10.983	8.415
Resultado financeiro	(15.148)	(16.566)
I.R. e C.S.	23.604	28.366
I.R.		
Correntes	(2.572)	–
Diferidos	(1.861)	(5.634)
Lucro líquido do exercício	19.171	22.732

Demonstração do resultado abrangente–Em milhares de US$

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	19.171	22.732
Outros resultados abrangentes		
Ajustes acumulados de conversão	1.623	9.547
Total do resultado abrangente do exercício	20.794	32.279

Demonstração das mutações do patrimônio líquido–Em milhares de US$

	Capital social	Reservas de lucro: Incentivos fiscais	Reservas de lucro: Retenção de lucros	Reservas de lucro: Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2022	262.462	54	–	–	(859)	(25.312)	236.346
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	9.546	–	9.546
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.732	22.732
Em 31/12/2022	262.462	54	–	–	8.687	(2.580)	268.624
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	1.623	–	1.623
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	19.171	19.171
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	15.762	830	–	(16.592)	–
Em 31/12/2023	262.462	54	15.762	830	10.310	–	289.418

Demonstração dos fluxos de caixa–Em milhares de US$

	2023	**2022**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	19.171	22.732
Ajustes do lucro líquido :		
Depreciação e amortização	108.115	96.451
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(2.757)	–
Realização do custo de mobilização	2.542	1.094
Equivalência patrimonial	8.094	7.290
Reversão de provisão de contigência e ativo indenizatório	284	455
Despesa com I.R.	4.433	5.634
Resultado com derivativos	1.429	2.524
Atualização de aplicação financeira e aplicação financeira restrita	(947)	(1.110)
Juros, variações cambiais apropriados e outros	17.474	20.529
	157.837	155.599
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(5.328)	(5.896)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(1.481)	(2.709)
Estoques	(428)	(809)
Outros tributos a recuperar	(140)	(36)
Tributos sobre o lucro	42	–
Despesas antecipadas	(628)	(1.093)
Depósitos judiciais	394	(99)
Mobilizações de embarcações	(2.722)	(5.283)
Outros ativos	(3.503)	(839)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e outras contas a pagar	8.822	1.064
Salários e encargos trabalhistas	1.497	2.308
Impostos e contribuições a pagar	173	133
Caixa gerado nas atividades operacionais	154.536	142.340
I.R. pago	(2.572)	–
Juros recebidos	543	195
Juros pagos	(29.325)	(28.396)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	123.182	114.140
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado e intangível	(56.877)	(70.347)
Aplicações financeiras–aplicação	(126.113)	(28.463)
Aplicações financeiras–resgate	111.106	31.443
Partes relacionadas–Recebimento de notas promissórias	562.624	638.602
Partes relacionadas–Pagamento de notas promissórias	(571.615)	(649.352)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(80.874)	(78.117)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	121.223	69.051
Amortização de empréstimos e financiamentos–principal	(151.236)	(90.878)
Custos de transação relacionado a empréstimos e financiamentos	(2.865)	(1.925)
Pagamento de arrendamento com terceiros	(5.260)	(5.249)
Pagamento de arrendamento com partes relacionadas	(5.877)	(5.139)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(44.015)	(34.139)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO	(1.707)	1.884
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.618	2.734
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.911	4.618

Diretoria executiva: Marcos Roberto Tinti - Presidente; Rodrigo Ribeiro dos Santos - Diretor administrativo financeiro; Marcelo Jorge Martins - Diretor técnico comercial; Darcy de Paula - Diretor de recursos humanos; César Augusto Moraes Almeida - Diretor de operações. Ricardo de Paula Luqui - Contador -CRC/SP-235.513/o-9-S-RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Conselheiros e Diretores da Cia. Brasileira de Offshore S.A. RJ – RJ: Opinião: Examinamos as DFs da Cia. Brasileira de Offshore S.A. Cia., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Brasileira de Offshore S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.: Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.: Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 05/04/2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7.

GRUPO CBO

CBO Serviços Marítimos S.A.

CNPJ: 08.795.463/0001-07

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da CBO Serviços Marítimos S.A (“Cia.”) submete, em conjunto com as DFs e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31/12/2023. As DFs individuais e consolidadas disponíveis apresentadas neste relatório foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Todas as comparações referem-se ao ano anterior (“2022). **Mensagem da Administração:** 2023 foi um excelente ano para a Cia.: o tão esperado aquecimento de mercado aconteceu. Assinamos novos contratos e encerramos 2023 com 27 embarcações contratadas, alinhado com a nossa estratégia de crescimento dos últimos anos. Apresentamos um crescimento no ano de 17,5% da receita líquida e 13,8% do EBITDA contra o mesmo período em 2022. O lucro líquido atingiu R$ 46,3 milhões, um crescimento de 192,4% contra 2022 e apresentamos uma geração de caixa operacional líquida de aproximadamente R$ 314,5 milhões, um crescimento de 105,9% vs. o ano anterior. Outro marco inédito que, por meio do Grupo CBO, conquistamos em 2023 foi o Selo Pró-Ética, um reconhecimento para as empresas que se mostram comprometidas com a agenda de integridade e na implementação de medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos fraudulentos. Essa conquista reforça ainda mais o nosso compromisso público e voluntário em favor da ética nos negócios. Continuamos cuidamos da nossa gente em terra e no mar e, pelo 5º ano consecutivo, o Grupo CBO, do qual a Cia. é parte integrante, foi eleito pelos seus colaboradores como uma excelente empresa para se trabalhar (GPTW). Esse reconhecimento é fruto de um trabalho constante de valorização e desenvolvimento do nosso time. O mercado de embarcações de apoio segue em um momento positivo de crescimento e acreditamos que seguirá desta forma ainda pelos próximos anos, com um aumento das taxas diárias, impulsionado pela crescente demanda para atender o setor de energia offshore e uma oferta limitada de embarcações. Acreditamos que estamos bem posicionados para capturar este crescimento e as oportunidades que já estão se apresentando no nosso mercado. **Segurança:** A Cia. está comprometida com a condução responsável do negócio e a promoção da sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor. Buscamos a excelência operacional atuando com condições seguras, promovendo a redução dos riscos à segurança ocupacional, operacional e à saúde, visando a proteção da vida humana e do meio ambiente. Para assegurar esse objetivo, a Cia. se compromete a cumprir com os compromissos assumidos através da Política da Qualidade, Segurança, Saúde e Proteção Ambiental e da Política de Sustentabilidade, aplicável a toda a empresa. A nossa filosofia de Sustentabilidade, foi traduzida em um Programa ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) com 13 temas materiais prioritários, correlacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e com os valores da Cia..

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Nota	2023	2022
Ativo		1.894.086	2.158.223
Circulante		402.458	370.141
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.898	26.275
Aplicações financeiras de curto prazo	7	1.911	–
Contas a receber	10	196.511	156.463
Outros tributos a recuperar	12 (a)	49.229	42.647
Tributos sobre o lucro a recuperar	12 (b)	384	4.574
Contas a receber de partes relacionadas	14	70.182	90.911
Despesas antecipadas	11	9.298	5.652
Ativo de contrato–mobilização de embarcações	15	32.452	36.499
Instrumentos financeiros derivativos	9	39	–
Outros ativos	13	11.554	7.120
Não circulante		1.491.628	1.788.082
Aplicações financeiras restritas	8	–	23.590
Ativo de contrato–mobilização de embarcações	15	19.085	47.821
Contas a receber	10	26.893	15.299
Contas a receber de partes relacionadas	14	253.229	355.431
Ativo indenizatório	22	5.773	5.333
Outros tributos a recuperar	12 (a)	9.913	8.587
Tributos sobre o lucro a recuperar	12 (b)	30	358
I.R. e C.S. diferidos	28	34.100	57.109
Instrumentos financeiros derivativos	9	5.846	–
Depósitos judiciais	22	546	504
		355.415	514.032
Imobilizado	16	95.584	44.616
Direito de uso	17	1.040.045	1.229.434
Intangível		584	–
Passivo e patrimônio líquido		1.894.086	2.158.223
Circulante		558.437	789.574
Fornecedores e outras contas a pagar	19	41.561	30.659
Empréstimos e financiamentos	18	57.250	335.580
Salários e encargos trabalhistas	20	49.450	38.355
Impostos e contribuições a pagar	21	10.577	14.470
Instrumentos financeiros derivativos	9	568	2.039
Passivo de arrendamento com terceiros	17	–	3.752
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	14	221.507	248.049
Contas a pagar para partes relacionadas	14	177.524	116.670
Não circulante		1.262.438	1.341.708
Empréstimos e financiamentos	18	448.337	287.617
Passivo de arrendamento com terceiros	17	–	–
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	14	801.726	1.043.000
Provisão para contingências	22	12.375	11.091
Total do passivo		1.820.875	2.131.282
Patrimônio líquido	23	73.211	26.941
Capital social		184.870	184.870
Prejuízos acumulados		(111.659)	(157.929)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2022	149.806	35.064	(173.754)	11.116
Aumento de capital	35.064	(35.064)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	15.825	15.825
Em 31/12/2022	184.870	–	(157.929)	26.941
Lucro líquido do exercício	–	–	46.270	46.270
Em 31/12/2023	184.870	–	(111.659)	73.211

Demonstrações do valor adicionado em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	2023	2022
Receitas		
Prestação de serviços e afretamento	1.044.408	885.649
Outras receitas, líquidas	44.004	38.394
	1.088.412	924.043
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(240.082)	(223.557)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(53.208)	(18.258)
	(293.290)	(241.816)
Valor adicionado bruto	**795.122**	**682.227**
Depreciação, amortização	(300.324)	(264.097)
Valor adicionado líquido pela Cia.	**494.798**	**418.130**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e derivativos	36.540	47.771
Variação cambial ativa	240.218	111.954
	276.758	159.725
Valor adicionado total a distribuir	771.556	577.855
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(324.214)	(277.652)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais correntes	(102.147)	(86.344)
Federais diferidos	(23.009)	(8.878)
Estaduais	(97)	(14)
Municipais	(3.859)	(4.555)
Juros, despesas bancárias, derivativos e outros	(123.341)	(109.997)
Aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos	(3.356)	(1.550)
Variação cambial passiva	(145.263)	(73.041)
Lucro líquido do exercício	(46.270)	(15.825)
Valor adicionado distribuído	**(771.556)**	**(577.855)**

Resultado (Em MR$)

Demonstração do Resultado	2023	Δ$	Δ%	2022
Receita líquida de serviços prestados	939.905	140.310	17,5%	799.595
Custos dos serviços prestados	(827.502)	(104.878)	14,5%	(722.624)
Lucro bruto	112.403	35.432	46,0%	76.971
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(65.748)	(35.496)	117,3%	(30.252)
Outras receitas operacionais, líquidas	20.256	14.122	230,2%	6.134
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	66.911	14.058	26,6%	52.853
Resultado financeiro	8.154	31.468	(135,0%)	(23.314)
Lucro antes do I.R. e da C.S.	75.065	45.526	154,1%	29.539
I.R. e C.S.	(28.795)	(15.081)	110,0%	(13.714)
Lucro líquido do exercício	46.270	30.445	192,4%	15.825

Desempenho Operacional (Em MR$)	2023	Δ$	Δ%	2022
FLUXOS DE CAIXA				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	314.454	161.737	105,9%	152.717
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	24.743	90.868	(137,4%)	(66.125)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(334.574)	(242.901)	265,0%	(91.673)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa, líquido	4.623	9.704	(191,0%)	(5.081)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.275	(5.081)	(16,2%)	31.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.898	4.623	17,6%	26.275

EBITDA (Em MR$)	2023	Δ$	Δ%	2022
Lucro líquido do exercício	46.270	30.445	192,4%	15.825
IR/CSLL	28.795	15.081	110,0%	13.714
Resultado Financeiro	(8.154)	(31.468)	(135,0%)	23.314
Depreciação e Amortização	293.810	29.713	11,3%	264.097
EBITDA	**360.721**	**43.771**	**13,8%**	**316.950**

Dívida líquida (Em MR$)	2023	Δ$	Δ%	2022
Empréstimos e financiamentos - Circulante	57.250	(278.330)	(82,9%)	335.580
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	448.337	160.720	55,9%	287.617
Dívida Bruta	**505.587**	**(117.610)**	**(18,9%)**	**623.197**
Caixa e equivalentes de caixa	(30.898)	(4.623)	17,6%	(26.275)
Aplicações financeiras de curto prazo	(1.911)	(1.911)	100,0%	-
Aplicações financeiras restritas	-	23.590	(100,0%)	(23.590)
Dívida Líquida	**472.778**	**(100.554)**	**(17,5%)**	**573.332**

Demonstração do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de serviços prestados	24	939.905	799.595
Custos dos serviços prestados	25	(827.502)	(722.624)
Lucro bruto		112.403	76.971
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(65.748)	(30.252)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	20.256	6.134
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		66.911	52.853
Receitas financeiras		30.882	31.035
Despesas financeiras		(123.341)	(109.997)
Resultado com derivativos	9	5.658	16.736
Variação cambial, líquida		94.955	38.912
Resultado financeiro	27	8.154	(23.314)
Lucro antes do I.R. e da C.S.		75.065	29.539
I.R. e C.S.	28		
Correntes		(5.786)	(4.836)
Diferidos		(23.009)	(8.878)
Lucro líquido do exercício		46.270	15.825
Lucro líquido básico e diluído por ação–em R$		0,2503	0,0898

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	46.270	15.825
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	46.270	15.825

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ mil)

	Nota	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		46.270	15.825
Ajustes do Lucro :			
Depreciação e amortização	25	300.324	264.097
Provisões de contingências e ativo indenizatório	22	976	898
Realização de mobilização de embarcações	15	42.960	40.431
I.R. e C.S.	28	28.795	13.714
Resultado com derivativos	9	(5.658)	(16.736)
Atualização de aplicação financeira	6, 7 e 8	(3.415)	(1.536)
Juros, variações cambiais apropriados e outros		27.446	37.621
		437.698	354.314
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	10	(51.642)	(84.396)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos–Contas a receber	9	(8.510)	(7.359)
Outros tributos a recuperar	12 (a)	(7.908)	(19.419)
Tributos sobre o lucro a recuperar	12 (b)	4.518	(4.932)
Despesas antecipadas	11	(14.603)	8.247
Depósitos judiciais	22	(42)	(44)
Ativo de contrato–mobilização de embarcações	15	(10.177)	(72.343)
Outros ativos	13	(4.434)	(3.696)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores e outras contas a pagar	19	10.902	(4.007)
Salários e encargos trabalhistas	20	11.095	10.285
Impostos e contribuições a pagar	21	(3.893)	7.307
Provisão para contingências	22	(132)	–
Caixa gerado pelas atividades operacionais		362.872	183.957
I.R. e C.S. pago	28	(5.786)	(4.836)
Juros recebidos	6	1.879	870
Juros pagos	18	(44.511)	(27.274)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		314.454	152.717
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	16	(83.721)	(34.343)
Aplicações financeiras–aplicações	7 e 8	(84.606)	(92.486)
Aplicações financeiras–resgate	7 e 8	107.821	106.574
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	14	909.501	1.154.960
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	14	(824.252)	(1.200.830)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		24.743	(66.125)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimos e financiamentos	18	502.126	372.547
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	(583.438)	(307.684)
Custos de transação de financiamento pagos	18	(6.926)	(3.332)
Pagamento de arrendamento com terceiros	17	(6.257)	(23.325)
Pagamento de arrendamento com partes relacionadas	14	(304.262)	(282.695)
Recebimento de notas promissórias com partes relacionadas	14	1.350.723	1.306.242
Pagamento de notas promissórias de partes relacionadas	14	(1.293.353)	(1.176.373)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos–empréstimos e financiamentos	9	6.813	22.947
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(334.574)	(91.673)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa, líquido		4.623	(5.081)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		26.275	31.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		30.898	26.275

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras (Em R$ mil)

1 Contexto operacional: A CBO Serviços Marítimos S.A. (“Cia.”) foi constituída no ano de 2007. Sua sede está localizada na Av. do Contorno, nº 2, CEP: 24.110-200 – Barreto – Niterói–RJ. A Cia. tem como objeto social a prestação de serviços marítimos especiais em alto mar, submarino e entre portos e instalações de extrações de minerais situados em oceanos, mares e hidrovias e a prestação de serviços marítimos de apoio a essas atividades; navegação de apoio marítimo; serviços de reboque e de socorro marítimo; a importação e/ou exportação de bens e serviços relacionados com as demais atividades sociais; a representação e/ou agenciamento de empresas de navegação, nacionais ou estrangeiras, seja como quotista, acionista ou outra modalidade. Adicionalmente a Cia. opera o contrato de logística integrada que provê soluções com gestão e operacionalização de toda a cadeia de suprimentos para as unidades marítimas, integrando logística offshore, armazenamento onshore e transporte terrestre de cargas e suprimentos. Conforme termo de autorização nº 525 da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (“ANTAQ”) de 2/06/2009, a Cia. está autorizada a operar como empresa brasileira de navegação (“EBN”), na navegação de apoio marítimo. As fontes de receita da Cia. são oriundas da prestação de serviços, mediantes contratos firmados, substancialmente, com um único cliente, a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). A emissão dessas DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 21/03/2024. **1.1 Capital circulante líquido.:** Em dezembro de 2023, a Cia. apresentou um capital circulante líquido negativo de R$ 155.979, (R$ 419.433 em 31/12/2022)A Cia. também registrou aumento de 106% no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais principalmente devido à expansão das suas operações, além das taxas de diária de afretamento mais elevadas que também contribuíram para o aumento do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais apresentando R$ 314.454 no exercício encerrado em 31/12/2023, em comparação com os R$ 152.717 registrados no ano anterior, encerrado em 31/12/2022. Como parte do seu plano para fortalecer sua posição financeira, a Cia. tomou as seguintes medidas para mudar o perfil de endividamento: i) reestruturação de seus empréstimos com Banco Santander com extensão de 4 anos da data de vencimento original; ii) obtenção de R$ 115.441 de empréstimos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) de docagens/conversões realizadas, com vencimento até fevereiro de 2031; iii) e emissão de debêntures não conversíveis no montante de R$ 98.336, com carência de 2 anos. As entradas no fluxo caixa da Cia. decorrem, substancialmente, das receitas geradas pelos contratos de longo prazo. Dessa forma, considerando os contratos firmados para os próximos anos, é esperado que o fluxo de caixa operacional líquido se mantenha para os próximos períodos, sendo também este um recurso a ser utilizado pela Cia. para cumprir com parte dos seus compromissos. Com base nesses fatores, a administração tem uma expectativa razoável de que a Cia. possui e continuará a ter recursos adequados para manter sua existência operacional no futuro previsível. Portanto, preparou estas DFs com base no pressuposto de continuidade operacional. **1.2 Atividade do segmento apoio marítimo:** A principal atividade operacional do segmento de apoio marítimo é oriunda do afretamento de embarcações e prestação de serviços marítimos de apoio. **1.3 Atividade do segmento logística integrada:** O segmento de logística integrada provê soluções com gestão e operacionalização de toda a cadeia de suprimentos para as unidades marítimas, integrando logística offshore, armazenamento onshore e transporte terrestre de cargas e suprimentos. Em novembro de 2023, o contrato de logística integrada foi concluído. Embora a Cia. não tenha operado outro contrato após esta data, o segmento continua a ser ofertado. **2 Resumo das políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Cia. adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/ IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º/01/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis " materiais", em vez de " significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota em determinados casos. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia.. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 3. **a. DFs:** As DFs foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). **b. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia.s abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09–"Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **c. Moeda de apresentação e moeda funcional:** As DFs do exercício findo em 31/12/2023 e 31/12/2022 estão apresentadas em Real (“R$”), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. (Nota 6). **2.3 Aplicações financeiras de curto prazo:** As aplicações de curto prazo, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em caixa. Estas aplicações são mantidas em fundos cambiais com a finalidade de minimizar o impacto da desvalorização do real frente ao dólar e para atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos. (Nota 7). **2.4 Aplicações financeiras restritas:** As aplicações financeiras restritas incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações restritas são as garantias das fianças dos financiamentos. (Nota 8). **2.5 Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação:** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Cia. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A mensuração inicial é a valor justo e não foi alterada com a adoção do CPC 48 / IFRS 9. Subsequentemente, os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Cia. tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados a valor justo pelo meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem. *a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos que não atendem os critérios de custo amortizado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em “Resultado financeiro”. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (Nota 5). *b. Ativos financeiros mensurados ao Custo amortizado:* Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxo de caixa representam o pagamento do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em “Resultado financeiro”. As perdas por *impairment*, quando ocorridas, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. (Nota 5). **2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5.4. *Impairment* de ativos financeiros:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” (Nota 27). Os derivativos oriundos de transações de financiamento são reconhecidos no resultado como atividade de financiamento do fluxo de caixa, assim como os derivativos oriundos dos negócios operacionais lançados nas atividades operacionais. **2.6 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” (Nota 27). Os derivativos oriundos de transações de financiamento são reconhecidos no resultado como atividade de financiamento do fluxo de caixa, assim como os derivativos oriundos dos negócios operacionais lançados nas atividades operacionais. **2.7 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de apoio marítimo e afretamento das embarcações no curso normal de suas atividades. A Cia., mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Cia. questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil ponderada estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos	5
Benfeitorias em bens flutuantes/edificações de terceiros	2

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 Fornecedores e outras contas a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.11 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e ambiental) e contratos onerosos são reconhecidas quando: (i) A Cia. tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **2.13 Mobilização de embarcações:** São custos incrementais incorridos pela Cia. para cumprir contratos, estes custos foram orçados e contemplados na formação do preço apresentado no processo licitatório com o cliente. Os custos incrementais do cumprimento de um contrato são custos incorridos para colocar as embarcações da Cia. em locais adequados (mobilização de embarcações) e em condições de operar de forma a cumprir as obrigações contratuais com os clientes. Esses custos foram orçados com os fornecedores e considerados no orçamento e foram incluídos na formação de preços apresentada em processo de licitação com o cliente e inclui mão de obra direta, transporte da tripulação para o local das embarcações e outros custos diretamente relacionados à operação da embarcação. A Cia. avaliou os custos nos seguintes termos: a. Que todos os custos se referem diretamente ao contrato e são especificamente identificados; b. Os custos incorridos pela Cia. que serão usados para satisfazer as obrigações de desempenho no contrato com o cliente; e c. Na determinação do valor do contrato com o cliente, a Cia. considerou todos esses custos e acredita que serão recuperados ao longo da vida útil do contrato. Os ativos do contrato são amortizados linearmente a partir do início da operação da embarcação ao longo do período do contrato. **2.14 Arrendamento:** A Cia. avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. É reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas atualizações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Cia.. Na contratação de cada arrendamento, a Cia. realiza estudos de viabilidade e aplica julgamentos e, para determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento não será rescindido. **2.15 I.R. e C.S. – correntes e diferidos:** As despesas de I.R. e C.S. do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de I.R. e a C.S. correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera o lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cia. nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O I.R. e a C.S. correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o I.R. e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O I.R. e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e/ou no limite do passivo diferido e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A Administração, entende que podem existir obrigações, relativas ao I.R. e de C.S. de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e

GRUPO CBO

CBO Serviços Marítimos S.A.

CNPJ: 08.795.463/0001-07

definitiva das declarações de I.R. e C.S. no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31/12/2023 não tem conhecimento de ações de vulto formalizadas, ou não, contra a Cia. que implicassem na constituição de provisão ou divulgação adicional para cobrir eventuais desembolsos futuros. **2.16 Benefícios à empregados:** ***a. Obrigações de aposentadoria:*** As contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária, não tendo qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. ***b. Participação nos lucros:*** A Cia. reconhece a despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas após certos ajustes. A Administração reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.17 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15 e da operação de afretamento de embarcações conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. **(a) Receita de afretamento e serviços marítimos:** A Cia. presta serviço de afretamento de embarcações, serviços marítimos especiais em alto mar, de transporte marítimo de materiais e equipamentos entre portos e instalações de extrações minerais situados em oceanos, mares e hidrovias. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo de diárias com eficiência medida em bases mensais. Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre 2 a 6 anos, renováveis pelo mesmo período caso as partes envolvidas não se posicionem de forma contrária.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15
Afretamento de embarcações	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição da disponibilidade diária das embarcações. A medição é validade pelo cliente e reconhecida no resultado. Os valores são recebidos entre 30 e 90 dias da data do faturamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do serviço realizado. O valor do afretamento de embarcações é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
Prestação de serviços de apoio marítimo	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição da disponibilidade diária das embarcações. A medição é validade pelo cliente e reconhecida no resultado. Os valores são recebidos entre 30 e 90 dias da data do faturamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do serviço realizado. O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.

(b) Logística integrada

Obrigações de desempenho descritas no contrato de Logística Integrada	*Forma de medição descrita no contrato*	*Natureza e a epóca do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas*	*Reconhecimento da receita conforme CPC 47/IFRS 15*
Serviço de apoio terrestre para Unidades Marítimas - Infraestrutura	Diária	Ao final de cada mês a medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado. Os valores são recebidos em 30 dias da data do faturamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do serviço realizado. O valor da prestação de serviço é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
Serviço de apoio terrestre para Unidades Marítimas de exploração e produção - Contentores	Diária		
Serviço de apoio terrestre para Unidades Marítimas - Movimentação de cargas	Tonelagem transportada		
Serviço de apoio marítimo para Unidade Marítima - Infraestrutura	Diária		
Serviço de apoio marítimo para Unidade Marítima - Cargas Gerais	Tonelagem transportada		
Serviço de apoio marítimo para Unidade Marítima - Granéis Líquidos	Tonelagem transportada		
Serviço de apoio marítimo para Unidade Marítima - Granéis Sólidos	Tonelagem transportada		
Serviço de apoio marítimo para Unidades Marítimas de exploração e produção - Prazo excedente de permanência de carga na retroárea do porto	Diária		
Serviço de apoio marítimo para Unidade Marítima - Embarcação dedicada	Diária		

(c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é incluída os ganhos (perdas) líquidas de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método de taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.18 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas DFs ao final do exercício, quando aplicável, com base no estatuto social, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração. **2.19 Novas normas, revisões e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes normas alteradas e interpretações efetivas para os exercícios iniciados após 1º/01/2023 não tiveram impacto significativo nas DFs da Cia.: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1 Julgamentos: a. Ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida (Nota 16):** Depreciação e amortização são registradas de forma a reconhecer no resultado do exercício a proporção de uso dos ativos avaliados, com exceção dos terrenos e dos imobilizados em andamento, considerando as suas vidas úteis estimadas, utilizando o método de cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base na experiência prévia e com o melhor conhecimento da Administração, e são revisadas anualmente. **b. Taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário (Nota 17):** A Cia. não tem condições de determinar a taxa de juros implícita no arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza, preferencialmente, informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. Conforme permitido no expediente prático, a taxa incremental da Cia. foi determinada com base em um agrupamento de contratos, uma vez que os contratos agrupados possuem características similares. A Cia. adotou o referido expediente prático por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **c. Prazo do Arrendamento (Nota 17):** Na contratação de cada arrendamento, a Cia. realiza estudos de viabilidade e aplica julgamentos e, para determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento não será rescindido. **d. I.R. e C.S. (Nota 28):** A Cia. está sujeito a impostos sobre o lucro em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo na determinação da provisão para impostos sobre o lucro. Existem muitas transações para as quais a determinação tributária final é incerta. A Cia. também reconhece passivos para questões fiscais em auditorias quando é provável que haja impostos adicionais a pagar. Quando o resultado tributário final dessas questões difere dos valores inicialmente registrados, tais diferenças impactarão os ativos e passivos tributários correntes e diferidos no período em que essa determinação for feita. A Cia. possui ativos de I.R. diferido e C.S. sobre prejuízos a compensar e diferenças temporárias. A realização dos ativos de imposto diferido é baseada em um estudo técnico e projeção de lucros tributáveis futuros. A Cia. utiliza premissas operacionais no cálculo das projeções acima, que incluem, entre outras coisas, estimativas de crescimento nas operações e margens de lucro esperadas. A Cia. possui I.R. e C.S. diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A realização dos ativos fiscais diferidos é baseada em estudo técnico e projeção de lucros tributáveis futuros. A Cia. utiliza pressupostos de negócio no cálculo das projeções acima, que incluem, entre outras, estimativas da tarifa diária da embarcação e da taxa de utilização anual da frota. **3.2 Pressupostos e Incertezas de Estimativas: a. Provisões para contingências (Nota 22):** No curso normal de suas operações, a Cia. está exposta ao risco de ser acionado judicialmente. As provisões para ações judiciais são estimadas pela Administração em conjunto com seus assessores legais. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar. Para ações judiciais de natureza trabalhista, a provisão é estimada com base na experiência histórica e com o melhor conhecimento que a Administração tem sobre fatos e circunstâncias relevantes relacionadas. **b. Perda de crédito esperada (Nota 10):** O reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamentos dos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. **c. Provisão para faturamento (Nota 24):** Quando da prestação do serviço e não recebimento do relatório de medição do cliente, a Cia. realiza provisão da receita de serviço já realizado, porém não faturado, com base no contrato entre as partes, dentro de sua competência. O relatório de medição recebido posteriormente reflete o valor das diárias contratadas. **4 Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Cia. a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Cia. concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, assim usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora. A tesouraria identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração da controladora avalia e aprova todas as operações que geram obrigações da Cia., incluindo os planos de proteção por meio de swap, acima do limite de materialidade estipulado em R$ 500. ***a. Risco de mercado:*** O risco de alterações nos preços de mercado–tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações–podem afetar os ganhos da Cia. ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Risco de preço:* A Cia. tem como política adotar com seus clientes contratos de longo prazo, de forma a mitigar o risco de preço devido às flutuações existentes no setor. Ademais, os investimentos no setor, no longo prazo, estão ligados ao preço do barril do petróleo e, no caso do Brasil que apresenta baixo custo de produção relativo quando comparado com outros mercados, o que torna o mercado mais estável em termos de demanda, continuidade e, consequentemente, preço. *Risco de juros:* A principal exposição da Cia. às taxas de juros está em seus contratos de empréstimos e financiamentos, que são majoritariamente de longo prazo. A Cia. tem por política manter os seus contratos com taxas pré-fixadas, que em 31 de dezembro 2023, representa um total de 36% (em 2022 – 87%). O restante corresponde a empréstimos com taxas variáveis, que representam 64% (Em 2022–13%). Para esta parcela, a Cia. utiliza para os indexados ao CDI mais taxa de juros instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros. Para os empréstimos atrelados à SOFR, a Cia. avalia através da análise de sensibilidade a relevância do impacto, o qual não acarretaram impactos relevante. A análise de sensibilidade de risco da taxa de juros SOFR para o cenário provável foi calculado considerando os dados obtidos da Bloomberg. Os valores referentes aos cenários possível e remoto foram estabelecidos com base em variações de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente, conforme apresentado a seguir:

	Cenário Provável (i)	Cenário Possível	Cenário Remoto
		25%	50%
SOFR(ii)	5,31%	6,64%	7,97%
	(107)	3.071	6.249

(i) O cenário provável foi calculado considerando-se a cotação da SOFR na data mais recente de 12/03/2024. (ii) SOFR – Secured Overnight Financing Rate. *Risco cambial dos ativos e passivos financeiros:* O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas diferentes da moeda funcional utilizada pela Cia.. A Administração considerou a projeção do Dólar Norte-americano para o ano de 2023 em R$4,93 (2022 -R$ 5,25), conforme edição do Relatório de Mercado Focus do Banco Central do Brasil de 23/02/2024 e (2022–10/03/2023), para testar a sensibilidade do balanço e do resultado às variações do Dólar. O teste consiste em um cenário de stress do câmbio citado anteriormente do Dólar frente ao Real em 25% (possível) e 50% (remoto). Os resultados são apresentados abaixo:

Posição em 31/12/2023

	Ativos financeiros em Dólar convertidos para R$	Passivos financeiros em Dólar convertidos para R$	Exposição líquida	R$ Provável	R$ Possível Δ 25%	R$ Remoto Δ 50%
				4,93	6,16	7,40
Cia.	329.296	(1.328.763)	(999.467)	(1.018.052)	(1.272.049)	(1.528.111)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido				(18.585)	(272.582)	(528.644)

Cotação em 31/12/2023: R$ 4,84

Posição em 31/12/2022

	Ativos financeiros em Dólar convertidos para R$	Passivos financeiros em Dólar convertidos para R$	Exposição líquida	R$ Provável	R$ Possível Δ 25%	R$ Remoto Δ 50%
				5,25	6,56	7,88
Cia.	446.621	(1.628.606)	(1.181.985)	(1.189.302)	(1.486.061)	(1.785.086)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido				(7.317)	(304.076)	(603.101)

Cotação em 31/12/2022: R$ 5,22

A Cia. possui os seguintes ativos e passivos, diferentes da moeda funcional (reais – R$), que podem exercer influência sobre o resultado da Cia., pela variação de câmbio (dólares norte-americanos–US$):

Em milhares de dólares	Exposto ao Câmbio 2023	Exposto ao Câmbio 2022
Ativo circulante		
Contas a receber de partes relacionadas	14.496	17.477
Instrumentos financeiros derivativos	8	–
Ativo não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas	52.306	68.120
Instrumentos financeiros derivativos	1.208	–
	68.018	**85.597**
Taxa de câmbio–Dólar	4,8413	5,2177
Em milhares de reais	**329.296**	**446.621**

Em milhares de dólares	Exposto ao Câmbio 2023	Exposto ao Câmbio 2022
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.103	375
Passivo de arrendamento com terceiros	–	719
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	45.754	47.540
Instrumentos financeiros derivativos	117	391
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	13.135	15.670
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	211.355	247.436
	274.464	**312.131**
Taxa de câmbio–Dólar	4,8413	5,2177
Em milhares de reais	**1.328.763**	**1.628.606**

b. Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixas contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (contas a receber), instrumentos derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras. Em relação ao risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes atuais, a Cia. utiliza o relatório do *aging list* para debate e análise simplificada das perdas de crédito esperadas para seus recebíveis. (Nota 10). A experiência da Cia. sobre o histórico de perdas de créditos é utilizada para estimar as perdas esperadas gerando uma taxa de inadimplência histórica. Apesar dos recebíveis da Cia. concentrarem-se substancialmente em um principal cliente, o risco de inadimplência é insignificante em função da natureza dos serviços prestados pela Cia., e por via de padrão histórico, o principal cliente honrar suas obrigações contratuais. A Cia. mantém os seus investimentos diretos em bancos e instituições financeiras de primeira linha com as seguintes classificações de crédito da Moody`s e Standard&Poors.

***Rating* de crédito**	2023	2022
brA-3	99	177
brA-1	32.710	49.688
	32.809	49.865

brA-3 – Extrema capacidade de pagamento de dívidas. brA-1 – Forte capacidade de pagamento da dívida, mas pouco suscetível a condições adversas da economia. ***c. Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Cia. investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos que são quitados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela a seguir são os montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados. Os resultados são apresentados abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e seis anos	Acima de seis anos	Total
Em 31/12/2023					
Empréstimos e financiamentos	58.964	294.735	252.817	533	607.049
Fornecedores e outras contas a pagar	41.561	–	–	–	41.561
Instrumentos financeiros derivativos	568	–	–	–	568
Contas a pagar para partes relacionadas	177.524	–	–	–	177.524
	278.617	294.735	252.817	533	826.702

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e seis anos	Acima de seis anos	Total
Em 31/12/2022					
Empréstimos e financiamentos	336.495	209.635	114.124	–	660.254
Fornecedores e outras contas a pagar	30.659	–	–	–	30.659
Instrumentos financeiros derivativos	2.039	–	–	–	2.039
Contas a pagar para partes relacionadas	116.949	–	–	–	116.949
	486.142	209.635	114.124	–	809.901

d. Análise de sensibilidade: A Administração identifica para cada tipo dos seus instrumentos financeiros derivativos a situação de variação nas taxas de câmbio que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido. Para cada situação identificada, a Administração define um cenário provável com base na informação disponível na data do balanço e considerando um cenário temporal de 3 meses. Adicionalmente, apresenta dois cenários alinhados com a avaliação de risco da Cia.: (i) um cenário identificado como "possível" com deterioração e valorização na cotação da variável de risco de 25% em relação ao cenário provável, e (ii) outro cenário identificado como "remoto" com deterioração e valorização na cotação da variável de 50% em relação ao cenário provável. O quadro a seguir apresentada, para cada situação, o efeito na variação do valor justo estimado em 31/12/2023, do instrumento financeiro derivativo, assim como o efeito o aumento ou na redução do valor justo estimado do correspondente ativo ou passivo. O efetivo na variação do valor justo e na variação do ativo ou passivo tem sido determinado de forma individual para cada instrumento financeiro derivativo, ativo ou passivo para cada situação e para cada cenário sem considerar efeitos combinados ou compensatórios de mudanças de mais de uma variável ou de uma mesma variável em outros instrumentos financeiros derivativos, ou seja, mantendo todas as demais variáveis constantes. Portanto, cada linha na tabela deverá ser considerada de forma individual sem considerar efeitos apresentados em outras linhas.

Descrição	Notional	Saldos em R$ 31.12.2023	Cenário Provável I: Taxa e preço futuro	Cenário Provável I: R$ ganho (perda)	25% Cenário II–Possível: Taxa e preço futuro	25% Cenário II–Possível: R$ ganho (perda)	50% Cenário III–Remoto: Taxa e preço futuro	50% Cenário III–Remoto: R$ ganho (perda)	-25% Cenário II–Possível: Taxa e preço futuro	-25% Cenário II–Possível: R$ ganho (perda)	-50% Cenário III–Remoto: Taxa e preço futuro	-50% Cenário III–Remoto: R$ ganho (perda)
Taxa												
Ativo												
SWAP	8.385	20	4,837	20	6,046	(24)	7,255	(48)	3,628	24	2,418	48
SWAP	16.000	5.846	5,110	5.846	6,388	(7.468)	7,665	(14.935)	3,833	7.468	2,555	14.935
SWAP	2.144	19	4,837	19	6,046	(23)	7,255	(46)	3,628	23	2,418	46
		5.885		5.885		(7.515)		(15.030)		7.515		15.030
Passivo												
SWAP	2.147	(415)	4,998	(415)	6,248	508	7,497	1.015	3,749	(508)	2,499	(1.015)
SWAP	2.326	(153)	4,893	(153)	6,116	195	7,339	390	3,670	(195)	2,446	(390)
		(568)		(568)		702		1.405		(702)		(1.405)
Efeito líquido no resultado		5.317		5.317		(6.812)		(13.625)		6.812		13.625

Descrição	Notional	Saldos em R$ 31.12.2022	Cenário Provável I: Taxa e preço futuro	Cenário Provável I: R$ ganho (perda)	25% Cenário II–Possível: Taxa e preço futuro	25% Cenário II–Possível: R$ ganho (perda)	50% Cenário III–Remoto: Taxa e preço futuro	50% Cenário III–Remoto: R$ ganho (perda)	-25% Cenário II–Possível: Taxa e preço futuro	-25% Cenário II–Possível: R$ ganho (perda)	-50% Cenário III–Remoto: Taxa e preço futuro	-50% Cenário III–Remoto: R$ ganho (perda)
Taxa												
Passivo circulante												
SWAP	1.580	(271)	5,351	(271)	6,689	363	8,026	725	4,013	(363)	2,675	(725)
SWAP	5.866	(113)	5,187	(113)	6,484	147	7,781	293	3,890	(147)	2,594	(293)
SWAP	2.268	(42)	5,187	(42)	6,484	54	7,781	109	3,890	(54)	2,594	(109)
SWAP	16.000	(1.403)	5,110	(1.403)	6,388	1.792	7,665	3.585	3,833	(1.792)	2,555	(3.585)
SWAP	2.255	(210)	5,309	(210)	6,636	279	7,964	557	3,982	(279)	2,655	(557)
Efeito líquido no resultado		(2.039)		(2.039)		2.635		5.269		(2.635)		(5.269)

4.2 Gestão de capital: Os objetivos da Cia., ao administrar seu capital são os de manter a capacidade de continuidade de seus negócios, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Administração mitiga os riscos de liquidar suas obrigações de empréstimos de longo prazo por meio do fluxo de caixa gerado pelas operações de apoio marítimo e logística integrada, que mantém periodização de realização semelhante aos vencimentos das parcelas dos contratos de empréstimos relacionados. Adicionalmente, a Administração monitora seus fluxos de caixa através de modelos específicos de acordo com a maturidade da projeção das entradas e saídas de caixa, realizando reuniões periódicas para avaliar a situação de liquidez da Cia. e revisão das projeções de entrada e saída de caixa. A Dívida Líquida constitui um dos indicadores-chave examinados pela administração para embasar decisões estratégicas, avaliar compromissos financeiros e revisar o planejamento. O cálculo é executado da seguinte maneira: Dívida Total (empréstimos e financiamentos–circulante e empréstimos e financiamentos – não circulante subtraído pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, juntamente com aplicações financeiras restritas. Essa informação é apresentada mensalmente ao conselho de administração.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (circulante)	57.250	335.580
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	448.337	287.617
Total da dívida	505.587	623.197
Caixa e equivalentes de caixa	(30.898)	(26.275)
Aplicações financeiras de curto prazo	(1.911)	–
Aplicações financeiras restritas	–	(23.590)
Dívida líquida	472.778	573.332

4.3 Mensuração dos valores justos: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Cia. usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: dados além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços); Nível 3: dados do ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A Cia. classifica seus ativos e passivos no Nível 2 no modelo de avaliação do valor justo apresentado. **5 Instrumentos financeiros por categoria:** A seguir, apresentamos os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia de valor justo. Isso não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

2023 Em milhares de Reais	Valor Contábil: Custo amortizado	Valor Contábil: Valor justo por meio do resultado	Total	Valor Justo: Nível 1	Valor Justo: Nível 2	Valor Justo: Nível 3
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	30.500	398	**30.898**	–	398	–
Aplicações financeiras de curto prazo	–	1.911	**1.911**	–	1.911	–
Contas a receber	223.404	–	**223.404**	–	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	323.411	–	**323.411**	–	–	–
Depósitos judiciais	546	–	**546**	–	–	–
Ativo indenizatório	5.773	–	**5.773**	–	–	–
Outros ativos	11.554	–	**11.554**	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	5.885	**5.885**	–	5.885	–
	595.188	**8.194**	**603.382**	**–**	**8.194**	**–**
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	41.561	–	**41.561**	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	177.524	–	**177.524**	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	505.587	–	**505.587**	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	568	**568**	–	568	–
	724.672	**568**	**725.240**	**–**	**568**	**–**

2022 Em milhares de Reais	Valor Contábil: Custo amortizado	Valor Contábil: Valor justo por meio do resultado	Total	Valor Justo: Nível 1	Valor Justo: Nível 2	Valor Justo: Nível 3
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	26.189	86	**26.275**	–	86	–
Contas a receber	171.762	–	**171.762**	–	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	446.342	–	**446.342**	–	–	–
Depósitos judiciais	504	–	**504**	–	–	–
Ativo indenizatório	5.333	–	**5.333**	–	–	–
Outros ativos	7.120	–	**7.120**	–	–	–
Aplicações financeiras restritas	–	23.590	**23.590**	–	23.590	–
	657.250	**23.676**	**680.926**	**–**	**23.676**	**–**
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	30.659	–	**30.659**	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	116.670	–	**116.670**	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	623.197	–	**623.197**	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	2.039	**2.039**	–	2.039	–
	770.526	**2.039**	**772.565**	**–**	**2.039**	**–**

O ativo indenizatório, conforme Nota 22, acompanha a curva de atualização das contingências reconhecidas e garantidas pelo contrato de Compra e Venda de Ações Ordinárias celebrado entre Grupo CBO e o Grupo Fischer para aquisição da CBO, CSM e Aliança. Os ativos e passivos financeiro mensurados ao custo amortizado apresentados acima possuem valores justos que razoavelmente se aproximam do valor contábil devido às suas características de liquidez, realização e reconhecimento, com exceção dos empréstimos e financiamento, cujo seu valor justo em 31/12/2023 corresponde a R$ 507.299 avaliado em nível 2 (R$ 576.661 em 31/12/2022).

6 Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e banco (i)	30.500	26.189
Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa (i)	398	86
	30.898	26.275

(i) Caixa e equivalentes de caixa são utilizados, substancialmente, para a liquidação de obrigações de curto prazo da Cia.. As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa tem sua característica de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. A tabela abaixo demonstra os rendimentos líquidos dessas aplicações financeiras que são classificadas como equivalentes de caixa:

	2023	2022
Rendimentos líquidos de aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa	1.879	870

GRUPO CBO

CBO Serviços Marítimos S.A.

CNPJ: 08.795.463/0001-07

7 Aplicações financeira de curto prazo

	2023	2022
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	1.911	-
	1.911	-

(i) As aplicações de curto prazo, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em caixa. Estas aplicações são mantidas em fundos cambiais com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Abaixo segue a remuneração do único investimento mantido em fundo cambial em 31/12/2023:

Bancos	Benchmark	Remuneração
Itaú - Cambial FIC FI	USD	Variação Cambial + 4,3%

Movimentação de Aplicações financeiras de curto prazo	
Saldo em 31/12/2021	37.012
Aplicações	69.000
Resgate	(106.574)
Atualização	562
Saldo em 31/12/2022	–
Aplicações	62.569
Resgate	(62.219)
Atualização	1.561
Saldo em 31/12/2023	1.911

8 Aplicações financeiras restritas

	2023	2022
Aplicações financeiras restritas (i)	–	23.590
	–	23.590

(i) A Cia. mantém aplicações restritas para garantia de cartas de fianças e empréstimos (Nota 18) em instituições bancárias terceiras. Abaixo segue a remuneração do único investimento mantido em aplicação restrita em 31/12/2022:

Bancos	Benchmark	Remuneração
BTG Pactual dólar FI Cambial	USD	Variação Cambial + 1,53%

Movimentação de Aplicações financeiras restrita	
Saldo em 31/12/2021	–
Aplicações	23.486
Atualização	104
Saldo em 31/12/2022	23.590
Aplicações	22.037
Resgate	(45.602)
Atualização	(25)
Saldo em 31/12/2023	–

Os resgates ocorridos no exercício referem-se à quitação dos respectivos empréstimos para os quais as aplicações financeiras restritas estavam dadas como garantia.

9 Instrumentos financeiros derivativos

		Moeda		Taxa				2023	2022
								Saldos a pagar com operações não liquidadas	Saldos a pagar com operações não liquidadas
Item protegido	Vencimento	original	indexador	original	indexador	Notional em US$ mil	Taxa média contratada	Valor justo	Valor justo
SWAP	fev/23	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	1.580	5,351	–	(271)
SWAP	jan/23	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	5.866	5,187	–	(113)
SWAP	mar/23	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	2.268	5,187	–	(42)
SWAP	fev/23	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	16.000	5,110	–	(1.403)
SWAP	jan/23	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	2.255	5,309	–	(210)
SWAP	jan/24	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	8.385	4,837	20	–
SWAP	jan/24	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	2.147	4,998	(415)	–
SWAP	fev/24	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	2.326	4,893	(153)	–
SWAP	ago/26	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	16.000	5,110	5.846	–
SWAP	mar/24	R$	US$	CDI+taxa	VC+taxa	2.144	4,837	19	–
						Ativo circulante		39	–
						Ativo não circulante		5.846	–
						Passivo circulante		(568)	(2.039)

	2023	2022
Resultado na realização dos instrumentos financeiros (contas a receber e empréstimos e financiamentos)	1.697	(15.589)
Ajuste do valor justo de instrumentos em aberto	(7.355)	(1.147)
Resultado de operações com derivativos	(5.658)	(16.736)

Os derivativos são usados para fins econômicos de proteção cambial para garantia das contas a receber em dólar, do período entre o faturamento e o recebimento (entre 30 e 90 dias, em média), e não como investimentos especulativos. Além disso, durante o exercício, a Cia. manteve derivativos de proteção cambial relacionados a financiamentos em Reais. Os impactos totais no resultado dos instrumentos financeiros derivativos em aberto e liquidados estão apresentados na Nota 27.

10 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber–segmento apoio marítimo	215.745	160.642
Contas a receber–segmento logística integrada	7.659	11.120
	223.404	171.762
Ativo circulante	196.511	156.463
Ativo não circulante	26.893	15.299
	223.404	171.762

A Cia. avaliou que o rating da Petrobras, 3R Petroleum e TotalEnergies representam 71%, 11% e 10% respectivamente do total de recebíveis, todos com classificação de crédito brA-1 (De acordo com a Standard & Poors), consistente com períodos anteriores. Como resultado, não houve alteração nas provisões para perdas de crédito esperadas. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir:

Aging contas a receber	2023	2022
A vencer circulante	193.092	156.463
A vencer não circulante	19.459	15.299
	212.551	171.762
Vencidos:		
Entre 1 e 3 meses	10.828	–
Acima de 6 meses	25	–
	10.853	–
Ativo circulante	203.945	156.463
Ativo não circulante	19.459	15.299

A Cia. mantém suas contas a receber como garantia dos empréstimos (Nota 18)

11 Despesas antecipadas

	2023	2022
Seguros pagos antecipadamente	9.289	5.615
Outros	9	37
	9.298	5.652

12 Tributos sobre o lucro e outros tributos a recuperar:

a. Outros tributos a recuperar	2023	2022
C.S. sobre o Lucro Líquido–CSLL	8.000	6.188
Impostos de Renda Retido na Fonte–IRRF	40.351	36.496
Instituto Nacional do Seguro Social–INSS	7.112	5.329
Programa de Integração Social–PIS	656	1.624
Contribuição para Financiamento da Seguridade social–COFINS	3.023	1.598
	59.142	51.234
Ativo circulante	49.229	42.647
Ativo não circulante	9.913	8.587

b. Tributos sobre o lucro	2023	2022
Impostos de Renda Pessoa Juridica ("IRPJ")	303	3.603
C.S. sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	111	1.329
	414	4.932
Ativo circulante	384	4.574
Ativo não circulante	30	358

13 Outros ativos

	2023	2022
Adiantamentos à fornecedores diversos	1.553	755
Sinistros reclamados	8.661	5.780
Previdência privada	260	281
Valores a restituir	1.080	304
	11.554	7.120

14 Transações com partes relacionadas: Despesa no exercício com remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2023	2022
Remuneração do pessoal-chave	8.092	7.371

A Cia. não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de curto ou longo prazo para pessoal-chave da Administração, exceto pelo plano de pensão (contribuição definida, conforme mencionado na Nota 29).

Saldo	2023	2022
Outras partes relacionadas		
Adiantamento de afretamento		
CBO Endeavour AS	–	1.941
NW1 AS	–	1.520
NW2 AS	–	1.617
NW4 AS	–	1.461
NW6 AS	–	1.859
	–	8.398
Outras partes relacionadas		
Empréstimos cedidos a empresas do mesmo grupo		
CBO Endeavour AS	103.115	118.248
NW1 AS	37.453	56.266
NW2 AS	40.586	61.512
NW3 AS	–	36.735
NW4 AS	20.658	–
NW6 AS	51.794	76.554
NW7 AS	69.805	88.630
	323.411	437.944
Ativo circulante	70.182	90.911
Ativo não Circulante	253.229	355.431
Total ativo	323.411	446.342
Passivo		
Controladora		
Notas promissórias a receber (*)		
Cia. Brasileira de Offshore S.A.	158.926	113.734
Outras partes relacionadas		
Notas promissórias a receber (*)		
Aliança Indústria Naval e Empresa de Navegação S.A.	18.562	2.835
Finarge Apoio Marítmo Ltda	36	101
Passivo circulante	177.524	116.670
Total Passivo	177.524	116.670

(*) As notas promissórias possuem prazo de 180 dias e correção pela taxa Selic. No exercício findo em 31/12/2023, a Cia., recebeu por meio de transações com partes relacionadas de empréstimos cedidos o montante de R$ 900.501 (31/12/2022 – R$ 1.154.960) e concedeu empréstimos no montante de R$ 824.252 (31/12/2022 – R$ 1.200.830). No mesmo exercício, a Cia. recebeu das partes relacionadas o montante de R$ 1.350.723 (31/12/2022 – R$ 1.306.242), além de pagar/emitir notas promissórias no montante de R$ 1.293.353 (31/12/2022 – R$ 1.176.373).

Arrendamento a pagar com partes relacionadas

	Companhia Brasileira de Offshore S.A.	NW1 AS	NW2 AS	NW4 AS	NW6 AS	CBO Endeavour AS	2023
Saldos Líquidos do início do exercício	468.817	154.225	162.053	146.398	231.770	127.786	1.291.049
Adições por novos contratos	76.297	-	-	-	-	-	76.297
Pagamentos	(210.676)	(17.095)	(18.187)	(16.430)	(20.915)	(20.959)	(304.262)
Variação Cambial	(63.924)	(4.838)	(5.096)	(4.597)	(7.579)	(4.085)	(90.119)
Juros Apropriados	18.062	6.074	6.377	5.761	9.110	4.884	50.268
Saldos líquidos do final do exercício	288.576	138.366	145.147	131.132	212.386	107.626	1.023.233
Passivo Circulante							221.507
Passivo Não Circulante							801.726

	Companhia Brasileira de Offshore S.A.	NW1 AS	NW2 AS	NW4 AS	NW6 AS	CBO Endeavour AS	2022
Saldos Líquidos do início do exercício	484.975	98.557	100.870	92.513	-	100.723	877.637
Adições por novos contratos	195.078	74.110	75.954	69.253	218.434	52.701	685.530
Pagamentos	(194.247)	(17.628)	(18.753)	(16.941)	(14.615)	(20.511)	(282.695)
Variação Cambial	(39.626)	(8.380)	(4.571)	(6.131)	21.258	(11.217)	(48.668)
Juros Apropriados	22.638	7.565	8.553	7.705	6.692	6.091	59.245
Saldos líquidos do final do exercício	468.817	154.225	162.053	146.398	231.770	127.786	1.291.049
Passivo Circulante							248.049
Passivo Não Circulante							1.043.000

Transações no resultado do exercício	2023	2022
Notas promissórias a receber		
Receitas financeiras	31	5.294
Despesas financeiras	(13.018)	(2.934)
Variação cambial	402	(623)
Empréstimos cedidos a outras partes relacionadas		
Receitas financeiras	23.218	20.413
Variação cambial	(29.286)	(25.028)
Arrendamento com Partes relacionadas		
Despesas financeiras	(50.268)	(59.245)
Variação cambial	90.119	48.668
	21.197	(13.454)

15 Ativo de contrato–Mobilização de embarcações

	2023	2022
Saldos líquidos no início do exercício	84.320	52.408
Adições do Exercício (i)	10.177	72.343
Amortizações (ii)	(42.960)	(40.431)
Saldos líquidos no final do exercício	51.537	84.320
Ativo circulante	32.452	36.499
Ativo não circulante	19.085	47.821

(i) Os valores envolvidos são Custos incrementais para cumprir o contrato, que são os custos incorridos para colocar as embarcações da Cia. em local adequado e condições para operar de forma a cumprir as obrigações contratuais com os clientes, estes custos foram orçados com os fornecedores e considerados no orçamento e foi incluído na formação do preço apresentado no processo de licitação com o cliente, são compostos por: mão de obra direta, transporte da tripulação para o local das embarcações e outros custos diretamente relacionados à operação da embarcação. (ii) O custo para cumprir o contrato é amortizado linearmente ao longo da vida do contrato com o cliente, tendo como fato gerador o início da operação.

16 Imobilizado

	Equipamentos	Imobilizações em andamento [(i)]	Outros	Benfeitorias em bens flutuantes/edificações de terceiros (i)	Total
Em 31/12/2021	213	18.923	–	607	19.743
Aquisições	45	32.399	3	1.896	34.343
Transferências (i)	–	(50.090)	–	50.090	–
Depreciação	(78)	–	–	(9.393)	(9.470)
Em 31/12/2022	180	1.232	3	43.201	44.616
Custo	292	1.232	3	52.659	54.186
Depreciação acumulada	(112)	–	–	(9.458)	(9.570)
Saldo contábil, líquido	180	1.232	3	43.201	44.616
Aquisições	–	79.523	–	3.585	83.108
Transferências (i)	15	(80.311)	(3)	80.299	–
Depreciação	(83)	–	–	(32.057)	(32.140)
Em 31/12/2023	112	444	–	95.029	95.584
Custo	307	444	–	136.543	137.294
Depreciação acumulada	(195)	–	–	(41.515)	(41.710)
Saldo contábil, líquido	112	444	–	95.029	95.584
Taxa média ponderada de depreciação anual	20%		56%	67%	

(i) Refere-se substancialmente a adequação contratual nas embarcações de terceiros para operação. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil dos contratos.

17 Arrendamentos

	2023	2022
Saldos Líquidos do início do exercício	1.229.434	804.715
Adições	78.765	685.530
Remensuração	–	(6.179)
Depreciação	(268.154)	(254.632)
Saldos líquidos do final do exercício	1.040.045	1.229.434

Arrendamento a pagar com terceiros	2023	2022
Saldos Líquidos do início do exercício	3.752	28.793
Adições por novos contratos	2.467	–
Pagamentos	(6.257)	(23.325)
Variação Cambial	(254)	(2.032)
Juros Apropriados	292	316
Saldos líquidos do final do exercício	–	3.752

Os valores de arrendamentos a pagar com partes relacionadas estão apresentados na Nota 14.

18 Empréstimos e financiamentos: Movimentação de empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Garantia	Moeda	Encargos financeiros	Vigência Início	Vigência Vencimento	2022	Captação	Amortização principal	Amortização juros	Encargos financeiros	Variação cambial	2023	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES						**–**	**73.742**	**–**	**–**	**250**	**(781)**	**73.211**	**24.128**	**49.083**
Docagens e Modernizações	(i)	USD	3,18% a 3,68% a.a. em USD	24/11/23	17/02/31	–	73.742	–	–	250	(781)	73.211	24.128	49.083
Santander						**268.584**	**330.049**	**(340.597)**	**(17.304)**	**17.436**	**(18.774)**	**239.394**	**1.034**	**238.360**
Aquisição embarcações	(iii)	USD	4,85% a.a. em USD	22/07/21	22/07/25	107.939	–	(104.207)	(2.185)	2.079	(3.626)	–	–	–
Aquisição embarcações	(iii)	USD	4,35% a.a. em USD	16/08/21	14/03/23	15.676	–	(15.618)	(103)	80	(35)	–	–	–
Aquisição embarcações	(vi)	USD	4,75% a.a. em USD	03/12/21	03/12/24	81.816	–	(79.336)	(1.599)	1.369	(2.250)	–	–	–
Capital de giro	(ii)	USD	9,45% a.a. em USD	21/11/22	21/11/23	63.153	–	(59.034)	(3.802)	3.261	(3.578)	–	–	–
Capital de giro	(ii)	USD	10,5% a.a. em USD	13/03/23	13/03/26	–	87.837	(82.402)	(3.645)	3.645	(5.435)	–	–	–
Aquisição embarcações	(vi)	USD	SOFR [(c)] + 5,60% a.a. em USD	15/09/23	15/09/28	–	59.034	–	(1.455)	1.706	(938)	58.347	252	58.096
Aquisição embarcações	(vi)	USD	SOFR + 5,60% a.a. em USD	15/09/23	15/09/28	–	38.462	–	(948)	1.112	(611)	38.015	165	37.849
Capital de giro	(vi)	USD	SOFR + 5,60% a.a. em USD	15/09/23	15/09/28	–	82.402	–	(2.031)	2.382	(1.310)	81.443	351	81.092
Capital de giro	(vi)	USD	SOFR + 5,60% a.a. em USD	15/09/23	15/09/28	–	62.314	–	(1.536)	1.802	(991)	61.589	266	61.323
Banco ABC						**47.451**	**–**	**(44.106)**	**(3.313)**	**2.821**	**(2.853)**	**–**	**–**	**–**
Capital de giro	(iii)	USD	9,7% a.a. em USD	10/11/22	10/11/23	47.451	–	(44.106)	(3.313)	2.821	(2.853)	–	–	–
Votorantim						**117.551**	**–**	**(19.539)**	**(13.746)**	**13.453**	**(1.707)**	**96.012**	**32.422**	**63.591**
Aquisição embarcações	(iii)	USD	4,5% a.a. em USD	06/08/21	06/08/24	33.836	–	(19.539)	(531)	499	(1.707)	12.558	12.558	–
Aquisição embarcações (a)	(iv)	BRL	CDI +3,35% em BRL	09/08/22	10/08/26	83.715	–	–	(13.215)	12.954	–	83.454	19.864	63.591
BTG Pactual						**190.526**	**–**	**(179.196)**	**(10.148)**	**7.734**	**(8.916)**	**–**	**–**	**–**
Debêntures–Capital de giro	(i)	USD	5,75% a.a. em USD	27/09/21	27/09/24	48.502	–	(45.703)	(2.327)	1.766	(2.238)	–	–	–
Debêntures–Aquisição embarcações	(i)	USD	5,75% a.a. em USD	27/09/21	27/09/24	34.928	–	(32.916)	(1.675)	1.272	(1.609)	–	–	–
Debêntures–Aquisição embarcações	(i)	USD	6,55% a.a. em USD	26/04/22	27/04/25	92.775	–	(87.128)	(5.324)	4.068	(4.391)	–	–	–
Debêntures–Capital de giro	(i)	USD	6,55% a.a. em USD	26/04/22	27/04/25	14.321	–	(13.449)	(822)	628	(678)	–	–	–
Deutsche Bank						**–**	**98.336**	**–**	**–**	**1.384**	**(1.036)**	**98.684**	**1.380**	**97.304**
Debêntures–Capital de giro	(i)	USD	10,49% a.a. em USD	09/11/23	27/11/28	–	98.336	–	–	1.384	(1.036)	98.684	1.380	97.304
TOTAL						**624.112**	**502.126**	**(583.438)**	**(44.511)**	**43.078**	**(34.067)**	**507.301**	**58.964**	**448.337**
Custos de transação de empréstimos e financiamentos (b)						(915)						(1.714)		
Passivo circulante						335.580						57.250		
Passivo não circulante						287.617						448.337		

(a) Os montantes referentes ao contrato possuem SWAP contratado para garantir a liquidação em USD. (b) Custos de transação estão sendo apresentados líquidos dos empréstimos e financiamentos para fins de divulgação. (c) SOFR – *Secured Overnight Financing Rate* . USD – Dólares Norte-americanos BRL–Reais **Emissão de debêntures:** Em 9/11/2023, a Cia., por meio de sua controlada indireta CBO Serviços Marítimos S.A., realizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para serem convertidas em espécie real com garantia real, com fiança adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos. Foram emitidas 97.710 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1,00, totalizando R$ 97.710 na data de emissão. Juros remuneratórios fixos à taxa de 9,84% ao ano, com base no ano de 360 dias ("Remuneração"), incidirão sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a partir da Data da 1ª Integração das Debêntures ou da Data de Integralização da Remuneração imediatamente anterior. **Garantias:** As garantias envolvidas nos empréstimos e financiamentos da Cia. são como se seguem: (i) Alienação Fiduciária Das Embarcações, Cessão De Recebíveis, Aplicações Restritas, Garantia Corporativa; (ii) Standby Letter Of Credit; (iii) Cessão de Recebíveis, Garantia Corporativa e Standby Letter Of Credit; (iv) Cessão de Recebíveis; (v) Garantia Corporativa; (vi) Alienação Fiduciária da Embarcação, Cessão de Recebíveis, Garantia Corporativa e Standby Letter Of Credit.

Exposição dos empréstimos:	2023	2022
Até doze meses	58.964	336.495
De doze meses até vinte e quatro meses	222.976	186.045
De vinte e quatro meses até setenta e dois meses	224.839	101.572
Acima de setenta e dois meses	522	–
	507.301	624.112

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	36.132	26.846
Outras contas a pagar	5.384	3.759
Seguros a pagar	45	53
	41.561	30.659

20 Salários e encargos sociais

	2023	2022
14º salário [2]	6.935	6.561
FGTS/INSS [1]	20.694	16.933
Férias	12.413	10.377
Dissídio salarial [3]	5.099	199
Provisão para bônus	3.817	4.211
Outros	492	74
	49.450	38.355

1- FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço / INSS: Instituto Nacional do Seguro Social–Encargos sociais de acordo com a legislação brasileira. 2- Obrigação de trabalho de acordo com o acordo coletivo assinado pelas categorias marítimas. 3- A variação desta rubrica refere-se à provisão de atualização pelo dissídio base da remuneração dos funcionários marítimos e administrativos, que ocorre a partir de fevereiro/2023 e maio de 2023, respectivamente. O pagamento destes montantes será realizado quando ocorrer a assinatura do acordo coletivo das respectivas categorias.

21 Impostos e contribuições a pagar

	2023	2022
Programa de Integração Social–PIS	86	1.302
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social–COFINS	401	–
I.R. Retido na Fonte–IRRF	6.632	5.714
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza–ISSQN	3.314	2.799
Contribuições Sociais Retidas na Fonte–CSRF	144	4.655
	10.577	14.470

22 Ativo indenizatório, depósitos judiciais e provisões para contingências: Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Cia. apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais 2023	Depósitos judiciais 2022	Provisão para contingências 2023	Provisão para contingências 2022
Natureza dos processos				
Trabalhistas	546	504	12.375	11.091
	546	504	12.375	11.091

A movimentação das provisões para contingências é como se segue:

	Trabalhistas
Saldo em 31/12/2021	9.464
Provisões	1.816
Pagamentos	(189)
Saldo em 31/12/2022	11.091
Provisões	1.416
Pagamentos	(132)
Saldo em 31/12/2023	12.375

Em 31/12/2023 o montante provisionado de reclamações trabalhistas é composto por 6 ações que totalizam R$ 12.375 (Em 31/12/2022 – R$ 11.091), principalmente devido a: Indenização por descumprimento de acordo coletivo, reconhecimento de acidente de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras e férias. **Perdas possíveis:** Em 31/12/2023, a Cia. tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 75.979 (em 31/12/2022 – R$ 70.200) e são compostos por R$ 61.684 referentes a ações tributárias (em 31/12/2022 – R$ 52.785), R$ 14.295 de ações trabalhistas (em 31/12/2022 – R$ 17.415) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), nenhuma provisão é requerida para fazer face a esses processos. **22.1 Ativo indenizatório:** No contrato de Compra e Venda de Ações Ordinárias celebrado entre Grupo CBO e o Grupo Fischer para aquisição da CBO, CSM e Aliança, foram listadas todas as ações judiciais e administrativas em andamento das referidas empresas, tendo o Grupo Fischer assumido a obrigação de indenizar e manter seus administradores e empregados indenes e isentos por toda e qualquer perda efetiva e comprovadamente incorrida e sofrida por ações listadas, sem limitação de valores. O contrato estabelece ainda uma indenização à Cia. caso seja verificada qualquer contingência ou passivo, de qualquer natureza, referentes a atos, fatos ou omissões ocorridas até 23/12/2013, e não revelados na data da aquisição até o limite de R$ 50.000 corrigido pelo CDI acumulado. Em 23/12/2019, foi realizado termo de acordo entre as partes no qual foi validado o valor de passivo oculto de R$ 6.773, que foi deduzido do saldo limite, restando o saldo de R$ 82.215 (o limite acima mencionado de R$ 50.000 atualizado de 23/12/2013 a 23/12/2019 com base no CDI acumulado menos valor de R$ 6.773 pago pelo Grupo Fischer nesta data) que continuará sendo corrigido pelo CDI até que termine todos os processos pendentes ou que o saldo do limite seja consumido. Em 31/12/2023, o limite de R$ 82.215 foi ajustado baseado na taxa de CDI acumulada para R$ 112.193 (31/12/2022–R$ 99.252). O valor apresentado na rubrica "Ativo indenizatório" refere-se ao valor que será ressarcido ao Grupo CBO caso as perdas provisionadas sejam materializadas e pagas. Em 31/12/2023, o montante de ativo indenizatório é de R$ 5.773 (Em 31/12/2022 – R$ 5.333). **23 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O Capital Social em 31/12/2023 e em 31/12/2022 é de R$184.870, dividido em 184.870.067 ações de valor nominal de R$ 1,00.

ACIONISTAS (em 31.12.2023 e 31.12.2022)	Quantidade de ações	Valor das ações em milhares de R$	Percentual de participação
Cia. Brasileira de Offshore	184.869.684	184.870	99,9998%
Aliança S/A–Indústria Naval e Empresa de Navegação	383	–	0,0002%
Total	**184.870.067**	**184.870**	**100,0000%**

b. Destinação dos lucros: (i) Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. (ii) Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o art. 202 da lei da Lei Federal nº 6.404/1976, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único, inciso (ii) do Estatuto Social da Cia.. (iii) O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **c. Lucro básico e diluído por ação:** O cálculo do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	46.270	15.825
Média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro liquido básico e diluído por ação–lotes de mil	184.870	176.224
	0,2503	0,0898

24 Receita líquida de serviços prestados

	2023	2022
Receita de serviços prestados		
Segmento de apoio marítimo		
Afretamento	599.710	454.622

CBO Serviços Marítimos S.A.

CNPJ: 08.795.463/0001-07

Prestação de serviços	349.424	303.730
Segmento de logística integrada		
Logística integrada	95.274	127.297
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas (i)		
Segmento de apoio marítimo		
Afretamento	(55.467)	(42.053)
Prestação de serviços	(34.099)	(29.888)
Comissões sobre contrato de embarcações	(4.395)	–
Segmento de logística integrada		
Logística integrada	(10.542)	(14.113)
Receita líquida de serviços prestados	939.905	799.595

(i) Os tributos que incidem sobre o faturamento são PIS, COFINS e ISS. A receita de serviços prestados da Cia. é substancialmente com um único cliente (Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras), com participação de 85% em dezembro de 2023 (85% em 31/12/2022).

25 Custos e Despesas por natureza	2023	2022
Salários e encargos	(242.182)	(194.133)
Depreciação e amortização	(303.590)	(264.771)
Realização do custo de mobilização (i)	(42.909)	(40.168)
Gratificações	(50.930)	(41.217)
Benefícios	(33.781)	(25.510)
Serviços contratados	(53.874)	(47.445)
Insumos para prestação de serviços	(65.336)	(77.887)
Manutenção e reparo de embarcações	(61.711)	(42.794)
Operações com seguros	(19.028)	(10.502)
Rancho	(13.568)	(10.993)
Viagens e estadias	(8.499)	(5.808)
Aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos	(3.435)	(1.553)
Despesa Crédito de Carbono (iii)	(838)	–
Outros	(20.734)	(21.050)
Crédito de Pis/Cofins (ii)	27.166	30.953
	(893.250)	(752.876)
Despesas gerais e administrativas	(65.748)	(30.252)
Custos dos serviços prestados	(827.502)	(722.624)

(i) Refere-se à amortização linear dos custos de mobilização a partir do início da operação da embarcação ao longo do período do contratual. (ii) São Substancialmente créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados, autorizados pelo inciso VI do parágrafo 14° do art. 3° das Leis Federais n° 10.637/2002, e 10.833/2003. (iii) A implementação de projetos de eficiência ambiental e nosso compromisso público de compensar anualmente as emissões atmosféricas geradas pela queima de combustível em embarcações sob contratos assinados a partir de 09/2021 por meio da compra de créditos de carbono. Fizemos uma revisão do processo e identificamos que o departamento de meio ambiente monitora as emissões totais de CO2 de cada embarcação mensalmente, e ao final do período (anualmente), as emissões do ano são somadas, e cotações são obtidas para a compra de créditos de carbono (1 crédito de carbono compensa 1 tonelada de emissões de CO2).

26 Outras receitas operacionais, líquidas	2023	2022
Receita de aluguel	14.698	1.280
Recuperação de seguros	6.707	6.215
Provisão para contingências	(1.139)	(1.290)
Outros	(10)	(71)
	20.256	6.134

27 Resultado Financeiro	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros com partes relacionadas	23.249	25.707
Rendimentos de aplicações financeiras	5.048	3.144
Atualização monetária	2.585	2.184
Resultado com instrumentos derivativos	5.658	16.736
	36.540	47.771
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(47.341)	(34.718)
Comissões e corretagens	(7.347)	(6.004)
Juros de arrendamento	(291)	(316)
Juros com partes relacionadas–Arrendamento	(50.267)	(59.245)
Juros com partes relacionadas–Notas promissórias	(13.018)	(2.934)
Resultado com aplicações financeiras	(1.633)	(1.607)
Encargos sobre operações financeiras	(3.443)	(5.173)
	(123.341)	(109.997)
Variações cambiais, líquidas		
Variação cambial ativa	240.219	111.954
Variação cambial passiva	(145.264)	(73.041)
	94.955	38.912
Resultado financeiro	8.154	(23.314)

28 I.R. e C.S. 28.1 Reconciliação do I.R. e C.S.	2023	2022
Lucro antes do I.R. e C.S.	75.065	29.539
I.R. e C.S. nas alíquotas nominais (34%)	(25.522)	(10.043)
Despesas não dedutíveis	(4.268)	(7.229)
Ajustes IFRS 16–Arrendamento Mercantil	(2.786)	(2.779)
Outros	3.781	6.337
Alíquota efetiva	38%	46%
Despesa com I.R. e C.S.	(28.795)	(13.714)
Correntes	(5.786)	(4.836)
Diferidos	(23.009)	(8.878)

28.2: I.R. e C.S. diferidos: O I.R. e a C.S. diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do I.R., a base negativa de C.S. e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das DFs. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o I.R. e de 9% para a C.S.. O I.R. e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e/ou no limite do passivo diferido e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os valores dos tributos diferidos são os seguintes:

Composição dos tributos diferidos ativos	2023	2022
Créditos tributários sobre:		
Prejuízos fiscais	31.128	33.531
Base negativa de C.S.	10.839	11.704
Diferenças temporárias:		
Variação cambial	–	6.951
Provisões	8.323	4.230
Derivativos não realizados	–	693
	50.290	57.109

Composição dos tributos diferidos passivos	2023	2022
Diferenças temporárias:		
Variação cambial	14.382	–
Derivativos não realizados	1.808	–
	16.190	–
Ativo diferido, líquido	34.100	57.109

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável futuro. **29 Plano de suplementação de aposentadoria–contribuição definida:** A Cia. contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, administrado por entidade independente, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social. As contribuições da patrocinadora apresentam-se como segue: **· Contribuição mensal–**Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. A contribuição dos participantes limita-se a 7,5% escalonado dos seus salários de participação, e a contribuição da Cia. pode atingir até 150% da contribuição dos participantes de acordo com o tempo de serviços de cada participante; **· Contribuição suplementar–**É realizada mensalmente pelo participante, em valor predefinido, o qual poderá sofrer alteração no mês de janeiro de cada ano, esse tipo de contribuição não recebe contribuição por parte da Cia.; e **· Contribuição esporádica–**Pode ser realizada em qualquer tempo, em valor livre e sem periodicidade definida, esse tipo de contribuição não recebe contribuição por parte da Cia.. A Cia. contratou junto à entidade independente um benefício de risco denominado "pecúlio por morte", cujas contribuições são efetuadas mensalmente pela Cia., e em caso de morte os beneficiários receberão os valores das contribuições efetuadas. Durante o exercício findo em 31/12/2023, o valor total das contribuições da Cia. para os planos mencionados acima foi despesa de R$ 1.838 (Em 31/12/2022–R$ 1.562).

Diretoria executiva
Marcos Roberto Tinti - Presidente
Rodrigo Ribeiro dos Santos - Diretor administrativo financeiro
Marcelo Jorge Martins - Diretor técnico comercial
Darcy de Paula - Diretor de recursos humanos
César Augusto Moraes Almeida - Diretor de operações
Ricardo de Paula Luqui - Contador
CRC/SP-235.513/o-9-S-RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Conselheiros e Diretores da CBO Serviços Marítimos S.A. RJ – RJ **Opinião:** Examinamos as DFs da CBO Serviços Marítimos S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CBO Serviços Marítimos S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da recuperabilidade do I.R. e da C.S. diferidos ativos:** Veja a notas explicativas nº 2.15 e 28.2 das DFs. **Principais assuntos de auditoria:** A Cia. possui em seu ativo I.R. e C.S. diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A realização dos tributos diferidos é fundamentada em estudo técnico e na projeção de lucros tributáveis futuros. A Cia. utiliza-se de premissas de negócios nos cálculos das projeções acima, que incluem, entre outras, estimativas a tarifa diária da embarcação e o percentual anual de utilização. Devido ao alto grau de julgamento envolvido para determinar tais projeções e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas DFs, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:–testes de desenho e implementação dos controles internos associados ao processo de apuração dos tributos diferidos e de determinação de seus valores recuperáveis;–envolvimento dos nossos especialistas de impostos, para suporte técnico na avaliação da aderência às leis tributárias brasileiras, das despesas dedutíveis ou receitas tributáveis que compõem o saldo de diferenças temporárias da Cia., bem como na reconciliação com os livros fiscais para confirmação do prejuízo fiscal;–recálculo das projeções dos lucros tributáveis futuros comparando-as, quando disponíveis, com os contratos em vigor e com dados de fontes externas, tais como tarifa diária da embarcação e percentual anual de utilização da frota.–avaliação da metodologia de cálculo e a análise de sensibilidade das premissas de tarifa diária da embarcação e percentual anual de utilização da frota.–confronto do valor recuperável do ativo fiscal diferido considerado nos testes com os valores registrados nas DFs. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos o saldo do I.R. e C.S. diferidos ativos aceitável no contexto das DFs tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31/12/2023. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31/12/2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, 2º os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório dos auditores:** A Administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 21/03/2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

O presidente da Federação dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - FEPRO-RJ, CNPJ 51.640.507/0001-40 com sede na rua Pedro Américo nº 293, Catete RJ CEP 22111-200, e-mail feprorj@gmail.com, Sr. Alexandre Marques Rueger, CPF 887.219.227-72, nos termos do Estatuto desta entidade, convoca todos os sindicatos filiados, em dia com suas obrigações estatutárias, para a Assembleia Geral Extraordinária nos termos dos Artigos 42º,44º,45º alínea b e Artigo 78º do estatuto desta entidade, para ordem do dia que segue:1) Alteração do Artigo 1º do Estatuto Social, com objetivo de cumprir exigência junto a Secretaria de Relações do Trabalho CGRS, referente ao processo nº 19964.117610/2023-86, conforme análise técnica 992 (SEI 1287962) portaria MTE 3472/2023. 2) Assuntos Gerais. A se realizar no dia **30 de maio de 2024** sito a rua Mariano Sendra dos Santos,88 sala 315, centro – Duque de Caxias RJ e no formato hibrido pela plataforma Teans, as 10:00 em primeira convocação e as 10:30 em segunda convocação com maioria simples.

Alexandre Marques Rueger
PRESIDENTE FEPRO RJ

DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF Nº 30.280.465/0001-04 - NIRE Nº 3330027074-4

Ata da Assembleia Geral Ordinária (Ata por Sumário dos Fatos - Art. 130, § 1º, da Lei 6.404/76). **1. Local, Data e Hora:** 15.05.2024, na sede social, na Praia do Flamengo nº 154/3º andar-parte, Rio de Janeiro. RJ, às 11:00hs. **2. Convocação:** Dispensada nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **3. Mesa: Wolff Klabin** (Presidente) e **Bernardo Klabin** (Secretário), em conformidade com o disposto no Estatuto Social. **4. Presenças:** Totalidade dos acionistas com direito a voto. **5. Publicações:** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e cópia das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicado em 14.05.2024, edição impressa e digital, no Jornal Monitor Mercantil e na Central de Balanços - CB do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme Recibo de Publicação / Hash de Publicação: 96B8F859B819FDA9DE53C549DF3114920F3F92D5. **6. Quorum de Deliberações:** Tomadas por unanimidade. **7. Fatos Ocorridos na Assembléia Geral Ordinária:** a) Leitura, exame, discussão e aprovação, sem reserva, do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, considerada sanada a falta de anúncios e a inobservância dos prazos previstos no art. 133, da Lei 6.404/76, como facultado no seu parágrafo 4º. b) Deliberada a retenção à conta da Reserva de Lucros a Realizar do saldo do resultado do exercício. c) Deliberada a retenção à conta de Reserva Legal, no valor de R$ 12.075.829,34. d) Deliberada a distribuição de dividendos, à conta de lucros acumulados de exercícios anteriores, no valor total de R$ 29.246.542,48. e) Deliberada a manutenção do Capital Social, este no valor de R$ 60.379.146,17, bem como a manutenção da atual quantidade de ações, conforme quadro em anexo. f) Deliberada a eleição da Diretoria, pelo prazo de 01 (um) ano, dos Diretores **Daniela Klabin Basílio**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 09182279-1, expedida pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 018.376.287-85, com endereço comercial na Praia do Flamengo 154, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ; **Wolff Klabin**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 09182280-9, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 018.376.457-95, com endereço comercial na Praia do Flamengo 154, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ; **José Klabin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 10.302.941-9, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.464.277-04, com endereço comercial na Praia do Flamengo 154, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ; e **Bernardo Klabin**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 10.306.736-9, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 051.864.937-75, com endereço comercial na Praia do Flamengo 154, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ. g) A Diretoria eleita permanecerá no exercício regular de suas funções até que nossa eleição ocorra, mesmo que ultrapassado o prazo acima indicado, com fulcro no artigo 150, § 4º, da Lei 6.404/76. h) Os honorários da Diretoria foram fixados em R$ 1.412,00 mensais, para cada um de seus Diretores. **8. Termo de Encerramento:** Nada mais foi tratado. Esta ata foi achada conforme. **9. Acionistas Presentes e Assinaturas: Daniela Klabin Basílio, José Klabin, Bernardo Klabin** e **Wolff Klabin.** Confere com o original. **Wolff Klabin** - Presidente**. Bernardo Klabin** - Secretário. JUCERJA nº 6248499 em 22/05/2024.

Eneva prevê investir R$ 2,6 bi em suas termelétricas e exploração de gás

Fitch: Rating Nacional de Longo Prazo da empresa em AA+(bra)

A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA+(bra)', de alta qualidade, da Eneva e de sua nona emissão de debêntures. A perspectiva do rating corporativo é estável. A Eneva é uma empresa brasileira integrada de energia que atua nos setores de geração, exploração e produção de petróleo e gás natural e comercialização de energia elétrica, sediada na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro.

As principais premissas relacionadas a empresa reúnem investimentos de R$ 2,6 bilhões em 2024 e de R$ 2,1 bilhões, em média, de 2025 a 2027, e distribuição de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido a partir de 2025.

A Eneva possui ativos de exploração e produção de gás natural situados em quatro estados do Brasil: Maranhão (bacia sedimentar do Parnaíba), Amazonas (bacias sedimentares do Amazonas e do Solimões), Mato Grosso do Sul e Goiás (bacia sedimentar do Paraná).

As projeções da agência de classificação de risco de crédito consideram 50% do saldo das ações preferenciais da empresa como dívida, além da antecipação de recebíveis futuros. A posição de caixa foi fortalecida, em maio de 2024, com a emissão de debêntures, de R$ 2,5 bilhões, utilizada para liability management, com pré-pagamento integral da sétima emissão de debêntures, de R$ 1,5 bilhão, que vencia em 2025, e da segunda série da segunda emissão de debêntures, de R$ 750 milhões, com vencimentos em 2026 e 2027.

Em março de 2024, caixa e aplicações financeiras somavam R$ 2,4 bilhões. A dívida total ajustada era de R$ 21,1 bilhões, com R$ 2,4 bilhões vencendo no curto prazo, e composta principalmente por debêntures (R$ 15,9 bilhões).

De acordo com o relatório, o fluxo de caixa livre (FCF) da Eneva deve ser negativo em R$ 400 milhões este ano, após R$ 2,6 bilhões de investimentos, que incluem cerca de R$ 1,1 bilhão nas usinas termelétricas (UTEs) em desenvolvimento, R$ 850 milhões no segmento de exploração de gás e R$ 160 milhões na planta de liquefação. O FCF negativo de 2024 será financiado por linhas de crédito já contratadas e por emissões de novas dívidas. Com os elevados investimentos, de R$ 4,8 bilhões, em 2025-2026, o FCF deve ficar negativo na faixa de R$ 800-900 milhões, e se tornar positivo em 2027, atingindo R$ 1,8 bilhão.

A alavancagem financeira deve ser pressionada até 2026, com expectativa de queda a partir da entrada em operação de três UTEs em construção e consequente queda dos investimentos.

A base de ativos da empresa é composta por oito usinas termelétricas a gás natural, duas a carvão e um complexo solar. Tem reservas de gás provadas e prováveis suficientes para suprir as necessidades de suas térmicas por mais de 15 anos, considerando despacho de 50% nas usinas, e tem apresentado reposição de reservas superior a seu consumo.

O cenário-base do rating considera que a Eneva recontratará as UTEs Parnaíba I e III, que, juntas, possuem 853 MW de capacidade instalada e R$ 931 milhões de receita fixa anual, que correspondem a 14% do total de 2023 e cujos contratos vencem em 2027. Esta capacidade representou receita fixa de R$ 2,7 bilhões em 2023. A Fitch acredita que as UTEs Parnaíba I e III provavelmente serão competitivas em caso de realização do Leilão de Reserva de Capacidade, devido a uma estrutura de custos verticalizada e de já estarem amortizadas, e vê pouco espaço para recontratação das usinas a carvão Itaqui (360 MW) e Pecém II (365 MW).

O perfil de crédito da Eneva se favorece de contratos no mercado regulado, que geraram R$ 6,8 bilhões de receita fixa em 2023. Com o fim do contrato da UTE Fortaleza, a receita fixa passará para cerca de R$ 5,8 bilhões em 2024, e deve atingir o pico de R$ 9,2 bilhões ao final de 2027, quando terá contribuição integral de todos os ativos em construção e vencerão os contratos das UTEs Parnaíba I, Parnaíba III e Itaqui.